

**ÉDER RODRIGO GIMENES
JULIAN BORBA
ORGANIZADORES**

**PODER
LEGISLATIVO
E CULTURA
POLÍTICA**

**Valores, atitudes, trajetória
e comportamento político
dos vereadores e vereadoras
do Estado de Santa Catarina**

ÉDER RODRIGO GIMENES
JULIAN BORBA
ORGANIZADORES

PODER LEGISLATIVO E CULTURA POLÍTICA

Valores, atitudes, trajetória
e comportamento político
dos vereadores e vereadoras do
estado de Santa Catarina

Organização

Éder Rodrigo Gimenes

Julian Borba

Editoração

Carvalho Comunicação/ Grupo CPOP

Projeto gráfico e diagramação

Éder Rodrigo Gimenes

Dados Internacionais de Catalogação
Fundação Biblioteca Nacional

G491p Gimenes, Éder Rodrigo; Borba, Julian (Orgs).
Poder legislativo e cultura política: valores,
atitudes, trajetória e comportamento político dos
vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina /
Éder Rodrigo Gimenes, Julian Borba (organizadores). –
Curitiba: CPOP, 2018.

234 p. E-book. PDF.

ISBN: 978-85-52992-01-1

1. Cultura política 2. Poder Legislativo. Santa
Catarina. I. Título

CDD.320

SUMÁRIO

Estudos sobre elites políticas municipais no Brasil: o caso de Santa Catarina Éder Rodrigo Gimenes e Julian Borba	07
Trajetórias, capital político e gênero nos legislativos municipais Carla Simara Ayres, Carla Cecília Rodrigues Almeida e Lígia Helena Hahn Lüchmann	15
Mecanismos de ingresso no Legislativo municipal catarinense e os limites da renovação na política Jacques Mick e Diane Southier	63
Democratismo entre legisladores municipais catarinenses: determinantes individuais da adesão procedimental e valorativa ao regime Renata Andrade de Oliveira, Carla Simara Ayres e Éder Rodrigo Gimenes	85
Ideologia e representação: valores e atitudes de legisladores municipais Ednaldo Aparecido Ribeiro e Bruno Bolognesi	131
Democracia e tecnologia: os usos de ferramentas digitais entre vereadores e servidores do Estado de Santa Catarina Treicy Giovanella da Silveira e Stefania Peixer Lorenzini	183

Os vereadores prestam contas? Como os parlamentares catarinenses utilizam a mídia e canais próprios de comunicação **207**
Jacques Mick e Aldo Schmitz

Sobre os organizadores **227**

Sobre os autores **229**

ESTUDOS SOBRE ELITES POLÍTICAS MUNICIPAIS NO BRASIL: O CASO DE SANTA CATARINA

A presente coletânea tem o objetivo de divulgar os resultados obtidos na pesquisa “1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense”, desenvolvida por meio de projeto de extensão pela Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A pesquisa, que envolveu docentes e discentes do Escola do Legislativo Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação e técnicos da Escola do Legislativo foi aplicada nos anos de 2013 e 2014 por meio de *survey* eletrônico e visou mapear a realidade estrutural e de funcionamento das Câmaras municipais do estado, bem como os perfis de vereadores e servidores com relação à composição sociodemográfica, cultura política, conhecimento sobre a Escola do Legislativo e competências e habilidades relacionados às atividades laborais.

De modo preliminar, resultados descritivos foram anteriormente compilados por meio do relatório final da

pesquisa, ao passo que *insights* acerca de relacionamentos entre indicadores foram expostos em “Por dentro das Câmaras: o perfil de vereadores, servidores e do Legislativo Municipal de Santa Catarina” (2015). Em tais documentos, os três conjuntos de populações pesquisados (câmaras, vereadores e servidores) foram contemplados, sendo que nesta coletânea o foco se concentra nos legisladores municipais, especialmente por conta de aspectos relacionados ao seu papel nos processos políticos e à posição de elite por tais entes ocupadas.

Nesse sentido, os seis capítulos desta coletânea contemplam o aprofundamento das análises dos dados obtidos no campo, em diálogo com o variado arsenal analítico da Sociologia Política, contemplando abordagens aprofundadas de tópicos como a concepção de democracia dos vereadores, seus vínculos com movimentos e organizações sociais, sua percepção das instituições, trajetória política, posicionamento diante de questões políticas, mecanismos e inserção na política e *accountability*.

Em “Trajetórias, capital político e gênero nos legislativos municipais”, Carla Simara Ayres, Carla Cecília Rodrigues Almeida e Lígia Helena Hahn Lüchmann, em diálogo com as vertentes de estudos que destacam, por um lado, o capital associativo um importante recurso político

para os pretendentes a cargos eletivos no Brasil na esfera federal e, por outro, dos limites das perspectivas que antagonizam representação e participação e argumentam que a complexidade das democracias contemporâneas exige um olhar que perceba as interações das práticas que se desenvolvem na sociedade civil com as que se desenrolam na política institucional, apresentam uma análise comparada da composição do capital político de vereadoras e vereadores, tendo como principal intenção analisar os padrões de influência do capital associativo em comparação – e relação – com outros tipos de recursos, em especial do capital familiar, do capital delegado da ocupação anterior de cargos políticos, e do capital convertido de outros campos – como, por exemplo, as redes de apoio e o prestígio decorrente de uma atuação profissional – sobre as trajetórias políticas de mulheres e homens que ocupam cargos no legislativo municipal.

No capítulo “Mecanismos de ingresso no Legislativo municipal catarinense e os limites da renovação na política”, Jacques Mick e Diane Southier analisam os mecanismos de ingresso no Legislativo Municipal em Santa Catarina e sua relação com a taxa de renovação nos cargos de vereador. Seus dados evidenciam as dificuldades que cidadãos com poucos vínculos com o campo político apresentam quando concorrem a cargos eletivos, de modo

que, mesmo conexões sociais importantes, como a participação em movimentos ou organizações, associações comunitárias, empresariais ou de trabalhadores, por exemplo, parecem menos relevantes para a entrada no campo político do que vínculos econômicos, familiares, corporativos ou religiosos já nele representados.

Por sua vez, em “Democratismo entre legisladores municipais catarinenses: determinantes individuais da adesão procedimental e valorativa ao regime”, Renata Andrade de Oliveira, Carla Simara Ayres e Éder Rodrigo Gimenes investigaram em que medida os vereadores dos municípios de Santa Catarina aderem à democracia em suas dimensões procedimental e valorativa, por meio da verificação de sua manifestação de apoio normativo ao regime, da importância que atribuem a instrumentos de participação e de como se posicionam com relação a temáticas centrais à tolerância e ampliação de direitos.

O capítulo escrito por Ednaldo Aparecido Ribeiro e Bruno Bolognesi, intitulado “Ideologia e representação: valores e atitudes de legisladores municipais” trata de uma dimensão da crise da relação dos eleitores com partidos políticos na contemporaneidade, a suposta indiferenciação entre as legendas, e apresenta resultados acerca da diferenciação ideológica dos partidos políticos no estado de Santa Catarina, à luz da hipótese de que a distinção

entre os partidos pode não se confirmar no contexto local, onde são mais frequentes relações pautadas pelo clientelismo e patronagem partidária.

Já em “Democracia e tecnologia: os usos de ferramentas digitais entre vereadores e servidores do Estado de Santa Catarina”, Treicy Giovanella da Silveira e Stefania Peixer Lorenzini discutem e apresentam dados acerca do estado precário de conhecimento e uso das tecnologias digitais (informática e ferramentas digitais e online) por servidores e vereadores dos Legislativos municipais catarinenses. Considerada a da metodologia utilizada para a coleta de dados do censo, as autoras destacam as dificuldades de manejo das novas tecnologias no exercício do Legislativo, com destaque às respostas referentes aos dados estruturais das câmaras, em relação ao uso destas ferramentas e das dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores durante a coleta de dados, visando contribuir de forma qualitativa com a discussão sobre o uso de ferramentas online em pesquisas quantitativas.

Por fim, Jacques Mick e Aldo Schmitz, em “Os vereadores prestam contas? Como os parlamentares catarinenses utilizam a mídia e canais próprios de comunicação” analisam, de forma articulada, as representações dos vereadores sobre a mídia de Santa Catarina e as estratégias de comunicação que adotam para

a prestação de contas aos eleitores, tendo como questão-chave a maneira como ocorre a mediação da *accountability* nos legislativos municipais e por meio da comparação do uso de canais de comunicação para prestar contas à sociedade (mídia comercial x mídia das fontes) e da análise da ação política e da relação com o eleitor, embasada principalmente nas concepções de comunicação pública, mídias próprias, *accountability* e midiaticização do político.

De modo geral, entendemos que a presente obra contribui à expansão da agenda de pesquisas sobre a cultura política de elites legislativas municipais no Brasil ao se debruçar sobre atores pouco considerados até mesmo pela Ciência Política nacional, o que denota a relevância desta coletânea e das discussões acerca dos valores, das atitudes, das trajetórias e do comportamento político dos vereadores do Estado de Santa Catarina.

Outrossim, cabe destacar que esta obra não exaure as possibilidades analíticas e explicativas relacionadas ao “1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense”, mas, ao contrário, inaugura o debate em torno da temática e dos objetos pesquisados, uma vez que há ainda variáveis e indicadores relacionados ao vereadores por investigar, bem como aqueles pertinentes aos servidores das Câmaras municipais catarinenses e ainda aspectos estruturais acerca do funcionamento das casas legislativas. Esperamos

que esta coletânea, então, inaugure uma agenda de pesquisas sobre elites municipais no Brasil!

Éder Rodrigo Gimenes

Julian Borba

Os organizadores

TRAJETÓRIAS, CAPITAL POLÍTICO E GÊNERO NOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS

Carla Simara Ayres

Carla Cecília Rodrigues de Almeida

Lígia Helena Hahn Lüchmann

Introdução

Neste trabalho, avaliamos a composição do capital político das carreiras de vereadoras e vereadores dos legislativos municipais do Estado de Santa Catarina. Nosso interesse é, de um lado, identificar possíveis padrões e variações naquelas carreiras segundo o recorte de gênero e, de outro, verificar nessas trajetórias, em particular, o peso e a configuração do capital associativo, entendido aqui como a participação em organizações da sociedade civil. Desse modo, nosso trabalho dialoga com dois campos de estudos influentes no debate corrente sobre a democracia.

Um deles articula-se em torno da preocupação com as barreiras enfrentadas pelas mulheres para entrar e permanecer no sistema político, bem como com os

impactos da sub-representação de determinados grupos nas esferas decisórias para a legitimidade e o funcionamento das democracias contemporâneas (Mansbridge, 2001; Young, 2000). O outro campo é marcado por estudos que abordam as relações entre sociedade civil, instituições políticas e democracia. Diante da complexidade e pluralidade das sociedades contemporâneas, a participação de indivíduos em organizações da sociedade civil e as destas em diversos arranjos institucionalizados são cada vez mais vistas como elementos constitutivos e relevantes da engrenagem dos governos representativos atuais (Lüchmann, 2007 e 2011; Gurza Lavalle e Insuza Vera, 2010; Gurza Lavalle, Houtzager e Castelo, 2006a e 2006b; Peruzzotti e Selee, 2009; Young, 2000; Urbinati, 2006a).

O conceito de capital político, retirado de Bourdieu (1986), tem sido utilizado nos estudos sobre trajetórias e carreiras políticas com o fim de identificar os tipos de recursos que contam para a entrada, permanência e sucesso no sistema político. Ele nos pareceu promissor por permitir analisar *trajetórias possíveis num campo político que é desigualmente poroso aos diferentes recursos retidos por grupos e indivíduos* (Miguel, Marques e Machado, 2015, p. 725). Assim, o conceito tanto nos ajuda a entender quais são os recursos

que favorecem/dificultam a presença no sistema político de mulheres *vis-a-vis* a de homens, como nos permite compreender qual é o peso que tem, nas suas trajetórias, a participação em movimentos sociais e associações no geral em comparação com outros tipos de capitais políticos.

O foco nos legislativos municipais torna esse estudo particularmente pertinente seja porque, como se verá, a maior parte das pesquisas sobre trajetórias aborda a esfera nacional, seja porque o Legislativo é considerado um *espaço por excelência da socialização da elite política* (Miguel, 2003). Assim, dado o fato de que as mulheres, reconhecidamente, enfrentam sérias barreiras para entrar no sistema político, é fundamental o diagnóstico da composição do seu capital num momento em que elas galgam o primeiro degrau da hierarquia política, o legislativo municipal, local de importante socialização das elites.

Nossa intenção é, assim, identificar os tipos de capitais políticos que compõem a trajetória de homens e mulheres que têm assentos no legislativo municipal, bem como aqueles que possuem influência na sua elegibilidade. Para tanto, utilizamos dados decorrentes do “1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense”, realizado por meio de uma parceria entre a Escola do Legislativo da Assembleia

Legislativa do Estado de Santa Catarina e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina¹.

O artigo está estruturado em duas seções. Na primeira, esclarecemos os conceitos que norteiam este trabalho, bem como apresentamos dados sobre carreiras políticas no Brasil para fins de diálogo com os nossos achados. Na segunda seção, que está dividida em três partes, apresentamos os dados relativos à composição do capital político de mulheres e homens e empreendemos testes de regressão com o objetivo de identificar, em perspectiva comparada, os capitais que influenciam a elegibilidade de vereadoras e vereadores.

¹ A Escola do Legislativo é um órgão da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, criada no ano 2000. Está diretamente subordinada à Diretoria Geral da Assembleia e é responsável pelas ações pedagógicas implementadas pelo parlamento catarinense. Constitui-se como espaço de qualificação profissional, formação para cidadania, além de propiciar processos de criação, sistematização e difusão de conhecimentos técnicos especializados na área legislativa. O Departamento de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC (PPGSP/UFSC) está entre as várias parcerias que a Escola do Legislativo realiza para implementar ações e pesquisa.

Participação, representação e capital político

Como mencionamos, um conjunto de estudos, ainda que filiados a distintas correntes teóricas, vem advogando pela importância de se abordar as interações entre sociedade civil e instituições políticas para uma compreensão mais adequada tanto das potencialidades quanto dos limites concernentes ao funcionamento das atuais democracias.

No terreno da teoria democrática, essa perspectiva pode ser encontrada em Nádía Urbinati (2006a e 2006b) e Iris Young (2000 e 2006), a despeito das distinções que marcam as suas preocupações teóricas e proposições normativas. Para a primeira, a representação política, quando democrática, não se restringe aos processos envolvidos com a agregação de preferências motivadas por uma racionalidade instrumental, nem serve como mero marcador de uma divisão de trabalho entre aqueles que delegam sua capacidade de agir, os representados, e aqueles aos quais essa capacidade é delegada, os representantes. A representação política separa, mas também vincula representantes e representados mediante processos que transformam crenças e opiniões em causas ideológicas a serem defendidas. Assim, ao retirar o instituto da representação do confinamento restrito da

autorização eleitoral e da divisão de trabalho entre representantes e representados, Urbinati propõe que o abordemos como um processo que articula/conecta instituições políticas e sociedade civil, cujas variadas formas de comunicação configurariam o *continuum* por meio do qual se expressa o julgamento e a ação política nas modernas democracias. Nessa direção, para a autora, as várias formas de ativismo político originadas na sociedade civil são componentes constitutivos dos processos implicados com a representação política, e não apenas seus acessórios.

Por outro lado, Iris Marion Young (2000 e 2006), interessada no problema da sub-representação de determinados grupos sociais e advogando pela importância do reconhecimento da representação descritiva, também enfatiza, contudo, as práticas participativas como meio de manter representantes e representados conectados. Para ela, uma democracia forte requer que os momentos de prestação de contas se multipliquem e, portanto, não se restrinjam aos momentos de reautorização, ou seja, às eleições. Para isso acontecer, é crucial a existência de uma sociedade civil ativa e de uma esfera pública forte. É compreensível, assim, que a autora argumente que a participação e a representação não constituem opções dicotômicas de organização da vida

política, mas se requerem mutuamente para a vitalidade e o aprofundamento da democracia.

Para o que nos interessa aqui, é crucial chamar a atenção para o fato de que as propostas normativas de Urbinati e Young, a despeito das diferenças que orientam suas preocupações teóricas e políticas, nos chamam a atenção para abordar, como diz Gurza Lavalle (2011), as *dimensões constitutivas entre os atores da sociedade civil e as instituições políticas*. Essa abordagem que enfatiza as mútuas implicações entre participação e representação política, entre sociedade civil e Estado, tem afinidades com um outro campo de estudos que busca identificar as bases de recrutamento das elites políticas no contexto pós-redemocratização. Como eles têm mostrado, nesse contexto, o acirramento da concorrência eleitoral impacta também a definição dos tipos de capitais políticos que importam para a entrada e a permanência na política institucional (Marenco e Serna, 2007; Coradini, 2007). Nessa medida, a identificação das bases sociais do recrutamento político e dos recursos necessários ao ingresso e sucesso na competição eleitoral é fundamental para compreendermos determinadas dimensões do próprio funcionamento da democracia.

Encontramos em Bourdieu (1986) a definição de capital político como uma espécie de capital simbólico

firmado na crença e no reconhecimento, ou mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem (Bourdieu, 1986, p. 187/188, grifos do autor). Trata-se da confiança depositada por um grupo em alguém que, assim reconhecido como um agente político, deve sua autoridade no campo político a essa força de mobilização.

Aqui cabe notar que, à diferença das autoras citadas anteriormente, Bourdieu não pretendeu propor um conceito normativo de representação política. Em sua obra, o conceito de capital político está articulado ao de campo político, a partir do qual, inclusive, pode-se lançar algumas críticas às apostas democráticas *via* reformas na representação política.² Para Bourdieu, o campo político é um espaço autônomo, constitutivamente tenso, que regula a si próprio e que tem, portanto, tipos de capitais específicos, cujo valor depende de reconhecimento social. Assim, como enfatiza Miguel (2010), se o conceito permite entender que a disputa política não se encerra nos espaços institucionalizados, ele, de outro lado, firma a política

² É o caso das críticas feitas por Miguel (2010) à própria proposta de Iris Young de incrementar a presença política de grupos sub-representados via o reconhecimento de uma *representação por perspectiva*.

como um campo estruturado por hierarquias e critérios próprios de avaliação da realidade, cujas regras *privilegiam certas posições e barra a entrada de grupos estranhos* (Miguel, 2010, p. 37). A ideia de campo político de Bourdieu enfatiza, à diferença das proposições de Young e Urbinati, a divisão de trabalho entre representantes e representados e as hierarquias que marcam as relações entre os que são considerados socialmente capazes de agir politicamente e a massa que vota. Nesse trabalho, contudo, utilizamos a ideia de capital político mais como uma guia que nos permite classificar os recursos que importam para a entrada nos legislativos municipais, e, sobretudo, no permite explorar possíveis diferenças que marcam, em termos daqueles recursos, a trajetória política de mulheres e homens.

Bourdieu (1986) distingue três tipos de capitais políticos: o *convertido*, o *heroico* e o *delegado*. O primeiro, o convertido, resulta dos recursos acumulados em outros domínios que são passíveis de transferência para o campo político. Trata-se do reconhecimento, da notoriedade ou popularidade atribuída a um indivíduo em função deste possuir “certas qualificações específicas”. Bourdieu menciona, por exemplo, o capital advindo de algumas profissões liberais que supõem capital cultural e tempo livre, como também a advocacia, que possuiu o “domínio

profissional da eloquência”. Este tipo de capital, geralmente, é produto de uma acumulação de longo tempo, o que o diferencia do capital heroico, ou profético, como ele denomina. Este segundo advém do carisma que resulta de uma

[...] ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos: acção profética de doação de sentido, que se fundamenta e se legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação conferida pelo seu próprio sucesso à linguagem de crise e à acumulação inicial de força de mobilização que ele realizou (Bourdieu, 1986, p. 191).

O terceiro tipo de capital, o delegado, é aquele que a instituição, o partido, fornece ao indivíduo. Diferente dos outros, que é pessoal e que, portanto, está associado a um portador específico, que surge e desaparece com ele, o capital delegado é produto da

[...] transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da acção dos seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade e que a si mesmo se dotou, pela luta política e para ela, de uma organização permanente de membros permanentes capazes de mobilizar os militantes, os aderentes e os simpatizantes e de organizar o trabalho de propaganda necessário à obtenção dos votos

e, por este meio, dos postos que permitem que se mantenham duradoiramente os membros permanentes. (Bourdieu, 1986, p. 191/192).

Em alguns trabalhos brasileiros, encontramos adaptações dessa classificação dependendo dos interesses e objetivos de pesquisa. No seu trabalho sobre deputados federais eleitos nos pleitos entre 1986 e 1998, Miguel (2003) incluiu no capital delegado, por exemplo, os recursos oriundos não apenas do partido, mas também da ocupação pelos parlamentares de cargos políticos anteriores, eletivos ou de confiança, nos diferentes níveis federativos do poder executivo e legislativo. Segundo ele, todos esses cargos disponibilizam aos ocupantes visibilidade social e redes de apoio partidário e extrapartidários necessários à competição eleitoral. Sua pesquisa concluiu, assim, que as carreiras dos parlamentares são marcadas por um *mix*, o qual combina ocupação de cargos no poder executivo – como prefeito, secretário municipal ou estadual - e legislativo – vereador, deputado estadual. Vale notar que, ao longo do período analisado, sua pesquisa mostrou que os parlamentares do PT (Partido dos Trabalhadores) foram se aproximando desse padrão, já que na primeira legislatura considerada, a de 1986, na sua maioria, eles não tinham experiência

administrativa anterior, ou seja, passavam diretamente de uma liderança sindical para o parlamento. Compreende-se esse dado se levarmos em conta que ao longo da década de 1990 esse partido foi ampliando a sua presença no comando de municípios brasileiros.

Naquele trabalho, Miguel propõe ainda a possibilidade de dois tipos de trajetórias “ideal-típicas” para os casos estudados. A primeira constitui-se de forma lenta e gradual a partir da acumulação do capital delegado, na qual as/os política/os ascendem, paulatinamente, os vários degraus da hierarquia política, para a qual, no limite, a Presidência da República é a posição mais alta e a vereança, a mais baixa. A segunda seria “exógena”, ou seja, ela é marcada pela conversão de um “capital não-político” logo no início da carreira, o qual possibilita “pular” alguns degraus da trajetória endógena para assumir lugares mais altos na hierarquia.

Em um estudo posterior, também com deputados federais, mas agora com os eleitos entre os pleitos de 2002 e 2010, Miguel, Marques e Machado (2015) trabalharam com uma tipologia mais desagregada de capital político. Segundo os dados obtidos, os três tipos de capitais mais relevantes para as trajetórias investigadas foram o capital delegado da ocupação de outros cargos na política (37,9% dos eleitos já tinham sido deputado estadual; 30,9%,

vereadores; 17,9%, prefeitos e 5,8% vice-prefeitos), o capital econômico (presente em 56,9% dos casos e definido pelos autores como aquele advindo de propriedades e da proximidade com grupos econômicos relevantes) e, em seguida, o familiar (identificado em 40,7% dos deputados). A militância em sindicatos de trabalhadores apareceu em 19,2% das trajetórias; e em associações patronais, em 9,6% delas.

Segundo os autores, o capital familiar não apenas apareceu de forma marcante como apresentou uma tendência de crescimento para o período investigado. Conforme eles argumentam, esse tipo de capital, que advém do prestígio, das redes de apoio e de recursos materiais disponibilizados em função de laços de parentesco, é importante tanto para fomentar nos indivíduos a vontade de participar da política, quanto para disponibilizar os recursos materiais e simbólicos que possibilitam a efetivação dessa participação. Confirmando o que outros estudos mostraram, naquela pesquisa o capital familiar apareceu ainda mais importante na trajetória de mulheres, sem distinções ideológicas, embora ele tenha crescido, no período considerado, de forma mais acentuada entre os homens.

A pesquisa de Pinheiro (2006) com deputadas federais eleitas entre 1987 e 2002 também identificou um

crescimento do capital familiar para esse grupo, mas também de outros tipos de capitais, com destaque, aqui, para aquele advindo da participação em movimentos sociais. Em termos gerais, de acordo com sua pesquisa, os capitais que mais importam para a entrada de mulheres na política são, nessa ordem: capital delegado (49%), capital familiar (41%), capital originado da participação em movimentos sociais (30,3%) e capital convertido (10,5%). Segundo a autora, ainda que o capital familiar apareça de forma importante, a participação em movimentos sociais tem oferecido, em especial para elas, uma possibilidade de trajetória construída por força própria, o que reflete em conquista de espaço no interior dos partidos.³

Outras pesquisas têm apontado para uma direção semelhante. Ao comparar trajetórias de deputadas e deputados brasileiros e argentinos, Araújo (2010) notou que, em contraste com os segundos, para os quais a trajetória política é bem mais marcada por uma militância partidária, no Brasil se destacaram três tipos de capitais, com variações dependendo dos perfis ideológicos: participação em movimentos e/ou grupos de interesses,

³ Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012) também identificaram importante presença, nas trajetórias de deputadas federais, de variados tipos de associativismo, bem como o significativo número delas que já participaram de conselhos gestores de políticas públicas.

capital familiar e “capital institucional”, derivado da ocupação de um cargo político anterior, o que veio sendo até aqui denominado “capital delegado”. Para a autora, se o capital familiar ainda é notoriamente importante para o caso do Brasil, o “capital institucional” e o advindo de participação em movimentos e/ou grupos de interesse tem diversificado as possibilidades de rotas para as carreiras das elites brasileiras.

Algumas pesquisas têm apontado que o peso do capital associativo – como é denominado aquele que resulta da participação e vínculo com organizações civis - nas trajetórias políticas depende do pertencimento partidário. A pesquisa de Marengo e Serna (2007) comparou a trajetória de políticos de três países a partir da chegada de coalizões de esquerda ao poder: Ricardo Lagos no Chile, em 2000; Lula no Brasil, em 2002; e Vazquez no Uruguai, em 2004. Os dados permitiram identificar a predominância de dois tipos de perfil. Um deles é típico dos parlamentares de partidos conservadores, que apresentam vínculos com profissões universitárias liberais e ocupações empresariais, configurando um padrão mais elitizado do ponto de vista do *status* social. Os parlamentares desse grupo possuem carreiras mais personalizadas e baseadas em recursos e capitais sociais individuais. O outro perfil é marcante entre os

parlamentares de esquerda, que apresentam uma composição social mais plural e vínculos com profissões de classes médias. Esse grupo possui carreiras com trajetórias mais longas de militância e apoia-se em recursos coletivos, apresentando laços mais frequentes com organizações da sociedade civil.

Importante notar que a pesquisa de Marengo e Serna (2007) mostrou que 52% dos deputados brasileiros investigados possuíam participação em algum tipo de associação coletiva antes de ocuparem o cargo. As associações mais presentes foram os movimentos estudantis, associações de profissões universitárias, sindicatos de trabalhadores e patronais, produtores rurais e de comerciantes. Apareceram com menor frequência associações vinculadas à ecologia, direitos humanos, gênero, família, bairros, esportivas, culturais e religiosas. Como já foi mencionado, esse tipo de capital, denominado pelos autores como associativo, foi encontrado de maneira menos frequente nos deputados pertencentes a partidos conservadores.

Em direção semelhante, a pesquisa de Coradini (2007) detectou o aumento crescente do capital associativo entre 1994 e 2002 na composição das trajetórias de deputados federais, senadores e ministros. Ainda que sua pesquisa seguinte, que chegou até 2007

(Coradini, 2011), tenha indicado estabilidade para o comportamento dessa variável, para o autor, a intensificação da concorrência eleitoral no país pós regime autoritário teria aumentado a importância do capital associativo nos pleitos.

Embora esses estudos estejam preocupados em identificar o peso dos diferentes tipos de capitais políticos nas trajetórias, boa parte deles sugere que essas nunca são formadas apenas por um tipo puro de capital político, mas por porções de capitais que têm pesos distintos dependendo de um conjunto de outras variáveis (Pinheiro, 2006, Miguel, 2003). Posições sociais, características do sistema partidário e bases ideológicas das instituições partidárias têm poder de influenciar, entre outros, a importância que determinados tipos de capitais políticos podem assumir para determinadas grupos. Assim, ainda que possamos demarcar quais tipos de capitais são mais importantes para determinados perfis de políticos, devemos lembrar que eles geralmente aparecem combinados, estabelecendo relações de complementariedade e interdependência, ou mesmo de mútua exclusão (Coradini, 2007).

Como se nota, no seu conjunto, esses estudos têm fornecido uma importante contribuição para o conhecimento de dimensões importantes do

funcionamento da democracia brasileira do pós-constituente. Até porque, são poucos ainda os estudos que, no Brasil, abordam as relações entre as organizações da sociedade civil e o Poder Legislativo, comparados com os que enfocam essas relações com o Poder Executivo. Entretanto, como também percebemos, a maioria dessas pesquisas trata da esfera nacional, ainda que várias delas apontem para a relevância dos cargos municipais nas trajetórias investigadas. Esperamos, assim, que o nosso estudo, que aborda os legislativos municipais e combina o interesse especial no recorte de gênero e no capital associativo, possa contribuir com esse debate.

Carreiras políticas no legislativo municipal

Esta seção está dividida em três partes. Na primeira delas apresentamos uma descrição exploratória das características gerais de nossa amostra, buscando já identificar, nesse plano, possíveis distinções nas trajetórias de mulheres e homens. Na segunda, apresentamos as variáveis a partir das quais partimos para a construção de cada atributo do capital político (capital associativo, capital familiar, capital delegado) e identificamos o peso que possui cada tipo de recurso naquelas trajetórias. Na terceira parte empreendemos testes estatísticos mais

específicos, buscando identificar os fatores que determinam a elegibilidade de mulheres e homens para os legislativos municipais.

Antes, porém, cabe registrar uma observação quanto ao nosso banco de dados. O instrumento base do 1º Censo Legislativo de Santa Catarina enviado aos vereadores e às vereadoras contou com o retorno de 1054, provenientes de 293 casas legislativas – 75% do total das Câmaras do Estado. Vale também destacar que a pesquisa foi realizada com base na legislatura de 2013-2016. Como já era esperado, devido a maior representatividade de homens nos ambientes legislativos, o número de legisladores do sexo masculino que respondeu à pesquisa é significativamente maior (84,3%) do que o de sexo feminino (15,7%). Entretanto, considerando que o conjunto dos legislativos municipais do Estado conta com aproximadamente 13% de mulheres em cargos de representação, a participação das vereadoras na pesquisa apresenta uma pequena margem de vantagem devido a maior disposição delas em responder ao questionário.

Características sócio-demográficas

De acordo com o que observamos na tabela I, a maioria das (os) parlamentares de nossa amostra

encontra-se numa faixa etária ampla entre 31 e 64 anos, de modo que tanto mulheres (37,6%) quanto homens (40,7%) concentram-se entre 41 e 50 anos. Os dados sobre grupos étnicos autodeclarados também não apresentam discrepâncias substantivas entre vereadoras (88,7% brancas) e vereadores (86,3 brancos) evidenciando a presença substantivamente majoritária de pessoas brancas diante de outras etnias.

Já os dados relativos à escolaridade mostram uma concentração muito maior de vereadoras com alta escolaridade – ensino médio completo (13,2%), ensino superior completo (18,9%), e pós-graduação (46,0%); enquanto a escolaridade declarada pelos vereadores aparece mais distribuída em níveis básicos. Entre eles, 30,8% possuem até ensino médio incompleto; 22,6% ensino médio completo e 17,8% ensino superior completo (17,8%).

Esses dados corroboram o estudo de Lino, Alves e Silva (2013) que analisa os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes às eleitas nos municípios brasileiros em 2012. De acordo com os autores,

O percentual de eleitas com superior completo é mais do que o dobro do percentual nesta mesma categoria para os eleitos, ou seja, na hora de eleger representantes femininas para as Câmaras Municipais, os eleitores, em geral, votam em

candidatas que possuem um nível mais avançado de estudo. (Lino, Alves e Silva, 2013, p. 61).

Este fato nos permite inferir que, de alguma maneira, existe um grau de exigência maior sobre as mulheres que se candidatam e obtêm sucesso eleitoral, se comparado com os homens.

Essa mesma prerrogativa – de maior ou menor exigência considerando o recorte de gênero – pode ser observada, ainda que de maneira mais tímida, quanto ao *estado civil* declarado pelos (as) legisladores (as). Se agruparmos, de um lado, as categorias “solteiro”, “separado”, “divorciado” e “viúvo” em ***não casados (as)*** e, de outro, “união estável”, “morando junto como casado” e “casado” em ***casados (as)***, verificamos que a parcela de vereadoras na primeira categoria (20,2%) é maior do que a de homens (15,2%), enquanto há mais vereadores casados (84,8%) do que vereadoras (79,8).

Tabela 1. Características Sociodemográficas

	Fem (%)	Masc (%)
Escolaridade		
Analfabetismo	0,6	2,5
Até Ensino Médio incompleto ¹	8,2	30,8
Ensino Médio completo	13,2	22,6
Ens. Téc./Ens. Sup. Incompleto	13,2	14,6
Ensino Superior Completo	18,9	17,8
Pós-Graduação ²	46,0	11,7
Faixa Etária		
Entre 18 anos e 22 anos	1,9	0,2
Entre 23 anos e 30 anos	6,4	5,6
Entre 31 anos e 40 anos	29,9	23,4
Entre 41 anos e 50 anos	37,6	40,7
Entre 51 anos e 64 anos	23,6	26,9
Acima de 64 anos	0,6	3,2
Estado Civil³		
Casada(o)	79,8	84,8
Não Casada(o)	20,2	15,2
Grupo Étnico		
Branca(o)	88,7	86,3
Negra(o)/Preta(o)	0,6	1,0
Morena(o)/Parda(o)	9,4	11,7
Amarela(o)	1,3	0,6

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense (2015).

Notas: 1) Inclui ensino fundamental incompleto e completo; 2) Inclui especialização, mestrado e doutorado; 3) em casada(o) inclui-se: casada(o), morando junto como casada(o) e união estável, em não casada(o) inclui-se; solteira(o), separada(o), divorciada(o) e viúva(o).

Aqui também encontramos ressonância com os dados gerais do TSE referentes ao perfil das vereadoras nos municípios brasileiros. De acordo com Lino, Alves e Silva (2013), se por um lado as pessoas casadas são maioria nas candidaturas (57,7%), os homens casados

somam 62% frente aos 48,5% das mulheres. O estudo também destaca que *as mulheres separadas ou divorciadas encontram mais facilidade em se eleger do que os homens nestas mesmas condições* (p. 62). Esses dados reforçam os argumentos da crítica feminista que chamam a atenção para o fato de que as mulheres que se encontram na condição de “casamentos convencionais” sofrem maiores restrições nas “oportunidades de participação em atividades públicas, profissionais e políticas” devido à especialização socialmente construída das responsabilidades domésticas ser conferida a elas (Miguel e Biroli, 2014).

Os dados sobre a ocupação (Tabela 2) também refletem o fenômeno da divisão sexual do trabalho. Dentre as 22 ocupações profissionais elencadas pelas vereadoras, as quatro com maior destaque são: professoras de ensino secundário (9,4%), professoras primárias (13,8%), servidoras públicas com cargos de chefias (8,2%) e servidoras públicas em outros cargos (17,6%). Dentre as 27 ocupações elencadas pelos vereadores, as quatro principais são: fazendeiros de pequena propriedade (11,2%), trabalhadores rurais (10,2%), pequenos comerciantes (8,7%) e servidores públicos em cargos de não-chefia (14,2%). Chamamos a atenção, em primeiro lugar, para o fato de que as mulheres se distribuem numa

gama de atividades profissionais menos diversificada do que os homens. Em segundo lugar, os homens se destacam em atividades liberais, autônomas, empreendedoras, ao passo que as mulheres destacam-se em atividades de ensino, comunicativas, organizativas e gerenciais (serviço público).

Tabela 2. Ocupações de vereadores e vereadoras

Ocupação	Mulheres (%)	Homens (%)
Fazendeiro(a) peq. propriet.	5,0	11,2
Pequeno(a) Comerciante ¹	6,9	8,7
Prof. Secundário	9,4	2,8
Prof. Primário	13,8	1,4
Servidor(a) Público(a) ²	8,2	6,2
Servidor(a) Público ³	17,6	14,2
Trabalhar(a) Rural (ñ propriet. de terra)	3,1	10,2
Comerciário(a)	1,3	4,7
Industriário(a)	0,6	3,2
Todas as outras ocupações	34,1	37,4

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense (2015).

Notas: (1) emprega até 10 funcionários / (2) cargos de direção, chefia, etc. / (3) outros cargos.

As informações apresentadas acima revelam marcadores de diferenças importantes nas trajetórias políticas de mulheres e homens. Os dados a respeito do grau de escolarização sugerem que pesam sobre as mulheres políticas maiores exigências de qualificação do que aquelas que pesam sobre os homens que se encontram no mesmo campo de atuação. Além das ocupações encontradas refletirem a divisão sexual do trabalho, os

dados também sugerem que a família e o casamento são, para eles, à diferença do que são para elas, fontes de apoio para carreiras que exigem alto engajamento, como a política.

Características da trajetória política

Nesta seção apresentamos os dados relativos à composição dos diferentes tipos de capital político de vereadoras e vereadores com o objetivo de identificar, em perspectiva comparada, os capitais que compõem suas trajetórias.

Começamos pelo ***Capital associativo***. Como mencionado anteriormente, o capital associativo diz respeito ao envolvimento em organizações da sociedade civil, a exemplo das associações comunitárias, ONGs, grupos esportistas, movimentos sociais, sindicatos etc. Na literatura da Ciência Política, há um certo consenso acerca da importância democrática das associações, entre outros motivos, por se constituírem em espaços de aprendizado e de socialização política, consolidando laços e recursos necessários ao fortalecimento e a pluralização das instituições de representação. No interior do campo de atuação associativa, a literatura também tem apontado para algumas diferenças que merecem atenção. No caso do

Brasil, se tomarmos como base o estudo das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (IBGE/IPEA, 2010), percebemos que as mulheres são maioria na atuação associativa do país, com algumas variações. Os dados da pesquisa, realizada em 2010, apontam para a predominância das mulheres no setor sem fins lucrativos: elas representam 62,9% do pessoal ocupado assalariado (Lüchmann, Almeida e Gimenes, 2016).

Por outro lado, os estudos indicam que, embora seja cada vez mais frequente a participação feminina em sindicatos e associações econômicas e políticas, permanece ainda muito forte o vínculo com organizações sociais relacionadas com o mundo familiar, comunitário e religioso, diferente do vínculo associativo masculino, mais próximo da esfera política institucional, do mundo do trabalho e do lazer (Norris; Inglehart, 2003; Caiazza; Putnam, 2005; Sacchet, 2009).

Há também um reconhecimento, tanto no plano nacional quanto internacional, da existência de relações positivas entre a participação religiosa e o engajamento cívico e/ou a maior propensão ao trabalho voluntário, apontando para uma associação importante entre religiosidade e aumento nas chances de participação política, seja de cunho eleitoral, em atividades sociais e/ou em manifestações e protestos (Lewis, Macgregor e Putnam,

2013; Landim e Scalon, 2000).

Nos nossos dados (Tabela III), observamos, entre vereadoras e vereadores, taxas bastante altas de participação associativa desde *antes de serem eleitos*, o que reforça as evidências encontradas em outras pesquisas a respeito da importância do capital associativo para as carreiras políticas em contextos democráticos. Conforme mostra a tabela abaixo, a categoria associativa com maior nível de participação, tanto entre os homens como entre as mulheres, são os grupos religiosos, confirmando também o que mencionamos acima sobre as relações positivas entre militância religiosa e política.

Considerando-se a coluna “participa desde antes de eleito”, observamos que em seguida aos grupos religiosos, para as mulheres comparece o engajamento em movimentos sociais e associações humanitárias, enquanto que para os homens, o engajamento em associações esportivas e em movimentos sociais. Ainda considerando-se essa coluna, notamos que as mulheres, à semelhança do que encontrado para os dados nacionais acima mencionados, possuem, de forma geral, maiores vínculos associativos do que os homens. Elas participam mais do que eles nos grupos religiosos, artísticos, profissionais, humanitários e em movimentos sociais. Eles participam mais do que elas apenas em associações esportivas. No

caso dos sindicatos e associações ambientais, ambos apresentam níveis de engajamento próximos.

Em síntese, esses dados i) corroboram a importância dos grupos religiosos para as carreiras políticas de ambos os gêneros; ii) mostram também que, à semelhança de dados nacionais, nesse grupo, as mulheres possuem maior número de vínculos associativos e, finalmente, iii) sugerem associações entre os gêneros e determinados tipos de vínculos associativos.

Dentre aquelas e aqueles que deixaram seus vínculos associativos após serem eleitos, destacam-se, em maior proporção, os homens nos grupos religiosos (12,7%) e nas associações esportivas (16,6%), e as mulheres nas associações esportivas (13,8%), artísticas (12,0%) e nos sindicatos (12,1%). Verificamos também que a formação de vínculos associativos das e dos representantes **após serem eleitos** possui taxas muito baixas tanto entre os homens como entre as mulheres.

Tabela 3. Vínculos Associativos

Grupos Associativos	Nunca Participou		Partic. Antes, mas deixou		Participa desde antes de eleito		Começou part. dep. de eleito	
	<i>M</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>H</i>
	Grupo religioso	13,7	20,2	11,5	12,7	71,2	63,6	3,6
Assoc. esportiva	37,1	18,8	13,8	16,6	45,7	61,4	3,4	3,2
Assoc. artística	38,5	54,5	12,0	10,3	45,3	32,1	4,3	3,1
Sindicato	55,2	60,5	12,1	9,7	27,6	28,0	5,2	1,8
Assoc. ambiente	72,2	71,2	8,3	8,9	16,7	17,6	2,8	2,6
Assoc. profission.	50,9	61,6	8,6	7,5	37,1	28,5	3,4	2,3
Assoc. humanit.	44,2	53,7	7,1	10,1	46,9	33,7	1,8	2,5
Mov. sociais	37,2	44,9	5,3	9,2	51,3	42,4	6,2	3,5

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense (2015).

Embora não sejam enquadradas como associações, as Instituições Participativas (IPs) ⁴ também foram inseridas na nossa análise por se constituírem em espaços importantes de participação de base não eleitoral que, em boa medida, incorporam as organizações da sociedade civil. Diante disso, a pesquisa visou mapear também os vínculos dos representantes eleitos com esses fóruns participativos, como o Orçamento Participativo (OP) e os Conselhos Gestores. Como podemos perceber na tabela abaixo (IV), de modo geral, a maioria, tanto de vereadoras quanto de vereadores, afirma nunca ter participado dessas modalidades de IPs. Ainda assim, julgamos significativos os dados que indicam uma participação atual ou anterior

⁴ As IPs são, em geral, as instituições que incorporam cidadãos e associações da sociedade civil em fóruns públicos de deliberação de políticas públicas (Avritzer, 2008; Pires e Vaz, 2014). Entre os exemplos temos os orçamentos participativos e os conselhos gestores de políticas públicas no Brasil.

desse grupo em IPs, o que reforça os estudos que vêm mostrando a proximidade entre tais instâncias e as instituições tradicionais da democracia representativa.

Tabela 4. Participação em Instituições Participativas

IP's	Mulheres	Homens
Orçamento Participativo		
<i>Participo</i>	30,4	28,7
<i>Já participei</i>	28,1	32,8
<i>Nunca Participou</i>	41,5	38,5
Conselhos Gestores		
<i>Participo</i>	12,2	14,7
<i>Já participei</i>	34,1	26,1
<i>Nunca Participou</i>	53,7	59,2

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense (2015).

Sobre a tabela acima, destacamos o seguinte: 1) a menor taxa de participação junto aos Conselhos Gestores, a despeito de em muitos casos tais instituições serem obrigatórias para algumas áreas, e a razoável alta declaração de participação em Orçamentos Participativos, a despeito de muitos municípios nunca terem implementado tais iniciativas; 2) mais mulheres afirmam participar ou já terem participado de Conselhos Gestores, o que está em consonância com outros estudos que afirmam a importância da passagem nessas instâncias para as que conseguem superar as barreiras para a entrada nos espaços da democracia representativa (Almeida, Lückmann e Ribeiro, 2012).

Sobre o *Capital familiar*, como vimos antes, dados

disponíveis mostram o seu significativo peso para o sucesso eleitoral de candidatos e candidatas. Em especial, neste último caso, considerando as desigualdades sociais e de gênero que barram maior acesso das mulheres a recursos políticos. Por consequência, o capital familiar torna-se fundamental para que elas no sucesso eleitoral, ao herdarem uma rede de relações sociais que favorecem a competição. A tabela abaixo apresenta os nossos dados sobre o assunto:

Tabela 5. O (a) sr (a) possui algum parente que já ocupou ou ocupe cargo público eleito? %

	Sim	Não
Mulheres	60,9	39,1
Homens	41,9	58,1

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense (2015).

De modo geral, as vereadoras eleitas em Santa Catarina, de fato, atestam possuir maiores vínculos familiares com ocupantes de cargos públicos do que os homens, posto que 60,9% delas afirmaram “possuir algum parente que ocupou ou ocupa cargo público eletivo”, número muito similar à porcentagem de homens (58,1%) que informam “não possuir parentes com cargos”. Cumprenos analisar mais adiante qual o peso efetivo deste capital para a elegibilidade.

Quanto ao grau de parentesco, verificamos que os

vereadores e as vereadoras possuem maiores vínculos políticos com tios (as) e primos (as) do que com pais/mães, irmãos (ãs) ou outros parentes:

Tabela 6. Vínculos com parênteses na política %

Parentesco	Mulheres	Homens
Pai/mãe	15,1	8,7
Irmão/Irmã	11,9	9,4
Avô/Avó	3,8	2,2
Tio/Tia	18,9	13,3
Primo/Prima	17,6	13,2
Cunhado/Cunhada	8,8	4,7
Filho/Filha	1,3	0,7

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense (2015).

Para analisar o *capital delegado*, contamos com três variáveis: a) a passagem por *direções partidárias*; b) a ocupação de algum *cargo público eletivo*; c) a ocupação por cargo político *não eletivo*, antes de 2012. Antes, porém, cabe apresentar a distribuição partidária das (os) vereadores.

Como podemos observar, numericamente, PMDB, PP, PT, PSD e PSDB são os que mais elegeram mulheres às cadeiras legislativas do Estado. O que se observa, aqui, é uma tendência diferente da apontada pela literatura quanto ao protagonismo dos partidos de esquerda na eleição de mulheres, uma vez que partidos os partidos que mais elegem mulheres no estado não são os de esquerda, e estes, na verdade, de modo geral elegem muito poucos

vereadores – independente do gênero.

Tabela 7. Distribuição dos vereadores por gênero e partido

Partido	Gênero		Total	% de Vereadoras
	Feminino	Masculino		
PMDB	53	235	288	18,4
PP	29	148	177	16,4
PT	19	90	109	17,4
PSD	18	148	166	10,8
PSDB	17	86	103	16,5
DEM	4	22	26	15,4
PPS	4	24	28	14,3
PDT	2	24	26	7,7
PR	1	15	16	6,3
PSB	1	8	9	11,1
PSL	1	0	1	100,0
PTB	1	15	16	6,3
PV	1	2	3	33,3
Solidariedade	1	11	12	8,3
PCdoB	0	4	4	0,0
PPL	0	1	1	0,0
PRB	0	2	2	0,0
PRP	0	1	1	0,0
PTdoB	0	1	1	00,0
PSC	0	6	6	0,0
TOTAL	152	843	995	15,3

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense (2015).

Uma explicação para esta evidencia está no fato de que as eleições em contextos locais/prorporcionais possuem características distintas daquelas observadas em âmbito nacional/majoritárias, contendo características mais personalistas e menos ideológicas, o que dificulta o sucesso eleitoral de mulheres devido suas dificuldades históricas de mobilização de recursos políticos, em detrimento do capital familiar. Este fato, porém, deixemos

para observar mais atentamente na próxima seção. Deste modo, para entendermos mais detidamente as diferenciações dos dados gênero X Partido é preciso observar os processos de formação, institucionalização e atuação dos partidos em cada contexto (Panebianco, 1988; Katz e Mair, 1995; Braga e Roma, 2002). É isto, basicamente, que se evidencia mais fortemente pelos dados do segundo bloco da tabela, quando descrevemos o *percentual* de vereadoras eleitas por cada partido. A proporcionalidade de mulheres no interior das bancadas de cada partido se altera em função do baixíssimo número de vereadores nos partidos menores, como são os casos do PSL (apenas 1) e PV (3 vereadores).

Chamamos atenção ainda para o posicionamento ideológico das e dos parlamentares. Foi solicitado a elas e a eles que indicassem sua posição ideológica numa escala de 1 a 10, onde 1 significa extrema esquerda e 10, extrema direita. Conforme mostra a tabela abaixo, o percentual de mulheres é superior ao de homens nos dois extremos da escala. Para as vereadoras, encontramos também um maior equilíbrio de percentuais ao longo da escala, ao passo que, entre os vereadores, um predomínio de posicionamentos no centro-direita.

Tabela 8. Posicionamento Ideológico

Média	Auto posicionamento ideológico (%)										
	N/S	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Mulheres	5,9	10,1	6,7	6,7	6,7	15,1	10,9	6,7	8,4	6,7	16,0
Homens	4,6	6,3	4,9	3,8	4,9	20,5	12,7	11,5	12,6	4,7	13,6

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense (2015).

Precisamos considerar que as carreiras políticas são marcadas por aspectos internos e externos às atividades partidárias. No primeiro caso, um fator determinante essencial das trajetórias e formação de elites políticas é a passagem ou não dos indivíduos por direções partidárias.

Conforme tabela abaixo, nossos dados apontam que apenas 30,7% das vereadoras eleitas em Santa Catarina exercem cargos dirigentes em seus partidos, contra 48,4% dos vereadores. Para realidades como esta, Godinho (1994, p. 151), por exemplo, afirma que a ausência de mulheres nesses espaços, de modo geral, *expressa um processo de divisão sexual de trabalho, papéis e funções, que colocam barreiras a entrada das mulheres nas esferas de poder público*. No mesmo sentido, Norris (2013) vê inclusive nas cotas de gênero para cargos partidários uma saída para se alterar essa realidade, e uma alternativa relevante para que mais mulheres e candidatas, inclusive, consigam ser eleitas. Isto porque, conforme argumentam Barreira e Gonçalves (2012), a análise dos determinantes do sucesso

eleitoral das mulheres demanda mais do que a compreensão restrita do momento do pleito. O processo de recrutamento político se caracteriza como uma das principais funções dos partidos políticos e, por isso,

o fato de as mulheres aí não estarem [nas direções partidárias] em número suficiente e, portanto, não influenciarem as principais decisões quanto à seleção de candidaturas, distribuição de recursos financeiros, tempo destinado no horário eleitoral e apoio logístico às campanhas constituem fatores que certamente reproduzem a dinâmica desigual da representação de gênero (Barreira e Gonçalves, 2012, p. 10-11).

A trajetória política das e dos legisladores analisada pela passagem delas e deles por outros cargos políticos *eletivos* ou *não* eletivos nos revela uma relação inversamente proporcional na realidade de homens e mulheres se compararmos cada um dos espaços. Como podemos observar abaixo, a proporção de homens que já foram eleitos para cargos públicos anteriormente é maior (38%) do que a taxa de mulheres (21,5%) na mesma situação. Enquanto o inverso ocorre para a ocupação de cargos públicos não eletivos. Neste segundo caso, mais mulheres (42,2%) já passaram por esses espaços, se comparadas aos homens entrevistados (36,7%).

Tabela 9. Capital Delegado para vereadoras e vereadores (%)

	Participou de cargo público eletivo antes 2012	Participou de cargo público não eletivo antes 2012	Ser ou ter sido dirigente partidário
Mulheres	21,5	42,2	30,7
Homens	38,0	36,7	48,4

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense (2015).

Em síntese, os dados apresentados acima sobre capital delegado nos permitem concluir que a ocupação de postos de direção partidária e de cargos eletivos é uma marca distintiva importante das carreiras dos homens comparados as das mulheres, para as quais se mostra mais importante a ocupação de cargos públicos não eletivos.

Determinantes da elegibilidade nos Legislativos Municipais

A fim de testar as variáveis influentes sobre o potencial de elegibilidade de vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina, tomamos como variável dependente a seguinte questão: “*Este é o primeiro mandato do (a) sr. (a)?*” Nossa hipótese é a de que este *marco zero* na carreira eletiva das e dos legisladores guarda, entre homes e mulheres, diferentes marcadores na trajetória política anterior. Três modelos com distintas variáveis independentes foram criados, conforme a tabela abaixo.

Num primeiro momento (modelo 1), inserimos

variáveis de **centralidade individual** – *idade, escolaridade e estado civil* -, pois em se tratando de uma busca comparativa entre homens e mulheres na política, de acordo com a literatura, atributos individuais possuem peso explicativo. Nesse modelo, também testamos a influência do *posicionamento ideológico* e inserimos as três variáveis já descritas acima que integram o que estamos considerando **capital delegado** – já ter *ocupado outro cargo de representação eletiva* antes das eleições de 2012, *ter ocupado algum outro cargo público não-eletivo* e ser ou ter sido *dirigente partidário(a)*. Incluímos nesse modelo a nossa única variável para **capital familiar**: “parente que já ocupou ou ocupe cargo público eleito”. Por fim, inserimos uma medida que nos permitisse analisar os **vínculos associativos** dos e das representantes na sua elegibilidade, aqui denominado Índice de associativismo. Esse índice foi gerado a partir das declarações de participação ou não nas cinco⁵ modalidades associativas constantes no banco.

⁵ Cumpre notar que apesar de o banco de dados apresentar oito variáveis de participação em associações, ao realizarmos um teste fatorial de correlação entre elas, apenas cinco apresentaram consistência interna, ficando de fora do índice, portanto, as modalidades sindicato, associações religiosas e associações esportivas.

Tabela 10. Determinantes da elegibilidade de mulheres e homens

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Mulheres <i>R</i> ² 0,674	Homens <i>R</i> ² 0,731	Mulheres <i>R</i> ² 0,734	Homens <i>R</i> ² 0,734	Mulheres <i>R</i> ² 0,471	Homens <i>R</i> ² 157
Idade	0.002	0.057	-0.019	0.050	0.125	0.320***
Escolaridade	0.009	-0.021	-0.007	-0.024	-0.054	-0.007
Estado civil	0.030	-0.023	-0.050	-0.023	-0.100	-0.074
Posição Ideológ	0.122	-0.003	0.200**	-0.007	0.265**	0.041
Cargo Eletivo	-0.668***	-0.821***	-0.616***	-0.817***	-	-
Cargo N-Eletivo	-0.004	-0.049	-0.044	-0.052	-	-
Dirigente Part	-0.080	0.002	-0.047	0.007	-	-
Cap. Familiar	0.071	-0.008	0.046	-0.004	-0.037	-0.026
OP	0.178	0.021	0.183	0.020	0.255**	0.016
Conselhos	0.065	-0.024	0.071	-0.031	0.285**	0.035
Associativismo	0.176	-0.031	-	-	-	-
Ass Religiosa	-	-	-0.094	-0.036	-0.162	-0.038
Ass esportiva	-	-	-0.007	-0.017	0.027	0.097
Ass. Artística	-	-	0.225**	-0.019	0.375*	0.047
Sindicato	-	-	0.162	-0.001	0.146	-0.041
Ass Meio Amb	-	-	-0.186	0.056	-0.312**	0.175**
Ass profissional	-	-	0.000	-0.005	-0.011	-0.120
Ass Caridade	-	-	0.099	0.000	0.353**	-0.031
Mov. Sociais	-	-	0.057	-0.027	-0.223	-0.070

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense (2015).

Tecemos três observações sobre este primeiro teste: [a] apresenta potencial explicativo significativo, posto que os respectivos R^2 são elevados tanto para os modelos incluindo apenas vereadoras, ou incluindo apenas vereadores; [b] apenas a presença anterior em cargos eletivos apresenta significância explicativa, ainda que com efeito contra intuitivo, ou seja, ter ocupado cargos eletivos anteriormente reduziria as chances de eleição tanto para homens como para mulheres; [c] este cenário poderia nos

indicar que as chances de homens e mulheres se elegerem em primeiro mandato no Estado de Santa Catarina independeria das características individuais (idade, escolaridade, estado civil) ou de suas inserções anteriores no campo político.

Entretanto, considerando nosso interesse especial sobre os impactos do associativismo nas trajetórias políticas das elites locais, desenhamos um segundo teste. Diante do que encontramos no modelo anterior, substituímos o índice associativismo pela inclusão de todas as variáveis de participação em associações, individualmente. O resultado deste modelo 2 mostrou-se um pouco mais elucidativo que o primeiro, e com potencial explicativo ainda alto ($R^2 = 0,734$). Mesmo que a variável sobre cargos eletivos continuasse apresentando comportamento contrário do esperado, duas novas variáveis passam a explicar melhor as condições que levam mulheres a se elegerem. Verificamos, assim, que o posicionamento ideológico das mulheres é um fator preponderante, de modo que cada ponto numa escala de 1 a 10 (em que 1 é esquerda e 10 direita) amplia em 20% o sucesso eleitoral das mulheres, ou seja, quanto mais à direita for a candidata, maiores suas chances eleitorais. Tal aspecto ajuda-nos a compreender os dados apresentados na seção anterior quanto ao insucesso eleitoral dos

partidos de esquerda na eleição de mulheres. Além disso, a participação das mulheres em Associações Artísticas eleva suas chances de vitória em 22,5%.

Para chegarmos ao modelo 3 realizamos três testes anteriores que seguiram os seguintes passos:

[1] num primeiro momento, excluimos a variável “cargo eletivo”. Este exercício nos rendeu elementos interessantes, pois (i) além das variáveis ideologia e associações artísticas, a participação em associações de caridade também passou a impactar positivamente a trajetória das mulheres; (ii) três variáveis tornaram-se relevantes nas carreiras dos homens – idade (quanto mais velho, maiores as chances); já terem ocupado cargos não-eletivos, e; participação em associações de meio ambiente.

[2] retiramos posteriormente a variável “cargo não-eletivo”. Este novo cenário (i) manteve apenas idade e participação em associações ambientalistas como relevantes na trajetória dos homens e, (ii) além das três variáveis pertinentes para mulheres, a participação delas em Orçamentos Participativos mostrou-se atributo importante.

[3] por fim, ao retirarmos a última variável que compõe nosso *capital delegado*, chegamos ao modelo 3, cujo resultados são mais curiosos e robustos. Seu potencial explicativo foi reduzido em relação aos demais modelos, é

verdade, mas ganhamos em atributos explicativos de nosso problema. Sem o peso do capital delegado, observamos que para a trajetória dos parlamentares homens de Santa Catarina, apenas a idade e participação em associações em defesa do meio ambiente continuam explicativas. A cada incremento na faixa etária dos homens elevam em 32% suas chances de conquistarem um primeiro mandato, e serem ambientalistas lhes ajudam em 17,5% para o mesmo fim. Verificamos de outro modo que o sucesso eleitoral das mulheres depende de uma gama muito maior de articulações e uma carreira política muito mais rebuscada, posto que encontramos neste último caso um conjunto de variáveis explicativas para elas: posicionamento ideológico, participação em IPs (OPs e Conselhos) e manutenção de vínculos associativos. Sendo assim, cada ponto rumo a um posicionamento ideológico mais à direita favorece em 26,5% a eleição das mulheres; a participação em OPs em 25,5%; em Conselhos Gestores em 28,0%; em associações artísticas (37,5%), e associações de caridade/humanitárias (35,3%); a única variável com significância que apresentou efeito negativo, no entanto, fora meio ambiente (31,2%).

Conclusões

Os dados apresentados neste trabalho reforçam conclusões de trabalhos anteriores que apontaram para marcadores de diferenças importantes nas trajetórias política de mulheres e homens. Nessa direção, a estrutura familiar parece fornecer apoio muito mais para os homens buscarem sucesso em carreiras públicas, se comparados às mulheres. Também se reproduz aqui determinadas associações entre tipo de ocupação e gênero, com as vereadoras exercendo, com maior frequência, ocupações consideradas tipicamente femininas, vinculadas ao cuidado e ao mundo familiar. Conforme vimos também, sobre as mulheres políticas pesam maiores exigências de qualificação do que para os homens políticos.

Confirmamos também a importância dos vínculos associativos e do capital familiar para ambos os gêneros, mas, em especial, para as mulheres, ao passo que se destaca entre os vereadores o capital delegado, principalmente aquele advindo da ocupação de cargos eletivos e de postos de direção partidária. Nesse sentido, considerando os dados descritivos, podemos dizer que há uma relação entre gênero e tipos de capitais políticos.

A respeito dos testes de regressão, destacamos que o sucesso eleitoral das mulheres depende de uma gama

maior de articulações. Ou seja, há um conjunto maior de variáveis explicativas para o sucesso eleitoral delas se comparada aos dos homens.

Referências

ALMEIDA, C., LUCHMANN, L. H. & RIBEIRO, E. (2012). Associativismo e representação política feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 08, 237-263.

ALVES, J. E. D. O avanço das mulheres nas eleições de 2012 e o déficit democrático de gênero. *Ecodebate*, Rio de Janeiro, 17/10/2012
<http://www.ecodebate.com.br/2012/10/17/o-avanco-das-mulheres-nas-eleicoes-de-2012-e-o-deficit-democratico-de-genero-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>

ARAUJO, C. (2010). Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Estudos Feministas*, 18(2): 352, 567-584.

BARREIRA, I & GONÇALVES, D.N. (2012) “Presença” e “ausência” de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários. In ALVES, J.E.D. & PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F (org.), *Mulheres nas eleições 2010 – São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres*.

BRAGA, M. S. S.; ROMA, C. . Sistema Partidário, eleições e a questão federativa no Brasil (1986-2000).. In: Céli Regina Pinto; André Marengo dos Santos. (Org.). *Partidos no Cone Sul. Novos Ângulos de Pesquisa*. 1ed.Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002, v. 1, p. 47-82.

MIGUEL, L. F. ; BIROLI, F. . *Feminismo e política*. 1. ed. São

Paulo: Boitempo, 2014. v. 1. 166p

BOURDIEU, P. (1986). A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In _____. O poder simbólico. Lisboa: Difel.

CAIAZZA, Amy; PUTNAM, Robert. (2005), "Women's status and social capital in the United States". *Journal of Women, Politics, and Policy*, v. 27, n. 1-2, pp. 69-84.

CODATO, A.; COSTA, L. D. & MASSIMO, L. (2014). Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. *Revista Opinião Pública*, v. 20, n. 3, 346-362.

CORADINI, O. L. (2011). Representação Política e de Interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. *Revista Sociedade e Estado*, vl 26, n. 1, 197-220, Janeiro/Abril.

CORADINI, O. L. (2007). Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 28, 181-203.

GODINHO 1996. AÇÃO AFIRMATIVA NO PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Revista Estudos Feministas*, n1, p. 148-157

GURZA LAVALLE, A. (2011). O estatuto político da sociedade civil: evidências da cidade do México e de São Paulo. CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA. Textos para Discussão. CEPAL-IPEA.

GURZA LAVALLE, A. & ISUNZA VERA, E. (2010). Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática: participación, controles sociales y representación. In ISUNZA VERA, E & GURZA LAVALLE, A. (orgs). *La innovación democrática en América Latina. Tramas y nudos de la representación, la participación y el control social*. México: Centro de

Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Universidad Veracruzana.

GURZA LAVALLE, A., HOUTZAGER, P. P. & CASTELO, G. (2006a). Representação Política e Organizações Cívicas: Novas Instâncias de Mediação e os Desafios da Legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, 43-66.

GURZA LAVALLE, A., HOUTZAGER, P. P. & CASTELO, G. (2006b). Democracia, pluralização da representação e sociedade cívica. *Lua Nova*, vol.67, n.67, 49-103.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party

democracy. *Party Politics*. Vol. 1, n. 1 (1995)

LINO, T. B.; ALVES, J. E. D; SILVA, D. B. N. (2013) Mulheres nas Eleições para as Câmaras Municipais no Brasil em 2012. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 4, jul./dez.

LÜCHMANN, L. H. H., ALMEIDA, C. e GIMENES, E. R. (2016) Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil. *Dados*, vol.59, no.3, p.789-822.

LANDIM, Leilah; SCALON, M. C. Quem dá e quem não dá, eis a questão. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, 2000.

LEWIS, V. A.; MACGREGOR, C. A.; PUTNAM, R. Religion, Networks, and Neighborliness: The Impact of Religious Social Networks on Civic Engagement. *Social Science Research* 42.2 (March 2013): 331-346.

LÜCHMANN, L. H. H. (2011). Abordagens teóricas sobre o associativismo em suas relações com a democracia. Trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, UFPR.

_____ (2007). A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova*, n.70, 139-170.

MANSBRIDGE, J. (2001). The descriptive political representation of gender: an anti-essentialist argument. In: KLAUSEN, J. & MAIER, C. S. (eds). Has liberalism failed women? Assuring equal representation in Europe and the United States. New York: Palgrave.

MARENCO, A. & SERNA, M. (2007). Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento político em Brasil, Chile e Uruguai. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 22 nº. 64, 93-113.

MIGUEL, L. F; MAQUES, D. & MACHADO, C. (2015). Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. Dados – Revista de Ciências Sociais, vl. 58, n. 3, 721-747.

MIGUEL, L. F. (2010). Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. Revista Sociologia e Política, vol.18, no.36, 25-49.

MIGUEL, L. F. (2003). Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. Revista de Sociologia e Política, nº 20, 115-134.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. (2003), “Gendering Social Capital: Bowling in Women’s Leagues?” Conference on Gender and Social Capital, St. John’s College, University of Manitoba.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. Revista de Sociologia e Política, 21(46), 11-32. 2013.

Panbianco, A. (1988) Political Parties: Organization and Power. Cambridge: Cambridge University Press, 318 pp,

PERISSINOTO, R. (2014). Ocupação profissional, profissionalização política e partidos nas eleições de 2010 no Brasil. In Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Brasília, DF.

PERUZZOTTI, H. & SELEE, A. (2009). Participatory Innovation and Representative Democracy in Latin America. In. SELEE, A. & PERUZZOTTI, H. (eds) Participatory Innovation and Representative Democracy in Latin America. Washington: Woodrow Wilson Center Press.

PINHEIRO, L. S. (2006). Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília.

URBINATI, N. (2006a). Representative Democracy: principles & genealogia. Chicago: Chicago Press.

URBINATI, N. (2006b). O que torna a representação democrática? Lua Nova, no.67, 191-228

YOUNG, I. M. (2006) Representação política, identidade e minorias. Lua Nova, nº 67, 139-190.

_____. (2000). Inclusion and democracy. Oxford: University Press, 2000.

SACCHET, Teresa. (2009). “Capital social, gênero e representação política no Brasil”. Opinião Pública, v. 15, n. 2, pp. 306-332.

MECANISMOS DE INGRESSO NO LEGISLATIVO MUNICIPAL CATARINENSE E OS LIMITES DA RENOVAÇÃO NA POLÍTICA

Jacques Mick
Diane Southier

Introdução

O capítulo analisa os mecanismos de ingresso no Legislativo Municipal em Santa Catarina e sua relação com a taxa de renovação nos cargos de vereador(a), a partir dos dados do primeiro Censo Legislativo Municipal Catarinense. O Censo demonstra que seis em cada dez vereadores estão em seu primeiro mandato, o que sugeriria uma renovação significativa nos cargos. Apesar disso, contudo, grande parte dos parlamentares eleitos veio de famílias de políticos (45%), ocupou cargos de confiança nas prefeituras ou outras funções públicas (30%), foi dirigente de partidos políticos (31%) ou já havia exercido algum mandato (41%). Em ao menos uma dessas quatro características, encontram-se 75% dos vereadores catarinenses – ou seja, menos da metade dos

parlamentares em primeiro mandato ingressaram na política com a eleição para a Câmara dos Vereadores.

Tais dados evidenciam as dificuldades que cidadãos com poucos vínculos com o campo político enfrentam quando concorrem a cargos eletivos. Mesmo conexões sociais importantes, como a participação em movimentos ou organizações, associações comunitárias, empresariais ou de trabalhadores, por exemplo, parecem menos relevantes para a entrada no campo político do que vínculos econômicos, familiares, corporativos ou religiosos já nele representados.

A hipótese explorada neste capítulo é a de que o campo político é pouco poroso ao ingresso de agentes que não disponham de capitais políticos específicos, acumulados pela participação em determinadas organizações (Estado, partidos políticos), mais que em outras (sindicatos, associações, ONGs). Tal característica faz com que o sistema eleitoral seja um jogo com *players* sempre iguais: mesmo quando há “renovação”, esta se dá entre os poucos agentes que conseguem entrar no campo. Com tais características, o sistema político tem pouca capacidade de representar a diversidade da sociedade: para muitos, ao contrário do que se imagina em certa idealização da democracia, é praticamente impossível entrar no campo político por uma candidatura à Câmara

Municipal.

O artigo se estrutura em três partes. Na primeira, o conceito de campo político é elaborado teoricamente, a partir da crítica aos estudos de Pierre Bourdieu sobre o tema. Na segunda, apresentam-se em detalhes os dados do Censo Legislativo Municipal Catarinense sobre as relações de parentesco e as conexões prévias dos parlamentares eleitos com outros cargos eletivos, não-eletivos ou da estrutura partidária, relacionando os dados à bibliografia especializada. A seção final recolhe as conclusões e indica estudos complementares.

A endogenia no campo político

A função de representação e o status de representante são privilégios ao alcance de poucos e, como nota Alfredo Joignant (2012), o privilégio de obter um mandato não é distribuído equitativamente entre todos os que alimentam a ideia de representar interesses coletivos. As instituições, além de fixarem critérios de recrutamento, restringem a viabilidade eleitoral a uma parcela reduzida dos candidatos.

O campo político, na visão de Bourdieu (2011, p.195), é, como os outros campos em geral, “um microcosmo no interior do macrocosmo social”. Segue as

mesmas regras dos outros campos, embora tenha suas especificidades, uma autonomia relativa em seus processos internos. O campo político é

um lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos. É importante saber que o universo político repousa sobre uma exclusão, um desapossamento. Quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza, mais os profissionais tendem a ver os profanos com uma espécie de comiseração (BOURDIEU, 2011, p. 197).

Ao observar as condições sociais de possibilidade de acesso ao campo político, Bourdieu (2011, p. 196) notou que “a primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se às atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de porta-voz. Além do tempo livre, há este outro fator que é a educação”. Bourdieu acreditava que, apesar da tendência ao fechamento, o campo político conserva certa subordinação ao voto, à escolha dos não-especialistas: “nunca pode se autonomizar completamente; está incessantemente referido a sua clientela, aos leigos, e estes têm de alguma forma a última palavra nas lutas entre os clérigos, entre os membros do campo” (2011, p. 202-203).

Joignant aponta para a relevância de se observar os *recursos* de que dispõem os indivíduos e que lhes permitem ter acesso a uma posição, seguir carreira no parlamento ou no Executivo e, assim, acumular poder político. Enfatizar os recursos equivale a destacar “as fontes políticas e sociais que se encontram na origem da ambição, das carreiras e do poder associado a um agente ou grupo de agentes” (JOIGNANT, 2012, p. 590). Para entender as “razões que explicam a desigual distribuição do interesse, da vocação, da virtude e da competência para ingressar no campo político, permanecer nele e, talvez, conquistar posições de dominação em uma ou em várias de suas arenas” (JOIGNANT, 2012, p.592), é preciso sublinhar que o acesso duradouro ao campo político depende da posse de algum capital pertinente a esse espaço, bem como a competência associada àquela posse. Assim, baseando-se em Bourdieu, Joignant propõe sete espécies de capital relevantes para o campo, cada uma associada a um tipo hipotético de agente político. O capital *familiar* produz o *herdeiro*; o *universitário* gera o *dirigente estudantil*. O capital *político*, por sua vez, tem duas subespécies: a *militante* desemboca no *homem de partido* e a *oligárquica* produz o *político profissional*. O capital *tecnocrático* também tem duas subespécies, a *pragmática* (do *tecnocrata pragmático*) e a *política* (do *tecnocrata político*).

Por fim, as três espécies de capitais remanescentes são a *tecnopolítica*, que produz o *tecnopol*; a *notoriedade*, típica da *celebridade* política; e o tipo *carismático*, do *líder carismático* (JOIGNANT, 2012).

Porque as propriedades do campo variam historicamente, incidindo nos tipos de recursos mais ou menos valorizados, o capital propriamente político é apenas uma das espécies que contribuem para o acesso dos agentes ao campo. Isto, por sua vez, redundando em diferentes formas de habitar o mundo político e ali profissionalizar-se, ou seja, desenvolver o conjunto de práticas unificadas pelo *habitus*, tanto em termos de matriz quanto de gramática geradora de práticas coerentes ao campo, adquiridas nos processos de socialização dos agentes. Em tempos de desprestígio dos partidos, o valor do capital político objetivado parece entrar em declínio, diz Joignant, ao passo que se valorizam mais as formas de capital político incorporado e autonomizado em relação aos partidos. Dependendo dos tipos de capital valorizados em cada conjuntura histórica específica, as trajetórias políticas são marcadas por um processo no qual os agentes ajustam sua ambição aos recursos que detêm, buscando posições coerentes com os capitais possuídos.

Joignant indica duas formas de acumulação de capital: a primitiva e a estratégica. A primeira refere-se a

espécies de capital adquiridas fora do campo político – por meios econômicos, familiares, intelectuais, profissionais e outras redes de sociabilidade – e que podem ser politicamente incorporadas pelo agente e, então, incrementar e diversificar os recursos originários para ingressar ou se manter na arena política. A segunda forma de acumulação de capital propriamente político, a forma estratégica, tem lugar uma vez que se ingressa no campo, conduzindo o agente a posições de subordinação ou de dominação. Um mecanismo de importância em termos de acumulação de capital é o que se desenvolve a partir do momento em que o agente ingressa no campo, operando uma dinâmica acumulativa na qual o capital político tende a incrementar-se na medida em que o agente adquire elementos da cultura prática do campo, um “efeito em espiral das decisões de investimento, no qual um ato de investimento tende a produzir ao mesmo tempo suas condições de irreversibilidade” (JOIGNANT, 2012, p. 603).

Tal é a racionalidade das distintas espécies de capital, na qual apenas uma fração pode ser especificada como propriamente política. Desse modo, o capital investido em política pode ser objetivado ou incorporado, herdado ou adquirido, e suas formas de acumulação (primitiva ou estratégica) são uma função das espécies de recursos disponíveis, cujo valor e pertinência dependem das possibilidades históricas e contingentes do campo político (JOIGNANT, 2012, p.603).

Nesse sentido, é necessário observar os fundos de capitais disponíveis no início das trajetórias e/ou das carreiras políticas dos agentes, pois a quantidade de capital dotada pode variar, por exemplo, quando o indivíduo é nomeado para algum cargo governamental ou quando alcança uma vitória eleitoral. Isto porque um capital de notoriedade, digamos, pode vir a combinar-se com recursos políticos herdados na forma de um sobrenome de prestígio ou de familiares já bem sucedidos no campo; combinação que pode resultar no acesso exitoso a cargos eletivos e que tende a auto-incrementar-se posteriormente.

Vejamos de que forma isto se dá em relação aos vereadores do Legislativo Municipal Catarinense.

O berço dos vereadores

De acordo com o Censo Legislativo Municipal Catarinense, estavam em seu primeiro mandato 59% dos vereadores da legislatura 2012-2016. Perto de 14% haviam iniciado o segundo mandato e 15%, o terceiro. Um grupo de parlamentares estava no cargo havia bastante tempo (12% já tinham completado pelo menos três mandatos), mas esse conjunto formava um percentual

menor da população estudada. O fato de que quase três em cada quatro vereadores estavam em seu primeiro ou segundo mandato indicaria, em tese, uma taxa de renovação significativa dos legislativos municipais catarinenses.

Outros dados da mesma pesquisa, contudo, apontam em direção distinta: se levarmos em conta experiências políticas anteriores e a origem familiar dos eleitos, teremos um cenário de baixa renovação, em que o poder passa de pai para filho ou de um para outro integrante dos blocos políticos dominantes. Juntando-se três características – se já haviam sido eleitos para cargo público ou ocupado cargo não eletivo e se tinham parentes em cargos eletivos –, chega-se a 791 vereadores que responderam positivamente a ao menos uma das quatro questões: eles correspondem a 75% dos 1.054 respondentes (Quadro 1).

Quadro 1. Vereadores de Santa Catarina com mandato ou cargo não eletivo anterior, ou com parentes na política (2014)

	N	%
Já haviam sido eleitos	347	35,5
Já haviam ocupado cargo não eletivo	359	37,5
Tinham parentes na política	441	44,9
Ao menos uma das características anteriores	791	75

Fonte: 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense.

Se observarmos mais atentamente cada uma dessas

origens, teremos elementos para caracterizar certos traços que favorecem não a renovação, mas a reprodução, quando não dos mesmos indivíduos, dos mesmos grupos políticos.

As relações de parentesco são, claramente, um fator-chave para a viabilidade eleitoral dos candidatos a vereador. Têm ou já tiveram parente exercendo algum tipo de mandato eletivo 45% dos parlamentares catarinenses na legislatura 2012-2016. Dos 983 vereadores que responderam à questão, 34% têm familiares que exercem ou já exerceram o cargo de vereador; 11% têm na família um prefeito ou ex-prefeito e 3% um vice-prefeito (ou ex-vice-prefeito). Apenas nove vereadores apontaram um (ex-)deputado, dois um (ex-)deputado federal e dois um (ex-)governador. Ter parentes que exercem ou já exerceram algum cargo eletivo municipal parece ser um caminho importante para alcançar uma cadeira de vereador. Ao tipificarem os parentes com mandato, 15% dos respondentes indicaram primos, 10,5% mencionaram o pai ou a mãe e um percentual menor indicou um irmão ou uma irmã. A seguir vêm os cunhados, com 5,7%⁶.

Pouco mais de 35% dos respondentes já haviam

⁶ É notável o pequeno percentual de cônjuges com cargos eletivos, apenas 17 casos. Isso possivelmente se deve ao fato de essa opção de resposta não existir originalmente no questionário: ela foi tabulada a partir de respostas detalhadas à opção “Outro”.

exercido um cargo eletivo anteriormente (alguns deles, mais de um) - quase todos (337) já haviam sido vereadores, sete haviam sido prefeitos e dez, vice-prefeitos⁷. (O número de cargos é maior que o de respondentes porque alguns vereadores haviam tido mais de um cargo eletivo antes do atual mandato). Não há qualquer ex-ocupante de cargos eletivos estaduais ou federais que tenha retornado às Câmaras Municipais; isso parece indicar que, de fato, para a parcela dos vereadores bem-sucedida em suas ambições de transitar para a Assembleia Legislativa ou a Câmara dos Deputados, por exemplo, a vereança é apenas um lugar de partida, um ponto de não-retorno. Mas, como a competição por cargos eletivos estaduais ou federais é mais intensa, parcela significativa dos parlamentares municipais fixa seu projeto político na recondução continuada aos mandatos - e são particularmente bem-sucedidos.

Entre os 37,5% que informaram ter ocupado algum

⁷A presença de parlamentares com mais de um mandato nas Câmaras de Santa Catarina é maior se considerarmos outras questões do Censo: numa delas, 41% dos parlamentares informaram não estar em primeiro mandato; noutra, 38,4% do total dos respondentes mencionaram ter tido pelo menos um mandato anterior completo como vereador. Optamos pela questão que detalha os cargos eletivos anteriores; fica claro que parte dos respondentes não entendeu os mandatos anteriores como vereadores como relevantes para a questão.

cargo público não eletivo anteriormente ao mandato, a atuação mais freqüente foi como secretário municipal: 11,4% dos vereadores estiveram em secretarias como Saúde, Educação e Agricultura, seguidas por Obras, Administração, Cultura, Esporte e Turismo, além de outras menos citadas. Um segundo caminho de destaque para as Câmaras são os cargos de direção ou gerência no Executivo municipal, como a direção de Secretarias Municipais ou a chefia de gabinete, os mais mencionados. Cerca de 10% dos vereadores exerceram esse tipo de cargo. Os dados indicam que o recrutamento de pessoas para cargos públicos por parte dos prefeitos tem importância significativa na viabilidade eleitoral, tanto por aumentar a visibilidade do político, quando por localizá-lo numa rede de relações sociais rica em outros contatos do campo, como militantes, dirigentes partidários, financiadores de campanha. Como disse Bourdieu (2011, p. 204), o capital político é “uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido”.

Temos, aqui, duas possibilidades de interpretação.

1) Apesar de Joignant dizer que os burocratas são agentes pouco visíveis na América Latina, tratando-se de indivíduos que acessam o campo político mediante um trabalho de reconversão do capital de familiaridade com o funcionamento cotidiano do Estado (o capital burocrático),

vemos que, ao menos em Santa Catarina, o capital burocrático acumulado pelo trabalho em Secretarias de governo é um importante fator no acesso ao campo, incrementado ao capital familiar e ao capital propriamente político. Uma vez dentro do campo, os vereadores passam à acumulação estratégica, desenvolvendo aquela dinâmica acumulativa de capital para manutenção do cargo, tornando-se políticos profissionais ao fortalecer redes de sociabilidade, prestígio e reputação, e redes de clientelas e doadores de campanha, pensando, eventualmente, na ascensão a postos eletivos do executivo ou do legislativo local, estadual ou federal. 2) Também é possível relacionar os vereadores às espécies tecnocráticas de capital, principalmente à variante política, incorporada por indivíduos que atrelam habilidades técnicas (aqui também em termos de familiaridade com o funcionamento do Estado – por meio das Secretarias de governo) com a militância partidária mais ou menos passiva.

Numa escala de importância dos capitais mais influentes no campo, segundo os dados do Quadro 1, temos que parcela significativa dos agentes é formada por herdeiros, tecnocratas e políticos profissionais, com base em capital familiar (44,9% tinham parentes na política), capital tecnocrático (37,5% já haviam ocupado cargo não eletivo) e capital político acumulado estrategicamente

(35,5% já haviam sido eleitos), alcançando 75% de respondentes que possuem algum dos capitais mencionados.

A mobilização de capitais em convergência é claramente uma estratégia dos parlamentares. Dos que possuíam parentes na política, mais de um terço tinham também mandato ou função não-eletiva anterior (Quadro 2). As quatro combinações possíveis desses três títulos de distinção abrangem mais da metade dos parlamentares com ao menos uma dessas características.

Quadro 2. Critérios de legitimação cruzada dos vereadores de Santa Catarina com mandato ou cargo não eletivo anterior, ou com parentes na política (2014)

Vínculos anteriores ao mandato	N	%
Tinham parentes e cargo eletivo	150	14,2%
Tinham parentes e cargo não-eletivo	158	15%
Tinham cargos eletivos e não-eletivos	162	15,4%
Tinham parentes, cargos eletivos e não eletivos	71	6,7%

Fonte: 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense.

É notável, na análise desses capitais distintivos, o peso que têm títulos próprios do sistema político, combinados à origem numa família de políticos. Isso parece indicar certo grau de autonomização do campo político em relação aos poderes clássicos do nascimento e da riqueza⁸. A representação “não é uma forma de

⁸“A história conheceu dois grandes títulos para governar os homens: um que se deve à filiação humana ou divina, ou seja, a superioridade no nascimento; e outro que se deve à organização

adaptação da democracia aos tempos modernos e aos vastos espaços. É, de pleno direito, uma forma oligárquica, uma representação das minorias que têm título para se ocupar dos negócios comuns” (RANCIÈRE, 2014, p. 69). E tais minorias advêm, mais e mais, do próprio campo político, num processo de autogeração de títulos de distinção política.

“As posições políticas, paradoxalmente, são mais hereditárias do que se gostaria de acreditar numa democracia”, diz Canêdo (2002, p. 170), pois, por mais que qualquer cidadão possa se candidatar a um mandato eletivo, preenchendo os pré-requisitos da lei, e exista sempre mais de um candidato em quem se pode votar, há toda uma série de circunstâncias que condicionam o acesso ao campo. Os padrões de acesso, afirmação e reprodução no espaço político explicam-se em grande medida pelo capital familiar, como vimos, seja por famílias tradicionais ou ascendentes. Nos dados sobre os vereadores de Santa Catarina, a ligação com parentes mais longínquos, como cunhados e primos, sugere que o capital político acumulado familiarmente se dá também por “adoção”

das atividades produtoras e reprodutoras da sociedade, ou seja, o poder da riqueza. As sociedades são habitualmente governadas por uma combinação dessas duas potências, às quais força e ciência, em proporções diversas, dão reforço” (RANCIÈRE, 2014, p. 62).

(CANÊDO, 2002 p. 183), ou seja, não necessariamente transmitido por parentes diretos, como pais e mães.

A ocupação de cargos públicos do executivo, por sua vez, na acumulação de capital político para acesso e reprodução no campo, é algo registrado em todos os níveis da política brasileira (GRILL, 2008). A passagem por secretarias de governo ou cargos de confiança, por exemplo, é uma forma importante de construção do capital político, em relação à sua forma mais partidária, pois é um meio pelo qual o partido investe naquele que investiu no partido (BOURDIEU, 2011a). Além de incrementar e fortalecer o capital social de quem ocupa um cargo dessa natureza, o político passa por uma aprendizagem administrativa nos bastidores da ação, adquirindo uma competência, em geral descrita como “técnica”, que pode ser reconvertida em capital político posteriormente. Apesar do que diz Joignant sobre a crescente desimportância dos partidos, estudos (MARENCO DOS SANTOS, 1997; PERISSINOTTO, MIRÍADE, 2009; LEAL, 2010) observam que, no Brasil, tais entidades continuam exercendo forte influência sobre os padrões de acesso ao campo. Ou seja, indicam que a fidelidade ao partido e os serviços a ele prestados criam oportunidades de ascensão na hierarquia da elite política. O sucesso eleitoral pode advir em grande medida do pertencimento a partidos

fortemente organizados e com capacidade de controlar recursos governamentais, o que sugere que os partidos são mais do que meras siglas às quais o político recorre como pré-requisito para candidatar-se (PERISSINOTTO, MIRÍADE, 2009).

Segundo Grill (2008, p. 70), os estudos sobre profissionalização política geralmente apontam para “dois processos interdependentes: a concentração dos mandatos por um número reduzido de agentes e a permanência desses agentes em cargos eletivos e políticos por um período longo de tempo”. O tempo de ocupação de cargos políticos eletivos ou não eletivos e o número de candidaturas indicam a dedicação mais ou menos intensa à carreira política, conformando padrões de trajetórias e de profissionalização no campo.

Entre os candidatos eleitos, o perfil que mais tem se destacado, e que aparece com percentuais por vezes muito elevado, é o do político profissional, aquele que já ocupou cargos partidários na administração pública ou, principalmente, foi eleito outras vezes em qualquer cargo da hierarquia política. Na análise dos dados da eleição de 2006 para a Câmara Federal, feita por Perissinotto e Miríade (2009) – em que pese a especificidade da pesquisa –, ter sido deputado anteriormente aumentava em quase vinte vezes a possibilidade de um candidato vir a ser eleito.

Ter sido vereador também afetava significativamente as chances de sucesso eleitoral, aumentando em mais de três vezes a chance de conquistar cargo de deputado federal; dado que indica algo do padrão de ascensão na hierarquia do campo.

No processo de profissionalização da atividade política, segundo Perissinotto e Miríade (2009, p. 321), “o acúmulo de capital político (objetivado no controle da máquina partidária, no acesso a cargos, na rede de relações políticas e na “força eleitoral”) torna esses profissionais capazes de controlar ostensivamente o universo da representação política”. Esse fato, se generalizado – temiam os autores –, colocaria problemas para o sistema político brasileiro, tornando-o cada vez menos democrático (fechado aos profanos) e menos representativo (dominado pelos profissionais preocupados apenas com sua autorreprodução).

Considerações finais

Se conceituamos a democracia como “o poder próprio daqueles que não têm mais título para governar do que para ser governados” (RANCIÈRE, 2014, p. 63), os dados analisados nesse capítulo legitimam as suspeitas sobre o caráter democrático dos sistemas representativos

vigentes no Brasil. Em Santa Catarina, o acesso de cidadãos comuns ao campo político, ainda que não seja interditado, os põe em contato com critérios de legitimação endógenos, que privilegiam os agentes em posição dominante dentro do campo. A observação de três títulos – a origem numa família de políticos, ao lado da ocupação anterior de cargos eletivos ou não-eletivos – indica que um processo de especialização do político profissional, que articula a herança familiar e o recrutamento precoce para a função pública, opera como vetor-chave para a viabilidade eleitoral de um candidato. Nesse processo, forjam-se as competências próprias do político profissional: um *habitus* em que se combinam saberes formais e informais, uma linguagem particular (TALPIN, 2005, p. 5).

O capítulo não considerou outros momentos da biografia dos vereadores, como o exercício anterior de cargos na direção partidária. Pouco menos de um terço dos parlamentares informou já ter ocupado (no partido atual ou em outro ao qual estivera filiado) algum cargo de direção partidária antes de assumir o mandato. Foram presidentes de diretório municipal 13% deles, 7% foram vice-presidentes, secretários ou tesoureiros em diretórios (ou comissões provisórias) municipais e outros 3% mencionaram cargos no diretório municipal, sem especificá-los. Ter participado de cargo de direção

partidária não parece ser fator necessário para alcançar uma cadeira de vereador, mas, para parcela dos eleitos, parece ser um dos caminhos possíveis. Esse tema pode ser objeto de estudos ulteriores, em relação à profissionalização dos políticos e também à importância dos partidos.

O elitismo próprio do sistema representativo estrutura o campo político, criando posições absolutamente desiguais entre os cidadãos comuns que nele ambicionam ingressar ou subsistir e os detentores dos títulos de distinção. Como notou Bourdieu num de seus textos clássicos, “o mercado político é sem dúvida um dos menos livres que existem” (1981, p. 4) e é precisamente por isso que as lideranças políticas tendem a se autorreproduzir – e à sua descendência.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

_____. O campo político. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011b, pp. 193-216. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6274/5133>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. O senso prático. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. La représentation politique, éléments pour une théorie du champ politique. Actes de la recherche en sciences sociales, 36-37, février-mars 1981.

_____. The political field, the social science field and the journalistic field. In: BENSON, R; NEVEU, E. Bourdieu and Journalistic Field. London/Malden: Polity Press, 2005, p. 29-47.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). Pro-posições, vol. 13, n. 3 (39), set./dez., 2002. Disponível em : <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/39-artigos-canedo1b.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

GRILL, Igor Gastal. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 65-87, jun. 2008. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/06.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

GUTIÉRREZ, Alicia B. Poder y representaciones: elementos para la construcción del campo político en la teoría de Bourdieu. Revista Complutense de Educación, vol. 16, n. 2, pp.373-385, 2005. Disponível em:

<<http://revistas.ucm.es/index.php/RCED/article/view/RCED0505220373A/15923>>. Acesso em 30 mar. 2016.

JOIGNANT, Alfredo. Habitus, campo y capital. Elementos para una teoría general del capital político. Rev. Mex. Sociol., México, v. 74, n. 4, p. 587-618, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032012000400003&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em: 30 mar. 2016.

LEAL, Carine de Souza. Quem faz a política no município? Perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008). 2010. 102f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, UFRGS. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27500>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MARENCO DOS SANTOS, André. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 33, p. 87-101, 1997. Disponível em:

<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_d ocman&task=doc_download&gid=38&Itemid=203>.

Acesso em: 10 out. 2016.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 52, n. 2, pp.301-333, 2009. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/dados/v52n2/v52n2a02.pdf>>.

Acesso em: 10 out. 2016.

RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.

TALPIN, Julien. Élitisme et deliberation dans la pensée politique de Pierre Bourdieu. Sens public, may 2005. Disponível em: <http://www.sens-public.org/IMG/pdf/SensPublic_JTalpin_elitisme_et_deliberation_chez_Bourdieu.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

**DEMOCRATISMO ENTRE LEGISLADORES
MUNICIPAIS CATARINENSES:
DETERMINANTES INDIVIDUAIS DA
ADESÃO PROCEDIMENTAL E
VALORATIVA AO REGIME**

Renata Andrade de Oliveira

Carla Simara Ayres

Éder Rodrigo Gimenes

Considerações iniciais

Desde o século XIX, autores considerados clássicos do elitismo enquanto teoria politológica afirmam que os valores, atitudes e comportamentos das minorias politicamente ativas constituem um dos principais objetos de estudos da Ciência Política (MOSCA, 1992; PARETO, 1984; MICHELS, 1982). Ainda que os estudos sobre a temática tenham sofrido retrações por conta de críticas marxistas, institucionalistas e estruturalistas, atualmente, as pesquisas constituem expressiva agenda tanto no âmbito nacional quanto internacional (PERISSINOTTO; CODATO, 2008).

No entanto, destaca-se que, no caso brasileiro, tais estudos focam segmentos específicos de elites, como as elites parlamentares nacionais (NUNES, 1978; CARVALHO, 1996; LIMA; CHEIBUB, 1996; CODATO, 2008; ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012) e regionais (PERISSINOTTO *et al*, 2007) e grupos não estatais (GIMENES, 2011), por exemplo. Nesse sentido, é possível perceber que pouca atenção foi dispensada até o momento aos membros do poder legislativo municipal, tendo os estudos desta natureza se concentrado em aspectos relacionados às carreiras políticas e aos recursos necessários ao ingresso e sucesso na competição eleitoral.

Assim, como forma de contribuição para a literatura que busca se aprofundar no estudo de elites municipais, o presente capítulo dialogará com a dimensão valorativa dos indivíduos, a chamada *cultura política*. A teoria culturalista tem enfatizado a importância dos valores na formação das instituições políticas e na promoção de princípios que guiam atitudes e comportamentos. Por ser um objeto complexo, a cultura política pode ser abordada empiricamente de diferentes maneiras, levando em consideração distintos elementos e fatores. Nesse sentido, sendo a democracia e seus desdobramentos a problemática central da Ciência Política contemporânea (REIS, 2000), os estudos mais recentes

buscaram se debruçar sobre a relação entre cultura política e democracia. Assim, a preocupação com o apoio aos valores democráticos passou a ser um dos principais temas de pesquisa atualmente (MOISÉS, 2008; BAQUERO, 2010; RIBEIRO, 2002, 2008, 2011; GIMENES, 2011, 2015a; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013; OLIVEIRA, 2014, 2015; CASALECCHI; DAVID; QUARESMA, 2013; FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2014).

Por meio do trabalho de Easton (1975), desenvolve-se uma linha de estudos que busca mensurar o apoio abstrato aos valores e princípios democráticos. Os estudos contemporâneos da abordagem culturalista indicam que a análise desse tipo de apoio ou adesão dos indivíduos aos valores e princípios do regime democrático é um forte indicador do nível de congruência entre a cultura política das nações e os processos de consolidação e aprofundamento da democracia. A adesão ao sistema democrático envolve um conjunto de valores, crenças e atitudes dos indivíduos em relação aos diferentes componentes ou objetos políticos (RIBEIRO, 2008). Assim, a maneira como esse apoio é constituído pode afetar a forma pela qual os indivíduos se posicionam subjetiva e objetivamente em relação aos fenômenos políticos, ou seja, a dimensão valorativa influencia na expressão dos comportamentos e atitudes.

Diante disso, as disposições e os posicionamentos que atores políticos relevantes, como as elites municipais, possuem em relação a temas delicados, como questões de gênero e raça, influenciará na formação da agenda política, e também, na qualificação das democracias. Dessa forma optamos por analisar um aspecto específico da cultura política dessa elite: estudo do apoio normativo à democracia, com ênfase na participação institucional.

Considerado tal contexto, o presente capítulo tem por objetivo analisar em que medida os vereadores dos municípios de Santa Catarina aderem à democracia em suas dimensões, que as classificamos aqui como procedimental e valorativa, por meio da verificação de sua manifestação de apoio normativo ao regime, da importância que atribuem a instrumentos de participação e de como se posicionam com relação a temáticas centrais à tolerância e ampliação de direitos. Para tanto, nossa base empírica é composta por dados decorrentes do “1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense”⁹, empreendido de maneira conjunta pela Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e pesquisadores do

⁹ Para conferência dos dados, verificar relatório final da pesquisa disponível em http://escola.alesc.sc.gov.br/sites/default/files/CENSO_Relatorio%20Alesc_Final.pdf. Para obtenção da base de dados, contatar a Escola do Legislativo do Estado de Santa Catarina.

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, entre os anos de 2014 e 2015.

Diante do exposto, o presente capítulo é composto, além desta introdução, por outras três seções. Na sequência apresentamos uma exposição das linhas teóricas que buscam enfatizar a importância da análise dos comportamentos políticos dos indivíduos, em especial, as elites políticas, e a relação que seus posicionamentos possuem com a construção de sociedades mais democráticas. Em seguida, serão expostos os resultados da análise do Censo do Legislativo, com foco na caracterização dos parlamentares e nos aspectos referentes ao apoio aos valores democráticos e as formas de participação institucionais, de modo a esboçar considerações sobre os impactos que o comportamento das elites municipais tem na promoção da democracia. Por fim, nos debruçamos sobre aspectos para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisas que enfatize cada vez mais a dimensão cultural e subjetiva de grupos políticos.

Cultura política, elitismo e adesão à democracia

Desde *The civic culture*, a abordagem de determinantes culturais dos fenômenos políticos se

apresenta relevante à Ciência Política. Ainda que tenha sofrido muitas críticas¹⁰, a obra de Almond e Verba (1989 [1963]) é reconhecida como marco da institucionalização de pesquisas sobre o tema e se destaca, dentre outros aspectos, pela inovação em investigar a existência de congruência entre variáveis subjetivas e os sistemas políticos de cinco países (Alemanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália e México). Assim como os pioneiros, autores como Putnam (1996), Inglehart (1988) e Diamond (1994) reafirmaram a relevância da cultura política às democracias.

Por se tratar de um fenômeno de grande complexidade, a cultura política pode ser mensurada por diferentes aspectos. A partir da discussão proposta por Easton (1975) acerca das medidas de apoio difuso e específico à democracia, tais aspectos se firmaram como relevantes indicadores de cultura política. Dessa forma, essa teoria dialoga com os clássicos do elitismo e com pesquisadores contemporâneos dedicados à temática.

Em se tratando do elitismo, os autores mais

¹⁰ Uma sistematização de críticas à obra encontra-se em Gimenes (2011). Os autores revisitaram sua teoria em nova obra algumas décadas depois da publicação da original, na qual buscaram responder às críticas e avançar na discussão sobre a relação causal entre cultura política e estrutura política (ALMOND; VERBA, 1989).

expressivos desta corrente teórica (MOSCA, 1992 [1896]; PARETO (1984); MICHELS (1982 [1911])) trataram da inegável demonstração histórica da existência de uma vanguarda que conduziria as decisões políticas: as elites. Segundo tais autores, mesmo diante de situações em que a participação das massas constitui amplamente o ativismo político, há que considerar a existência de elites, as quais conduzem os processos históricos e políticos¹¹.

Sobre as elites, Dahl (1997) discutiu as crenças de ativistas políticos ao tratar dos fatores que favorecem o estabelecimento de regimes democráticos em poliarquias. De maneira sucinta, seria possível afirmar que dificilmente um regime democrático existiria sem que uma parcela politicamente atuante da população aderisse a tal regime, a ponto de rejeitar fortemente outras formas de governo, de caráter autoritário. Por outro, “num regime hegemônico, os líderes, presumivelmente, pelo menos, devem preferir a hegemonia a qualquer alternativa” (DAHL, 1997, p.129).

Nesse sentido, a argumentação teórica de Dahl (1997) demonstra a relevância da discussão acerca dos

¹¹ A revisão teórica sobre a teoria das elites encontra-se competentemente mapeada por autores como Rennó (1998) e Ribeiro (2011). Considerações acerca dos conceitos clássicos da teoria elitista, da contribuição de Dahl (1997) ao debate e do conceito de “elites do poder” (WRIGHT MILLS, 1982) encontram-se em ensaio teórico recente (GIMENES, 2014).

valores, atitudes e comportamentos das elites políticas, como é o caso do objeto deste capítulo, uma vez que o autor defende que os ativistas políticos desempenham papel fundamental nos processos de criação e difusão dos elementos que conformam a cultura política de uma sociedade.

Diante de tais considerações, nos filiamos à inferência de Gimenes (2011) acerca do conjunto de autores destacados nesta seção e circunscrito ao estudo sobre a cultura política: as elites políticas são importantes e desconsiderar sua influência sobre os processos políticos seria ingênuo, uma vez que seus valores explicam a atuação daqueles que conduzem os processos decisórios, os quais afetam os cidadãos de modo geral. Nesse sentido, destacamos um aspecto relevante ao diálogo com os autores clássicos tanto da cultura política quanto da teoria elitista: os aspectos que formam a dimensão do apoio das elites políticas ao regime democrático.

Diante desta temática, destacamos inicialmente o artigo de David Easton, *A re-assessment of the concept of political support* (1975), no qual o autor distingue claramente duas dimensões da adesão valorativa dos indivíduos à democracia. Tal estudo se caracteriza como um aprofundamento ou especificação do projeto de pesquisa culturalista, uma vez que, assim como “*The civic*

culture”, se preocupa com os valores, crenças e atitudes dos cidadãos em relação ao sistema político (GIMENES, 2011).

Segundo o autor, a partir da segunda metade do século passado o conceito de apoio político passou a ser utilizado de maneira crescente nas pesquisas empíricas e, por conseguinte, uma variedade de problemas previsíveis começou a emergir, relacionados a questões como melhores indicadores do conceito, medição das flutuações de apoio, condições em que tais atitudes seriam transformadas em ação e modelos alternativos para explicar tanto a alteração dos níveis de apoio quanto suas conseqüências sistêmicas. Tendo em vista as pesquisas anteriormente realizadas até aquele momento, o autor afirmou que um esforço de reavaliação desse conceito parece oportuno, de modo que se propôs a considerar em sua análise algumas questões particularmente problemáticas, como a existência de uma distinção válida entre formas de apoio ao regime e sua interpretação de modo uni ou multidimensional (EASTON, 1975).

Na linguagem comum, o conceito de apoio se refere a comportamentos relacionados a atitudes, ao passo que nas Ciências Sociais tal termo é mais utilizado para tratar de atitudes do que de ações. Na verdade, a ênfase à palavra apoio recai sobre o comportamento manifesto, seja uma

ação ou uma defesa, o que poderia caracterizá-lo como um tipo de avaliação, que pode ser positiva ou negativa, conforme o posicionamento favorável ou desfavorável do indivíduo em relação a um determinado objeto. Diante de tal contexto, Easton (1975) afirmou que existem dois tipos de apoio, *difuso e específico*, distintos pelo fato de que há situações em que mesmo havendo um descontentamento generalizado com os governantes percebe-se reduzida perda de confiança no regime, de modo que a expressão de opiniões desfavoráveis por meio de ações pode conduzir à manutenção do sistema político ou levar a mudanças. Nesse sentido, segundo o autor, existiriam avaliações intimamente relacionadas às ações das autoridades políticas e à forma como tais ações são implementadas, bem como avaliações de aspectos básicos do sistema, que representam laços mais duradouros e que tornariam possível a oposição às autoridades políticas em paralelo ao apoio da manutenção do sistema.

Em termos conceituais, o apoio difuso se refere às avaliações do que um objeto é ou representa, ou seja, seu sentido na visão do indivíduo, sem considerar sua atuação. Assim, o apoio difuso consistiria em um reservatório de atitudes favoráveis que auxiliam os cidadãos a aceitar ou tolerar ações às quais se opõem ou os efeitos que eles veem como prejudiciais aos seus desejos, de modo que o

desempenho das autoridades variaria, geralmente, mais que o apoio difuso. Uma das propriedades desta dimensão de apoio seria sua maior durabilidade em relação ao apoio específico, o que significa que tal avaliação não pode ser alterada em curtos intervalos de tempo, uma vez que, por causa de suas fontes, o apoio em questão normalmente independe do desempenho do sistema no curto prazo, de modo que não sofre variações extremas em função da insatisfação com o governo em um dado momento por conta de suas atitudes, por exemplo (EASTON, 1975).

Nesses termos, o apoio difuso geralmente se manifestaria através de uma crença na legitimidade dos objetos políticos. Para Easton (1975), a legitimidade poderia ser definida como uma convicção acerca do que é correto e apropriado para que as autoridades sejam aceitas e obedecidas, cumprindo os requisitos do regime. Assim, refletiria, de maneira vaga ou explícita, o modo como os indivíduos veem os objetos políticos em conformidade com seus princípios morais e seu senso quanto ao comportamento mais adequado na esfera política.

A singularidade do apoio específico residiria na sua relação com a satisfação que os membros de um sistema sentem em relação aos resultados percebidos e ao desempenho das autoridades políticas. Assim, tal dimensão de apoio estaria direcionada às decisões políticas

percebidas pelos indivíduos, sejam elas ações, declarações ou o estilo de gestão das autoridades. A aplicabilidade de tal conceito dependeria da validade da suposição de que as pessoas tenham condições de perceber, ainda que vagamente, quais são suas necessidades, desejos e demandas e ainda que sejam capazes de emitir opiniões ou se posicionar com relação ao comportamento das autoridades políticas. Em outras palavras, os indicadores de apoio específico consideram o pressuposto de que os indivíduos devem ter a percepção de que a satisfação de suas necessidades e demandas pode ser associada com as autoridades de alguma maneira. Contudo, não é suficiente que os indivíduos percebem esta conexão, mas é preciso interpretá-la de tal maneira que eles se tornem propensos a atribuir força causal ao comportamento das autoridades. Sem este laço causal, o desempenho das autoridades teria pouca probabilidade de influenciar o nível de apoio a elas dirigido (EASTON, 1975).

Sendo assim, a definição dos tipos de apoio é fundamental para o entendimento dos valores, disposições e orientações que grupos possuem em relação a determinados objetos políticos. Dessa forma, Easton estruturou a base necessária para os estudos que buscam a análise da legitimidade democrática, e a partir disso, uma linha de pesquisa que se concentra sobre a dimensão

difusa do apoio à democracia começou a se desenvolver, configurando os atuais estudos sobre legitimidade democrática.

Os estudos sobre legitimidade democrática têm a árdua tarefa de tentar mensurar o grau de apoio político dispensado pelos cidadãos em relação ao sistema político vigente, uma vez que se trata de aplicar empiricamente abordagens que visam à dimensão valorativa dos indivíduos. Apesar de alguns pesquisadores se valerem de medidas sintetizadoras, tem sido cada vez mais recorrente a defesa de tratamentos multidimensionais para a compreensão da legitimidade política, pressupondo que a mesma é composta por diferentes tipos de orientações e atitudes direcionadas a objetos políticos variados (NORRIS, 1999; DALTON, 1999; INGLEHART, 1999; RIBEIRO, 2008). Assim, distintos objetos de apoio têm sido identificados por diferentes pesquisadores que partem de elementos teóricos que tendem a distinguir níveis abstratos de adesão (RIBEIRO, 2008; CASALECCHI, DAVID; QUARESMA, 2013).

De modo genérico, a adesão à democracia representa o apoio ao regime democrático enquanto conjunto de regras, princípios e valores, ou seja, diz respeito à aceitação do regime enquanto ideal político normativo (NORRIS, 1999). Na tentativa de quantificar os

elementos abstratos da legitimidade democrática, parte considerável dos estudos sobre democratismo tem utilizado como indicador central o grau de concordância dos cidadãos em relação à seguinte afirmação: *A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo.* Essa questão, que remete a denominada posição churchilliana, é reconhecida internacionalmente como medida de apoio à democracia como forma de governo (KLINGEMANN, 1999; DALTON, 1999) e se refere diretamente à dimensão abstrata ou normativa da cultura política.

Para além da distinção clássica de Easton (1975) sobre as maneiras por meio das quais os indivíduos podem apoiar o regime democrático, muitos pesquisadores se dedicaram à tentativa de superar as avaliações da adesão ao regime por meio de questões diretamente relacionadas à preferência pela democracia, como Seligson, Booth e Gómez (2006), Booth e Seligson (2009), Carlin e Singer (2011), Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2014) e Fuks *et al* (2016), dentre outros. Neste sentido, a cautela dos pesquisadores contemporâneos está relacionada às novas democracias, pois, para elas o desafio seria maior uma vez que enfrentam a tarefa de reconstrução do Estado em meio a um quadro de grandes demandas e aspirações populares (CASALECCHI; DAVID; QUARESMA, 2013). A preocupação

que balizou tais estudos, de maneira simplista, consiste na expectativa de superar a utilização de questões que mencionam o regime democrático como ideal, no sentido de identificar aspectos que permitam delimitar o quão democráticos são os cidadãos no que diz respeito especialmente a procedimentos. Diante disso, mesmo com elevados percentuais de adesão à democracia, recentes pesquisas (BRATTOM; MATTES, 2007) têm apontado que essa atitude pode assumir uma natureza de maior fragilidade, isto porque, em alguns momentos esse apoio é “instrumental” ao invés de “intrínseco”. Ou seja, ao contrário de um valor enraizado nas crenças dos indivíduos e na cultura política da região, a adesão à democracia depende de avaliações mais conjunturais.

Nesse sentido, destacamos a pesquisa mais recente deste conjunto de trabalhos, empreendida por Fuks *et al* (2016), que buscaram qualificar a democracia por meio de medidas denominadas [1] “adesão aos procedimentos de escolha”, [2] “adesão normativa ao voto”, [3] “adesão à participação política” e [4] “adesão ao princípio da representação”. A partir da análise de dados decorrentes do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) referentes à onda de 2012 para uma amostra representativa da população brasileira, os resultados confirmaram a multidimensionalidade do apoio ao regime,

bem como a baixa correlação existente entre as distintas dimensões, ou seja, que os indivíduos podem apoiar o referido regime sob determinados aspectos, sem necessariamente serem democratas com relação aos distintos procedimentos concernentes ao regime.

Gimenes e Borba (2016) replicaram tal multidimensionalidade ao conjunto de países latino-americanos cobertos pelo LAPOP e, a partir da análise combinada com a tese do apartidarismo de Dalton (2013), confirmaram para tais novas democracias que os indivíduos aderem em diferentes medidas às dimensões democráticas analisadas. Ademais, os autores destacaram a necessidade de avançar em investigações que busquem verificar a existência de efeitos combinados entre dados de opinião pública e indicadores nacionais relacionados a aspectos sociais, econômicos e políticos, bem com a identificação de outras possibilidades de medidas de adesão à democracia, com destaque a indicadores valorativos de manifestação do apoio ao regime, como tolerância e igualitarismo, por exemplo.

A importância desses recentes trabalhos é a de ressaltar a necessidade de avaliar o apoio à democracia de uma maneira multidimensional, desatrelado da tradicional questão churchilliana. Portanto, é partindo desse olhar analítico que avaliaremos o comportamento das elites

municipais, através dos dados disponíveis pelo Censo Legislativo Municipal Catarinense.

Apresentação e análise de dados

Em se tratando do perfil da elite municipal catarinense e das relações estabelecidas por tais atores com o regime democrático, apresentamos os dados do *survey* em dois tópicos. Inicialmente, esboçamos o perfil sociodemográfico dos legisladores municipais para, em seguida, verificar tanto suas percepções com relação às dimensões procedimental e valorativa da democracia quanto quais são e em que medida o referido perfil influencia na maneira como aderem ao regime.

Caracterização sociodemográfica

O projeto de extensão “1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense” mapeou dados de 292 câmaras municipais¹² daquela unidade da federação, bem como de 1699 servidores (de 242 municípios) e de 1054 vereadores

¹² As câmaras municipais de Caibi, de Serra Alta e de Sul Brasil não responderam ao questionário institucional.

(de 230 municípios) da legislatura 2013-2016¹³, conforme distribuição aleatória simples que permitiu a composição de amostras representativas para ambos os conjuntos de atores.

Em se tratando da caracterização sociodemográfica da amostra, inicialmente, destacamos que a composição dos legislativos municipais catarinenses predominantemente por homens é verificada em nossos dados. Ainda que em nossa amostra o número de mulheres tenha superado o percentual de eleitas em 2012 (13%), os 15,1% de questionários respondidos por vereadoras encontra-se dentro da margem de erro concernente à pesquisa.

De maneira resumida, podemos inferir que o Legislativo municipal catarinense é composto por homens, brancos, de meia idade, com renda familiar média, de alta escolaridade e que tendem a se posicionar mais à direita na escala ideológica, como pudemos observar na Tabela 1. Contudo, tão importante quanto conhecer este perfil é identificar como tais características influenciam as

¹³ Originalmente, a expectativa era a realização de uma pesquisa censitária entre todas as casas legislativas municipais de Santa Catarina, o que não foi possível por conta de limitações técnicas e de cognição, por parte dos respondentes. Informações acerca das técnicas de coletas de dados utilizadas, da composição amostral, das etapas e prazos das atividades, bem como os questionários aplicados, também encontram-se em Mick *et al* (2015).

distintas dimensões de apoio à democracia por parte dos vereadores, intuito de nossa próxima seção.

Tabela 1. Características sociodemográficas (%)

Sexo	Feminino	15,1
	Masculino	84,9
Faixa etária	De 18 a 30 anos	6,3
	De 31 a 40 anos	24,4
	De 41 a 50 anos	40,2
	De 51 a 64 anos	26,4
	Acima de 64 anos	2,8
Nível educacional	Analfabetismo	2,2
	Até Ensino Médio incompleto	27,4
	Até Ensino Médio completo	21,2
	Até Ensino Superior completo	32,3
	Pós-Graduação	17
Raça/etnia	Branca(o)	86,6
	Não branca(o)	13,4
Renda familiar	Até 3 salários mínimos	3,4
	Acima de 3 até 6 salários mínimos	27,7
	Acima de 6 até 9 salários mínimos	27,1
	Acima de 9 até 12 salários mínimos	19,5
	Acima de 12 até 15 salários mínimos	10,5
	Acima de 15 salários mínimos	10,9
Posicionamento ideológico	Esquerda (pontos 1 a 3)	17,1
	Centro (pontos 4 a 7)	50,5
	Direita (pontos 8 a 10)	32,4
	Média	6,07

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense.

* Categorias utilizadas para apresentação.

Adesão à democracia

Um dos grandes debates dentro da teoria democrática moderna é a definição de democracia, e o anseio por determinar o que a compõe, quais suas características e requisitos. Alguns teóricos, como Schumpeter (1961), ligados à chamada teoria elitista, entendem a democracia como desvinculada de caráter valorativo, para eles não seria central o valor em si, e sim, as práticas e procedimentos democráticos (RANINCHESKI, CASTRO, 2012).

Entretanto, autores como Bachrach (1973), Pateman (1992) e Young (2000; 2005) são críticos assíduos da abordagem pela qual a democracia é pensada de forma procedimental e ausente de caráter valorativo. Por isso, teóricos como Dahl (2008), Touraine (1996), e a própria Young (2000; 2005) partem do argumento de que a democracia é complexa demais para se limitar aos processos políticos e deve ser pensada através de seus ideais e de suas bases normativas, já que estão presentes na essência das práticas políticas.

Na busca por atrelar empiricamente as possíveis características de uma democracia, como exposto na segunda seção desse capítulo, os estudos contemporâneos têm apontado para medidas alternativas que consigam

captar mais precisamente a adesão abstrata à democracia. Pautados nessa perspectiva, consideramos duas dimensões de referência sobre os valores democráticos, a divisão categórica que efetuamos parte da visão de democracia enquanto um conjunto de valores que pauta determinados procedimentos e instituições. Dessa forma, através das questões disponíveis no *survey*, a primeira, denominamos como *procedimental*, que consiste na democracia como um procedimento ou um processo institucional; já a segunda, tratamos como *valorativa*, pois seria pautada pela inserção do ideal normativo de democracia, ou seja, pelo regime enquanto valor de promoção de igualdade e direitos.

Dimensão procedimental

Em se tratando da dimensão procedimental da adesão à democracia, nos debruçamos sobre quatro questões constantes no *survey* destacado. A opção pela utilização destas variáveis decorreu de nosso entendimento de que são indicadores da maneira como os legisladores municipais manifestam seu apoio ao regime. Destacamos que não descartamos a possibilidade de que haja uma conotação valorativa em função da formulação das perguntas, mas, ainda assim, optamos por considerá-las como representativas em termos de procedimentos

políticos democráticos.

A primeira variável analisada trata da posição churchilliana, medida clássica de mensuração do apoio abstrato ao regime, como destacado anteriormente. Considerando a posição que os respondentes ocupam no mundo da política, o percentual de apoiadores da democracia se revela expressivo, uma vez que aproximadamente 93% dos vereadores entendem que a democracia é melhor do que as demais formas de governo.

Tabela 2. Adesão à democracia

Afirmação	(%)
A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo	92,9
Em certas situações, é melhor uma ditadura do que um regime democrático	6,6
Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura.	0,5
Total	100,0

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense.

Tendo em vista tratarmos de uma elite política, com valores diferenciados com relação à população em geral e dotados de capacidade de influenciar as massas por conduzirem os processos políticos, tal resultado não é apenas positivo, como também nos permite projetar a possibilidade de avanço no apoio manifestado pelos brasileiros, uma vez que dados coletados na última onda do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) em 2014 indicaram que 73,9% dos brasileiros concordavam com a

afirmação clássica de Churchill, de modo que mais de um quarto dos cidadãos declararam preferência por um regime militar ou afirmaram que tanto fazia viver sob um regime democrático ou autoritário.

Para além da manifestação de apoio normativo ao regime, verificamos também em que medida os legisladores municipais entendem que instrumentos de participação são importantes para o funcionamento da democracia. Tal temática se faz relevante pelo fato de que, a despeito da dúvida sobre o fortalecimento ou colapso das democracias na América Latina na virada do século (BAQUERO, 2000), verificamos que as exigências mínimas à democracia representativa continuam a ser respeitadas, assim como instrumentos participativos têm sido implementados em diversos países, como o Brasil (GIMENES, 2011; 2015a). Nesse sentido, exploramos uma bateria de questões que consistia em afirmações sobre a concordância dos vereadores sobre a democracia só poder ser pensada diante da existência do voto, os conselhos gestores e os Orçamentos Participativos (OPs)¹⁴.

¹⁴ A resposta às questões contemplava uma escala de 10 pontos, em que 1 correspondia à total discordância e 10 à total concordância com cada afirmação.

Tabela 3. Adesão a instrumentos de participação

Afirmação	Média	Desvio-padrão
Só há democracia se houver participação pelo voto	8,17	2,53
Só há democracia se houver participação por conselhos gestores	5,89	2,94
Só há democracia se houver participação por orçamentos participativos	6,97	2,87

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense.

Os resultados acima permitem considerações acerca da maneira como os atores políticos em destaque percebem a democracia. Com relação ao voto, a alta taxa de concordância encontra-se associada, por um lado, à obrigatoriedade do comparecimento eleitoral no país, enquanto por outro, à noção de que a ocupação dos postos de mando na estrutura de poder político decorre da investidura pelo eleitorado nos pleitos. Contudo, cabe destacar que outros grupos anteriormente questionados sobre a essencialidade do voto à democracia foram mais enfáticos que os vereadores catarinenses (GIMENES, 2015b), o que denota seu menor entendimento de que são investidos por meio do voto ou menor valorização de tal instrumento enquanto mecanismo democrático.

As demais formas de participação, em que os indivíduos podem atuar de maneira direta no processo democrático para além da escolha de representantes, obtiveram médias menores, porém também localizadas na

metade à direita da escala, indicativo de propensão à concordância com a ideia de que só há democracia se houver participação por meio de orçamentos participativos e conselhos gestores.

Com relação ao OP, esta se constitui em mais difundida experiência de participação institucional de que se têm notícias, uma vez que o Brasil é internacionalmente reconhecido pela gama de modalidades institucionalizadas que permitem o envolvimento da população, tendo o OP atingido países localizados em todos os continentes, como aponta levantamento de pesquisas realizada por Gimenes (2015a).

Ademais, temos os conselhos gestores, estruturas institucionais surgidas no marco da redemocratização brasileira, que se difundiram de maneira descentralizada e não padronizada, uma vez que enquanto algumas áreas de políticas públicas – como Saúde e Assistência Social – são amplamente regulamentadas e dispõem de conselhos nas três esferas governamentais em caráter obrigatório, há outras para as quais a criação de conselhos é de responsabilidade de cada ente estatal, que tem autonomia para deliberar sobre a necessidade e viabilidade de sua implementação. Ainda que existam em todos os municípios, os conselhos gestores são vistos como menos importantes ao funcionamento da democracia do que os

OPs, o que, supomos, pode decorrer da maior divulgação do segundo como experiência participativa de sucesso¹⁵.

De modo geral, cabe destacar que a maior preferência pelo voto enquanto instrumento democrático não se constitui em negação às demais formas de participação, de modo que para os dirigentes ambas podem coexistir no sistema político democrático, tanto representação quanto participação. Tal inferência corrobora com o argumento de Urbinati (2010, p. 53-54), que afirma que

Quanto ao caráter da política democrática, o fato de ter a deliberação como foco permite que percebamos participação e representação não como duas formas alternativas de democracia, e sim como formas correlatas que constituem o continuum da ação política nas democracias modernas.

Por fim, há que se considerar ainda as dificuldades inerentes à participação dos atores civis em instrumentos democráticos, como destacam pesquisas de Lüchmann e Borba (2008), Dombrowski e Parmigiani (2009), Dombrowski (2010), Gimenes (2011) e Gimenes e Borba (2014), os quais afirmam que o engajamento em conselhos

¹⁵ Por conta de limitações na base de dados utilizada, não é possível, neste capítulo, explorar qualitativamente esta hipótese. Contudo, destacamos sua existência com o intuito de que, posteriormente, ela possa ser explorada.

gestores e OPs é prejudicado, principalmente, por três fatores: os custos imputados à participação, a linguagem técnica utilizada em tais espaços democráticos e a dificuldade de implementação das decisões deliberadas em tais reuniões.

A fim de identificar o perfil dos vereadores que aderem à democracia em sua dimensão procedimental, construímos modelos de regressão em que as quatro variáveis acima descritas foram tomadas como dependentes, de modo que as variáveis sociodemográficas¹⁶ apresentadas na Tabela 1 foram testadas como explicativas.

Tabela 4. Preditores da adesão procedimental à democracia

	Posição Churchilliana (<i>exp B</i>)	Voto (<i>B</i>)	Conselhos gestores (<i>B</i>)	OP (<i>B</i>)
Sexo	,474	,011	-,069	-,037
Faixa Etária	,970	,002	,028	,107**
Escolaridade	1,004	-,001	,106*	,108*
Maioria Étnica	,932	-,070	,046	,041
Renda Familiar	1,010	,014	-,001	-,031
Posição ideológica	,986	,026	-,017	-,026

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense.

*0,05<sig>0,01, ** sig<0,01

Inicialmente, destacamos que os modelos

¹⁶ Optamos pela inserção apenas dessas variáveis, pois temos o intuito de verificar os impactos dessas características nas posições apresentadas pelos vereadores.

referentes à posição churchilliana e ao entendimento de que o voto é essencial ao funcionamento da democracia não são explicados pelas características sociodemográficas testadas. Se, a princípio, tais resultados parecem inexpressivos, interpretamos de maneira positiva tais achados, uma vez que nos permite inferir que a ampla adesão normativa ao regime e o forte entendimento de que o voto é condição básica à sua persistência independem dos recursos disponíveis (escolaridade, status étnico e renda familiar) e da experiência e dos ciclos de vida desses indivíduos (faixa etária).

Além disso, é importante destacar que os testes realizados apontam que a adesão positiva à democracia entre os legisladores catarinenses independe da variável sexo e, também, diferentemente do que tem se especulado desde as manifestações de Junho de 2013 e em maior intensidade após os protestos que precederam o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, os vereadores catarinenses aderem à democracia e denotam importância ao voto independentemente de como se posicionam no eixo esquerda-direita, o que significa que a preocupação quanto à forte oposição de setores da direita ao governo Dilma se estender à crítica ao funcionamento da democracia e das eleições não se verificou entre tal segmento da elite política municipal.

Com relação à participação institucional, houveram poucos efeitos sociodemográficos identificados, com destaque à escolaridade, recurso de centralidade social relacionado à sofisticação política dos indivíduos, especialmente no que se refere às elites políticas (DAHL, 1997). Os efeitos de tal variável independente são semelhantes sobre o entendimento de que conselhos gestores e OPs são fundamentais ao funcionamento da democracia (10,6% e 10,8%, respectivamente), o que nos permite inferir que os efeitos cumulativos da elevação de faixas etárias podem aumentar em mais 40% a probabilidade de que um vereador concorde com as afirmações sob análise. Nesse sentido, o nível de escolarização dos indivíduos encontra-se direta e fortemente relacionado à intensidade em que valorizam instituições participativas.

Ademais, especificamente no caso do OP, verificamos também o efeito das faixas etárias, no sentido de que quanto maior a idade do vereador, maior seu nível de concordância com a afirmação sobre a essencialidade do OP à democracia. Ainda que não haja condições de explorar de maneira qualitativa tal informação, nossa hipótese é de que aqueles que vivenciaram o “boom” dessa experiência de participação institucional especialmente na década de 1990 e início dos

anos 2000 percebam o OP como mais importante do que aqueles que tiveram menor (ou nenhum) contato com tal modalidade participativa.

Dimensão valorativa

Para além da dimensão procedimental, nos debruçamos também sobre os valores democráticos dos vereadores catarinenses. Consideramos que a democracia se nutre significativamente pela posição que despendemos acerca de determinados assuntos, e não apenas pelas regras do jogo que a fazem funcionar. A posição que tentamos expor com essa dimensão é a de pensar uma democracia mais substancial, a partir da ideia de um regime mais pluralista, pautado em um método político fundamentado em princípios e direitos, tais como liberdades, justiça e igualdade política (Dahl, 2008).

De acordo com tal perspectiva, entre os aspectos envolvidos na cultura política captados pelo *survey* sob análise, selecionamos variáveis que, assim como em nossas análises relacionadas ao apoio procedimental, nos permitam verificar se os indivíduos que aderem subjetivamente à democracia em seus princípios e valores refletem tal disposição em atitudes e comportamentos mais igualitários e tolerantes. Para tanto, assumimos uma

estratégia que combina as contribuições dos autores mencionados na seção anterior desse capítulo, que tratam a adesão à democracia não como uma única atitude de preferência pelo regime, mas como múltiplas atitudes que envolvem a adesão a diferentes princípios orientadores do regime democrático. Estas opiniões e comportamentos compõem o que denominamos dimensão valorativa da democracia.

Sob tal perspectiva, selecionamos três temas que tem movimentado debates políticos acalorados no período recente e têm ocupado a cena pública de maneira mais veemente, sendo temas de discussões políticas e presentes na opinião pública: a descriminalização das mulheres que realizam aborto, a criminalização da homofobia e as cotas universitárias, observando que apenas a última questão, de fato se estabelece atualmente como uma política instituída, enquanto as demais não superaram a fronteira do debate até o presente momento. Além disso, tratam de questões socialmente sensíveis, que tendem a captar o aspecto mais abstrato do indivíduo, uma vez que sua resposta é formulada a partir de valores e princípios enraizados desde a infância e que foram construídos ao longo da vida adulta.

Antes de expormos os resultados, é preciso ressaltar que partimos da posição de que a atitude mais

democrática é aquela em direção à liberdade individual e contra discriminações e desigualdades. Portanto, tomamos como ponto de vista ser favorável à mulher ter o direito de decidir sobre o aborto sem ser criminalizada, ser a favor da criminalização da homofobia e acreditar que a política de cotas nas universidades ajuda a combater o racismo e a desigualdade social.

Tabela 5. Adesão valorativa à democracia

Afirmação	(%)
Favoráveis ao direito da mulher decidir se faz ou não um aborto, sem ser criminalizada por isso.	40,9
Favoráveis à criminalização da homofobia.	47,4
Concordantes com a afirmação de que o sistema de cotas nas universidades ajuda a minimizar o problema do racismo e da desigualdade sociais.	36,6

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense.

Diante disso, de modo geral, nas três categorias a maioria dos legisladores se posicionou de maneira contrária ao que consideramos como mais democrática. Contudo, ressaltamos que a posição contrária àquela que propusemos não significa um indivíduo não democrático, uma vez que, por utilizarmos questões com apenas duas opções de respostas, tomamos uma como mais democrática. Em relação à questão da homofobia, a diferença entre favoráveis e contrários não foi acentuada, enquanto para as demais variáveis houve maior concentração de contrários à mulher ter direito de decidir

sobre o aborto e que afirmaram que a política de cotas nas universidades aumenta o racismo e a desigualdade.

Assim como procedemos com as variáveis de dimensão procedimental do democratismo, construímos modelos de regressão em que as três variáveis acima descritas foram tomadas como dependentes, de modo que as variáveis sociodemográficas apresentadas na Tabela 1 foram testadas como explicativas com relação ao perfil dos vereadores que se posicionam favoráveis ao aborto, à criminalização da homofobia e às cotas universitárias.

O que observamos pelos modelos de regressão acima é que a única característica sociodemográfica que determina, em alguma medida, a posição em favor da descriminalização do aborto e à criminalização da homofobia é a escolaridade dos vereadores, ou seja, quanto mais escolarizados, maior o apoio dispendido frente a estas questões e de maneira expressiva, uma vez que a elevação de cada nível educacional contribui em 9,6% e 7%, respectivamente, para a chance dos vereadores serem favoráveis a tais valores democráticos.

Tabela 6. Preditores da adesão valorativa à democracia

	Aborto (<i>B</i>)	Criminalização da homofobia (<i>B</i>)	Cotas universitárias (<i>B</i>)
Sexo	,814	,700	1,456
Faixa Etária	,951	,923	1,296***
Escolaridade	1,096*	1,070*	,911***
Maioria Étnica	1,097	,910	,796
Renda Familiar	1,078	1,072	,887**
Posição ideológica	,978	,941	,875***

Fonte: 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense.

A temática das cotas raciais nas universidades apresenta maior número de características individuais capazes de explicar as opiniões dos vereadores. Em primeiro lugar, destacamos que quanto mais jovens, menor a chance dos indivíduos apresentarem disposição favorável às cotas: cada elevação de faixa etária eleva em 29,6% a possibilidade de apoio a tal política, de modo que idosos têm propensão maior que o dobro do que os jovens de entenderem que o sistema de cotas nas universidades ajuda a minimizar o problema do racismo e da desigualdade sociais. Por outro lado, vereadores dotados de recursos cognitivos e financeiros são mais elitistas com relação ao acesso ao Ensino Superior: cada elevação no nível educacional e nas faixas de renda familiar tende a reduzir em 8,9% e 11,3% o apoio às cotas universitárias. Por último, verificamos que, com relação ao posicionamento ideológico, nossos resultados acompanham os apontamentos da literatura, uma vez que

os vereadores que se posicionam mais à esquerda tendem a afirmarem que as políticas de cotas surtem efeito positivo no combate ao racismo e a desigualdade social. O resultado da regressão informa, de modo inverso, que a cada avanço no espectro ideológico à direita reduz-se em 12,5% o apoio às cotas universitárias, ou seja, quanto mais à direita, maior o entendimento dos vereadores de que o sistema de cotas universitárias aumenta a desigualdade, discriminando as raças.

Considerações finais

Tendo em vista a relevância da discussão sobre o apoio à democracia, especialmente diante do contexto de manifestações que acomete o Brasil desde 2013 e a recorrência de notícias e discussões sobre eventuais efeitos dos protestos à manutenção do regime, nos debruçamos neste capítulo sobre a maneira como a elite política legislativa municipal catarinense estabelece relações com a democracia. Considerando que são as elites políticas que conduzem os processos e, em alguma medida, influenciam a forma como os cidadãos comuns se relacionarão com a política e a própria democracia, entender seu posicionamento quanto ao regime é mister, especialmente se considerarmos o breve período

democrático inaugurado na década de 1980.

Nesse sentido, expusemos dados que nos permitiram inferir sobre a medida que os vereadores dos municípios de Santa Catarina aderem à democracia em suas dimensões procedimental e valorativa, bem como a influência de características sociodemográficas sobre tais dimensões de apoio. Por um lado, os dados decorrentes do “1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense” nos permitiram mapear indicadores de apoio normativo e avaliativo da democracia, nos termos de Easton (1965). Por outro lado, qualificamos tal apoio por meio da análise de disposições e posicionamentos dos referidos atores com relação a temas delicados, que têm pautado a agenda política nos últimos anos e suscitado debates, polêmicas e mobilização de grupos, tanto favoráveis quanto contrários.

Inicialmente, reforçamos o caráter de centralidade social do perfil do legislativo municipal catarinense: majoritariamente, os vereadores são homens, brancos, de meia idade, com renda familiar média e alta escolaridade. Além disso, verificamos entre eles o posicionamento mais à direita do espectro ideológico.

Em se tratando da dimensão procedimental, é muito expressivo o percentual daqueles que adere à democracia em termos normativos, por conta da manifestação positiva à posição churchilliana, assim como

é alto o número de vereadores que entende o voto como instrumento essencial ao funcionamento do regime. Em menor medida, mais ainda assim em concordância, os mesmos atores atribuem relevância aos instrumentos de participação institucional – conselhos gestores e OPs – como parte da democracia. Tais resultados apontam que os vereadores estão dispostos à manutenção do regime e são favoráveis ao envolvimento dos indivíduos por meio de distintos repertórios.

No que tange à dimensão valorativa, apresentamos como indicadores três temáticas polêmicas, sobre as quais adotamos posicionamento analítico no sentido de que as atitudes mais democráticas seriam aquelas em direção às liberdades individuais e contrárias à discriminação e desigualdades. Os resultados, a despeito, apontaram maior conservadorismo por parte do corpo legislativo municipal catarinense, uma vez que os vereadores favoráveis ao direito das mulheres de decidir se faz ou não um aborto, sem ser criminalizada por isso, e favoráveis à criminalização da homofobia são minorias, assim como aqueles que concordam que o sistema de cotas nas universidades ajuda a minimizar o problema do racismo e da desigualdade sociais.

A fim de verificar quais características sociodemográficas explicam as distintas manifestações de

democratismo por parte dos vereadores, construímos modelos de regressão, que nos permitiram as seguintes constatações:

- Os vereadores catarinenses não se distinguem com relação à adesão normativa ao regime e o voto, modalidade obrigatória de participação;

- A escolaridade é aspecto central a ambas as dimensões do democratismo, uma vez que influencia positivamente a atribuição de importância à participação institucional e a manifestação de posições favoráveis à descriminalização do aborto e à criminalização da homofobia, mas, por outro lado, tem efeito negativo sobre o apoio às cotas universitárias;

- Ainda que seja uma experiência facultativa aos municípios, o Orçamento Participativo é visto como mais essencial ao funcionamento da democracia pelos vereadores conforme se eleva a faixa etária dos mesmos, o que é indício de seu sucesso como novidade democrática na década de 1990 e sua proliferação pelo Brasil e pelo mundo;

- A idade influencia positivamente a valorização das cotas universitárias, já a renda familiar estabelece relação contrária. Somado ao efeito da escolaridade, estabelecemos uma relação com a disponibilidade de

recursos;

- A identificação ideológica surte efeito apenas sobre a disposição referente às cotas universitárias, com efeito mais favorável entre vereadores com posição à esquerda. Em contrapartida, o que entendemos como positivo à democracia, é que verificamos que independente da localização no espectro ideológico, os vereadores catarinenses se apresentam dispostos à manutenção do regime democrático, em seus aspectos procedimentais, o que contraria o alarde da imprensa e o discurso corrente de que o regime encontra-se em risco no Brasil.

Sendo assim, em um panorama geral dos nossos resultados, observamos a importância de alguns recursos, como escolaridade e renda, no posicionamento entre os vereadores nas dimensões democráticas. Além disso, percebemos que na dimensão procedimental há uma tendência mais geral sobre o caminho a se seguir, tendo a mesma linha de respostas em direção ao que se definiu como mais democrático. Contudo, na dimensão valorativa observamos a maior distinção entre eles, não havendo unanimidade sobre as questões mais sensíveis do debate público. Isto pode representar que há uma visão mais consolidada sobre os procedimentos que seriam democráticos, o que não se verifica sobre o que seriam

valores de uma democracia. Portanto, estudos que busquem analisar a democracia para além das regras do jogo devem ser uma tendência daqueles que procurar se aprofundar na relação sociedade e democracia, pois, a forma como a cultura política de uma sociedade se constitui reflete nos comportamentos. Então, se temos valores menos democráticos, teremos sociedades menos democráticas, e mesmo com um sistema institucionalizado com regras pautadas na democracia a promoção de uma sociedade mais igual, tolerante e justa será mais difícil enquanto não houver uma base valorativa nos indivíduos que seja condizentes com os ideais da democracia.

Referências

ALMEIDA, C. C. R.; LÜCHMANN, L. H. H.; RIBEIRO, E. A. Associativismo e representação política feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, mai./ago. 2012. p. 237-263.

ALMOND, G. A., VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. New York: Sage, 1989 [1963].

BACHRACH, P. *Crítica de la teoría elitista de la democracia*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

BAQUERO, M. A cultura política na agenda da democratização na América Latina. In: _____ (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

_____. A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BOOTH, J.; SELIGSON, M. A. The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations. New York: Cambridge University, 2009.

BRATTON, M.; MATESS, R. Learning about Democracy in Africa: Awareness, Performance, and Experience, *Journal of Democracy*. 2007.

CARLIN, R. E.; SINGER, M. M. Support for polyarchy in the Americas. *Comparative Political Studies*, v. 44, n. 11, 2011. p. 1500-1526.

CARVALHO, J. M. A construção da ordem. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

CASALECCHI, G.; DAVID, F.; QUARESMA, G. Qualificando a adesão à democracia no Brasil. In: Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política - COMPOLÍTICA; 5., 2013, Curitiba, PR. Anais... Curitiba, PR: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2013.

CODATO, A. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 30, 2008. p. 89-105.

DAHL, R. A. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

_____. La Igualdad política. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2008.

DALTON, R. J. The apartisan American: dealignment and changing electoral politics. Washington, DC: Sage, 2013.

_____. Political support in advanced industrial democracies. In: NORRIS, P. (Ed.). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University, 1999.

p. 57-77.

DIAMOND, L. Causes and effects. In: _____. Political culture and democracy in developing countries. London: Lynne Rienner, 1994.

DOMBROWSKI, O. "O povo não participa!" Um ensaio sobre o absenteísmo. In: Seminário Nacional/Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia; 3./1., 2010. Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 787-797.

DOMBROWSKI, O.; PARMIGIANI, J. Não quero saber dos seus conselhos: considerações sobre a nossa democracia participativa. In: Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, 4., 2009. Anais... Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.

EASTON, D. A re-assessment of the concept of political support. British Journal of Political Science, Cambridge, v. 5, n. 4, p. 435-457, 1975.

FUKS, M.; CASALECCHI, G.; RIBEIRO, E. A. Os condicionantes individuais e contextuais da coesão do sistema de crenças democrático. In: Seminário Nacional sobre Comportamento Político e Opinião Pública, 1., Florianópolis, SC. Working paper. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

GIMENES, E. R. A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina. 2015. 240 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015a.

_____. Cultura política e democracia: apoio difuso e específico entre o eleitorado e um segmento da elite não estatal maringenses. In: ALMEIDA; C. C. R; DOURADO, S. P. da C. (Org.). Cultura política, gênero e democracia: estudos sobre Maringá e eleições. Maringá: Universidade Estadual

de Maringá, 2015b. p. 129-157.

_____. Cultura política e democracia: apoio difuso e específico entre um segmento da elite não estatal do município de Maringá (PR). 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

_____. Mobilização cognitiva e perfis eleitorais na América Latina. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política; 10., 2016, Belo Horizonte, MG. Anais... Belo Horizonte, MG: Associação Brasileira de Ciência Política, 2016.

GIMENES, E. R.; BORBA, J. Democratismo entre atores políticos não estatais: preditores da preferência por instrumentos democráticos. In: RODRIGUES, L. P.; ALMEIDA, J.; SPOLLE, M. (Orgs.). Crise e emergência de novas dinâmicas sociais. v. 2. Curitiba: CRV, 2014. p. 93-109.

INGLEHART, R. The renaissance of political culture. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, p. 1203-1230, 1988.

_____. Trust, well-being and democracy. In *Democracy and Trust*, ed. Mark Warren. Cambridge: Cambridge University Press. 1999

KLINGEMANN, H. Mapping political support in the 1990s: a global analysis. In: NORRIS, P. (Ed.). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University, 1999. p.31-56.

LIMA, M. R. S. de; CHEIBUB, Z. B. Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 31, p. 83-110, 1996.

LÜCHMANN, L. H. H.; BORBA, J. Participação, desigualdades e novas institucionalidades: uma análise a partir de

instituições participativas em Santa Catarina. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 44, 2008. p. 58-68.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. CHAUDON, A. (Trad.). Brasília: UnB, 1982 [1911].

MICK, J.; AYRES, C. S.; CARREIRÃO, Y. de S.; GIMENES, É. R.; LUCHMANN, L. H. H.; BIELLA, J. B. *Por dentro das Câmaras: o perfil de vereadores, servidores e do Legislativo Municipal de Santa Catarina*. 1. ed. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2015.

MOISÉS, J. Á. *Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, fev. 2008. p. 11-43.

MOSCA, G. *La classe politica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992 [1896].

NORRIS, P. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University, 1999.

NUNES, E. O. *Legislativo, política e recrutamento de elites no Brasil*. *Revista Dados*, n.17, 1978. p. 68-83.

OLIVEIRA, R. A. de. *Cultura política e gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina*. 81 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

OLIVEIRA, R. A. de. *Cultura política e gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina*. *Revista Em Debate*, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, jul. 2014. p.8-32.

PARETO, V. *Pareto*. RODRIGUES, J. A. (Org.). São Paulo: Ática, 1984.

PATEMAN, C. *Críticas feministas a la dicotomía público/privado*. In: CASTELLS, C. (Org.) *Perspectivas feministas en teoría política*. 1. ed. Barcelona: Paidós, 1996.

p. 167-184.

PERISSINOTTO, R.; CODATO, A.; BRAGA, S.; FUKS, M. (Orgs.). Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites. Revista de Sociologia e Política, n. 16, v. 30. 2008. p. 7-15.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RANINCHESKI, Sonia. CASTRO, Henrique Carlos de O. Democracia, crenças e cultura política na América Latina: da naturalização à construção dos conceitos, uma comparação. Pensamento Plural, Pelotas, 11, 2012, p.27-44.

REIS, F.W. Mercado e Utopia: teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

RIBEIRO, E. A. Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

_____. As dimensões da legitimidade democrática no Brasil. Revista Teoria e Sociedade, n. 16, v. 1, jan.-jun. 2008. p.120-143.

_____. Cultura Política e Teoria Democrática: implicações empíricas de um debate teórico. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: UFPR, 2002.

RIBEIRO, E. A.; OLIVEIRA, R. A. de. Cultura política e gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina. Revista Política Hoje, v. 22, n. 1, 2013. p. 167-205.

SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A.; GÓMEZ B.,M. Os contornos da cidadania crítica.

- OPINIÃO PÚBLICA. Vol. 12, nº 1, p. 01-37. Campinas. 2006.
- SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- TOURAINÉ, A. O que é a democracia. Petrópolis: Vozes, 1996.
- URBINATI, N. Representação como advocacy: um estudo sobre deliberação democrática. Revista Política e Sociedade, v. 9, n. 16, abr. 2010. p. 51-88.
- YOUNG, I. Structural Injustice and the Politics of Difference. Paper for the AHRC Centre for Law, Gender, and Sexuality - Intersectionality Workshop, 21/22 May 2005, Keele University, UK.
- _____. Inclusion and Democracy. Oxford: Oxford University, 2000.

IDEOLOGIA E REPRESENTAÇÃO: VALORES E ATITUDES DE LEGISLADORES MUNICIPAIS

Ednaldo A. Ribeiro

Bruno Bolognesi

Apresentação

Sinais de uma crise na relação entre eleitores e partidos políticos têm sido recolhidos e apresentados por uma série de pesquisadores, mesmo no contexto das democracias com longo histórico e nível considerável de institucionalização (Welzel e Dalton, 2013; Dalton, 2008; Norris, 2011). Esses pesquisadores falam de uma cidadania crítica (Norris 2011) ou assertiva (Welzel e Dalton 2013) com um claro componente antipartidista que, dentre outros argumentos, afirma a indiferenciação das legendas. Partidos de esquerda, direita ou centro teriam se convertido em “mais do mesmo” e suas bandeiras teriam se perdido em meio à disputa eleitoral, tornando mais difícil a identificação dos eleitores com essas instituições.

Nas chamadas jovens democracias como a brasileira, apesar de frágeis evidências sobre a existência

dessa cidadania crítica, o argumento da perda de identidades partidárias aparece frequentemente na imprensa e nos discursos de atores políticos preocupados com a saúde do sistema político.

Estudos recentes conduzidos em nosso país apontam que essa homogeneização deve ser relativizada, ao menos no plano federal. Diferenças importantes aparecem, por exemplo, no comportamento legislativo de deputados (Scheffer, 2016) e também nos valores de eleitores identificados com os dois principais partidos nacionais, PT e PSDB (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011).

Essas diferenças no plano nacional, todavia, têm grande chance de não se reproduzirem no nível local, no qual a literatura tem apontado o predomínio do clientelismo e da patronagem partidária, com a consequente personalização das eleições municipais (Kitschelt 2000; Epstein 2009).

Neste capítulo nossa intenção foi testar a hipótese da diferenciação ideológica dos partidos nesse nível local tomando como unidade de análise os membros do legislativo municipal do estado de Santa Catarina. Utilizando os dados produzidos pelo Censo do Legislativo Catarinense, analisamos a relação entre os valores e posicionamentos ideológicos desses representantes e as suas respectivas legendas para verificar se de fato

vereadores de esquerda, direita ou centro se diferenciam de forma compatível com suas vinculações partidárias.

Asseverando diferenças com o prognóstico negativo sobre a indiferenciação ideológica de nossos partidos políticos, mostramos que há posições que podem ser claramente distinguidas e oferecemos algumas explicações a partir da literatura que trata dos partidos políticos como organizadores da competição eleitoral e das preferências do eleitorado.

Mesmo num sistema partidário gradativamente fragmentado (Limongi & Vasselai 2016) e com expectativas de baixa adesão ideológica ao nível local, os achados apontam consistência inter partidária e também em relação ao conteúdo de tal diferença.

O diagnóstico sobre o sistema eleitoral e, conseqüentemente, sobre o sistema de partidos brasileiro sempre apontou para cenários negativos acerca do comportamento de suas elites e eleitores. Os primeiros interessados em promover suas carreiras pessoais e utilizando os partidos apenas como ‘mal necessário’ para vencer eleições e os segundos num cenário de desconfiança e indiferença aos programas e plataformas partidárias.

Um pouco distante deste diagnóstico, os resultados encontrados apontam na direção contrária, ao menos para

os dados aqui trabalhados. Além disso, trazemos interpretações suplementares que ajudam a entender de que forma lógicas particulares que cada tipo de partido adota podem ajudar a compreender a formação e agregação de preferências.

A apresentação dos resultados encontrados é antecedida por duas seções teóricas que dialogam com a literatura internacional e nacional sobre a relação entre ideologia e instituições partidárias.

Partidos e ideologia

Seguindo a máxima de Downs (1999), partidos fazem uso das plataformas políticas para ganhar voto. Nesse sentido, é preciso diferenciar-se de seu concorrente. Seja para que o eleitor não identifique um partido como outro, seja para que o partido saiba quem faz parte de seu ‘território de caça’, para usar o termo de Panebianco (2005). Porém, como situar um partido num polo ideológico ou como colocar partidos numa mesma família ideológica? Como afinal os partidos diferenciam-se uns dos outros para conquistarem eleitores e cadeiras nos parlamentos?

A demarcação dos espaços que cada partido político ocupa na disputa por eleitores sempre esteve

ligada a dois elementos: i) a configuração do sistema eleitoral de cada país e; ii) a estrutura da organização partidária.

Podemos pensar que o segundo ponto está ligado ao primeiro, contudo, de forma analítica, é possível separar estes pontos. Em primeiro lugar precisamos entender que o sistema eleitoral determina a *estrutura de competição partidária*. Esta refere-se ao número de partidos envolvidos na disputa e ao peso que cada partido possui na competição (Sartori 2003). Poderíamos imaginar um país onde existem muitos partidos, como por exemplo a Alemanha onde há mais de 25 agremiações, contudo apenas cinco possuem algum peso e conquistaram mais de 99% dos votos nas eleições de 2006. O fato da Alemanha possuir muitos partidos não quer dizer que seja exatamente um sistema muito competitivo.

O chamado número efetivo de partidos políticos¹⁷ é uma medida possível para nos dizer sobre a competição partidária. Na Alemanha esse número aponta para não mais do que cinco partidos no parlamento. Já no Brasil esse número recentemente passou da casa dos quatorze

¹⁷ Esse indicador possui variantes e formas de mensuração que pesam os partidos grandes ou sub representam os pequenos. Para um debate sobre o índice ver (Golosov 2010; Dunleavy & Boucek 2003; Molinar 1991; Nicolau 2006; Duverger 1998).

partidos. Isso quer dizer que o Brasil é necessariamente mais competitivo do que a Alemanha? Não. Apesar de ter uma quantidade muito maior de organizações, os partidos políticos no Brasil importam pouco para a competição eleitoral (Pereira & Mueller 2003; Power 1997; Samuels 1999). O fato é que o Brasil possui uma quantidade tão grande de partidos que é impossível para o eleitor diferenciar uns dos outros e estabelecer quais pontos as legendas divergem ou convergem. Mesmo entre grandes partidos é difícil estabelecer tal relação.

Quanto ao tipo de sistema eleitoral, grande parte da literatura buscou associar configurações específicas com a quantidade de partidos políticos presentes em dado território. O primeiro autor a elaborar tal tese foi Maurice Duverger (1980) nos anos 1950. Foi ele o autor das leis que previam que sistemas majoritários tendem ao bipartidarismo enquanto sistemas proporcionais ou de dois turnos tendiam ao pluripartidarismo. Em sistemas majoritários¹⁸, onde número reduzido de partidos é

¹⁸ Os estudos mais recentes sobre sistemas eleitorais chegaram à conclusão de que é a magnitude eleitoral a responsável por manter o número de partidos alto ou baixo (Riker 1998; Colomer 2003; Pekkanen et al. 2006; Schedler 2004; Lijphart 1992). Contudo, há uma sobreposição entre sistemas majoritários e magnitudes distritais baixas. As exceções são raras e normalmente em países de distrito unitário como Israel (Sartori 2003).

encontrado, é comum o apego à ideologias marcadas e colorações políticas que distinguem-se umas das outras com facilidade. Como são poucas as legendas o atalho cognitivo para o eleitor passa a ser mais rápido e curto a partir da identificação com uma agremiação, um grupo, uma posição política (Cox 1987).

Já em sistemas onde proliferam partidos políticos, em sua maior parte em proporcionais e de magnitude distrital alta, o atalho cognitivo para a decisão do voto e, conseqüentemente para a escolha da estratégia eleitoral por parte do partido, torna-se pouco eficaz quando se apela para a identificação com os princípios da organização ou com a ideologia partidária. O caminho preferido por parte de políticos e eleitores é a adoção do candidato-centrismo, centrando fogo nas campanhas eleitorais personalizadas onde o custo para o eleitor é reduzido na medida em que é mais fácil identificar o candidato de sua preferência do que entender a atmosfera amorfa dentre a miríade de bandeiras partidárias que se mesclam em torno do centro ideológico.

De uma forma geral, o sistema eleitoral é o grande responsável por conformar a diferenciação programática possível entre os partidos políticos que competem eleitoralmente. É preciso lembrar que o sistema partidário é sempre relacional. Não há modo para que um partido à

esquerda exista sem que seu oposto ocupe espaço próprio. O entendimento que essa relação é simétrica é que nos parece equivocado. O espaço político não é simétrico, na medida em que dependendo das condições históricas e contextuais possam existir partidos, por exemplo, de extrema esquerda sem que se encontre um contendor no ponto diametralmente oposto. O surgimento e o conteúdo do que se entende por esquerda e direita é, obviamente, dado pela relação com o ambiente e das condições políticas para tanto (Norris 2005; Norris 2004). Não obstante, outras variáveis de cunho estrutural também impactam na relação que uma legenda tem com seus pares.

Não são apenas as regras da engenharia eleitoral que impactam na estratégia de diferenciar-se programaticamente de seus concorrentes através da bandeira partidária. Estruturas sociais de identificação como clivagens linguísticas, religiosas ou geográficas podem fazer com que partidos decidam disputar este nicho de eleitores ou que determinados grupos de eleitores se agrupem para representar tais interesses (Lipset & Rokkan 1985). Exemplos de partidos que expressam interesses dessa natureza não faltam em países com claras divisões como a religião na Irlanda do Norte, os movimentos separatistas da Cataluña e da região de Québec ou ainda na região de Flandres onde a expressão política se dá em

torno de idiosincrasias linguísticas.

Ainda, as estruturas organizacionais possíveis podem ser fator central no que separa uma agremiação de esquerda de uma de direita. Por exemplo, com o surgimento dos *partidos de massa* no começo do século XX, Duverger (1980) previu que os *partidos de quadros*, usualmente representantes da elite e das causas alinhadas à direita do espectro, seriam contaminados pela esquerda. Segundo o autor, o chamado *contágio pela esquerda* seria necessário na moderna democracia. A ampliação do sufrágio, os avanços tecnológicos – especialmente na área da comunicação – e a urbanização da população europeia seriam responsáveis pela necessidade de partidos organizados, constantemente mobilizados e com uma estrutura burocratizada ligada às bases sociais para atração de votos. Principalmente o sufrágio universal seria o vetor para que os partidos pouco mobilizados, apáticos aos movimentos de massa, adotassem a estrutura predominante nos partidos socialista e comunista¹⁹. Desse modo, a mudança na configuração no mercado eleitoral resultou em menor indiferenciação ideológica dentre os partidos políticos.

¹⁹ Não menos verdade Duverger (1968, p.368) aponta que os partidos fascista italiano, português e espanhol e o partido nazista alemão também seriam partidos de massa.

Outro momento em que a mudança organizacional dos partidos políticos independeu dos sistemas eleitorais se dá durante os anos 1960 na Europa ocidental. Após o sufrágio universal os meios de comunicação fazem com que a estrutura montada pelos partidos de massa passe de necessária à obsoleta. Os partidos políticos passam então a abandonar as referências ideológicas para atingir maiores audiências independentemente da presença física de militantes (Kirchheimer 2012). O surgimento do partido *catch-all* provavelmente representou a maior queda no peso da ideologia como atalho cognitivo para eleitores decidirem seu voto e para elites partidárias adotarem estratégias ótimas de filiação, recrutamento de candidatos e captação de recursos (Wolinetz 2011; Katz & Mair 1996). Apesar das críticas sobre a capacidade dos partidos em transformarem-se em grandes captadores de simpatizantes, ao invés de filiados, e com isso ampliar indistintamente suas bases sociais e programáticas, o modelo serve como um bom fio condutor das mudanças que os partidos europeus experimentaram ao longo da história democrática no pós-guerra.

Ainda do ponto de vista da transformação na organização partidária, já na década de 1990, Katz e Mair (1995) apresentam um novo modelo de partido que nem sequer está preocupado, nem empírica ou teoricamente, na

inclusão da ideologia como uma variável importante para a análise dos partidos na atualidade. Segundo os autores, não mais os partidos estão preocupados de alguma forma com pontuações ideológicas, mas sim com como conseguir recursos ocupando o interior do Estado. Tal mudança no vetor organizacional é o que vão classificar como uma nova forma de estruturação das agremiações: o partido cartel²⁰. As eleições passam a concretizar o previsto por Downs (1999), porém os partidos não estão preocupados com políticas públicas, mas sim com sua manutenção dentro das estruturais estatais. Dessa forma a cartelização contínua dos partidos políticos é mais um golpe na função agregadora e diferenciadora da ideologia nos partidos políticos.

Os tipos de organização e de sistema eleitoral são os responsáveis por conformar o mercado político e fazer com que os partidos adotem ou não estratégias de diferenciação programática e ideológica. O ‘produto’ que os partidos oferecem, a identificação de interesses para implementação de políticas públicas através da agregação de interesses em torno de uma visão de mundo, *i. e.* ideologia (Schlesinger 1984; Schlesinger 2012), pode ser, a

²⁰ Para uma crítica ao movimento de cartelização dos partidos políticos ver Koole (1996) e Fretel (2011). Para um debate sobre partidos cartel no Brasil ver Ribeiro (2013).

partir das mudanças sistêmicas e estruturais, substituído por um produto muito mais simples e individual, o clientelismo e a patronagem partidária, personalizando as eleições e ‘estatizando’ os partidos políticos (Kitschelt 2000).

Partidos e ideologias políticas no Brasil

No Brasil o diagnóstico sobre os partidos políticos, especialmente sobre sua capacidade de mobilização eleitoral e formação de preferências é de absoluta fragilidade, ainda que mostrem alguma força na estruturação da governabilidade e na sua atuação legislativa (Pereira & Mueller 2003; Figueiredo & Limongi 2000). Quando na arena eleitoral ou organizacional os partidos brasileiros são - no máximo - partidos intermediários, onde um grupo restrito de quadros partidários oligarquizado convive com uma base social distante e pontualmente mobilizada, na definição de Duverger (1968, p.370).

Apesar de encontrarmos partidos com alguma organização e capacidade de desviar o destino personalista e amorfo de seus pares, como o Partido dos Trabalhadores (Roma 2006; Amaral 2011; Ribeiro 2014; Samuels 1999), a tônica no sistema partidário brasileiro é a indiferenciação

ideológica perante eleitores e, quando muito, diferenças percebidas por parlamentares se dão em torno de grandes partidos em relação à sua posição no governo ou na oposição (Zucco 2011; Power & Zucco Jr. 2009).

Segundo a literatura a indiferenciação eleitoral e programática dos partidos políticos brasileiros estaria ligada ao sistema eleitoral de lista aberta, possibilidade de formação de coligações nas eleições proporcionais e alta magnitude distrital (média de 18 cadeiras para a representação federal). Estes fatores atrelados ao presidencialismo levariam ao fenômeno da fragmentação partidária no legislativo (Mainwaring & Torcal 2005; Mainwaring 1993; Carey & Shugart 1995; Limongi & Vasselai 2016; Samuels & Shugart 2010).

O sistema de lista aberta com altas magnitudes seria o principal responsável pela necessidade de os candidatos competirem internamente uns com outros. Desse modo, o uso do *label* partidário é sinônimo de jogar água no moinho do adversário, na medida que para angariar votos é preciso diferenciar-se de seus colegas de partido. A possibilidade de coligações eleitorais nas eleições proporcionais favorece a barganha de partidos pequenos por espaços em tempo televisionado de campanha eleitoral e resultando em cadeiras para legendas sem expressão mas que ‘pegam carona’ no desempenho

eleitoral dos grandes partidos (Limongi & Vasselai 2016).

O presidencialismo potencializa a falta de identificação dos eleitores com partidos. O foco no Executivo faz com que o eleitor e os partidos nos níveis estadual e municipal ocupem segundo plano na escolha de seus candidatos. A presidencialização dos partidos políticos também mostra que a preocupação das grandes legendas está substancialmente em vencer as eleições para o Executivo nacional e estadual, deixando as disputas proporcionais à cargo das forças individuais de seus candidatos (Carvalho 2009; Bolognesi 2013; Samuels 2002).

Nas eleições municipais os efeitos do sistema eleitoral são ainda mais pesados quando se trata da indiferenciação partidária e ideológica (Rojas & Carlomagno 2014; Salles 2015; Dantas & Praça 2010). A pesquisa conduzida por Salles, por exemplo, ilustra qualitativamente a forma como as disputas locais de grupos, famílias e redes sociais utilizam os partidos políticos como carapaça eleitoral. Outros levantamentos mostram como a política local é marcada pela dualidade governo e oposição e poucas vezes entre esquerda e direita (Epstein 2009). A tônica nas eleições municipais (e também nas estaduais) é o clientelismo e a patronagem promovida pelos partidos através do Estado. O uso das

redes pessoais dos candidatos, das reputações pessoais dos eleitos, dos capitais individuais pelos partidos políticos é o que move as dinâmicas eleitorais nos níveis local e regional (Carvalho 2003).

Por outro lado, a recente polarização do sistema partidário nas eleições presidenciais tem revelado que os eleitores são capazes de identificar alguns partidos centrais na disputa eleitoral brasileira (Speck & Balbachevsky 2016; Ribeiro et al. 2016). Tal capacidade de identificação com partidos e temas específicos (como papel do Estado, economia ou participação política) ocorrem quando falamos de PT e PSDB. Justamente os partidos que dominam as eleições presidenciais no país desde 1994. Não de outra forma tal polarização poderia ser identificada. Como dissemos acima, não seria possível imaginar que os rótulos partidários organizassem eleições fragmentadas como as legislativas municipais, por exemplo.

A hipótese da Presidencialização das eleições brasileiras ainda está para ser verificada, qual seja, de que os dois *major players* nacionais seriam capazes de estabelecer um *coattail effect* de modo a estruturar as disputas regionais e locais. Em alguma medida isso parece ter algum lastro, como apontam Melo (2010) e Costa e Bolognesi (2014) nas eleições estaduais onde a polarização

presidencial se reflete nos grupos que circundam PT e PSDB estruturando o sistema partidário. Por outro lado, a literatura sugere que na medida em que caminhamos para eleições locais a carga programática desta polarização vai se dissipando, perdendo força e dando espaço para relações familiares, disputas locais e patronagem partidária (Salles 2015).

Dessa forma a hipótese teórica que se prostra aqui é que o localismo das disputas eleitorais seria capaz de pulverizar as diferenças ideológicas, bem como o conteúdo das posições ideológicas dos indivíduos. É o que tentamos testar na seção seguinte.

Entre o partido e a ideologia

Se entre a população, especialmente no momento em decidir em quem votar, os partidos parecem não contar com atalhos ideológicos para este cálculo, entre parlamentares este não é o quadro que se apresenta. A elite política consegue diferenciar entre polos ideológicos e, na maior parte das vezes, é capaz de posicionar seu partido e as outras agremiações de forma consistente em relação à sua coloração ideológica (Rodriguez 2006). Para tanto classificamos os partidos políticos brasileiros em duas formas.

A primeira leva em consideração a ideologia, a partir daquilo que a literatura atribui como posição de cada legenda entre direita, esquerda e centro de cada organização (Dias 2012; Tarouco & Madeira 2013; Madeira & Tarouco 2011; Zucco 2011; Coppedge 1997; Babireski 2014; Rodrigues 2002).

A segunda considera o tamanho dos partidos políticos e, para tanto, leva em consideração a média de cadeiras ocupadas na Câmara dos Deputados por cada partido (Berlatto *et al.* 2016). Há alternativas para classificar partidos segundo seu tamanho, usando a quantidade de cidades governadas (Ev & Melo 2014), o desempenho eleitoral nos estados (Nascimento *et al.* 2016), cortes arbitrários a partir de um critério único, como cadeiras na Câmara Baixa, número de filiados, etc (Braga 2007; Braga *et al.* 2012; Dantas & Praça 2010). Optamos por seguir o critério de Berlatto *et al* de modo que entendemos que a média de cadeiras ao longo dos anos (o período de referência dos autores é de 1998 a 2014) oferece maior consistência e coloca os partidos em perspectiva imunizando os mesmos de desempenhos contextuais numa ou noutra eleição.

Dessa forma os partidos políticos aqui analisados estão distribuídos da seguinte forma: centro = PMDB, PSDB, PV e PPS; esquerda = PDT, PSB, PT, PCdoB, PCB,

PCO, PPL, PSOL e PSTU; direita = DEM, PL, PP, PR, PSD, PTB, PEN, PRB, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTC e SDD. Ainda, há partidos que não manifestam nenhuma posição ideológica seja em seu programa, sua atuação governativa (até mesmo porque não ocuparam cargos executivos) e não possuem cadeiras suficientes para atuação como bloco legislativo. Para estes partidos a categoria de fisiológico foi utilizada: PHS, PTdoB, PMN e PROS.

Para entender de que forma a ideologia pode estar associada também ao tamanho do partido e se as duas variáveis combinadas são capazes de oferecer explicações adicionais, combinamos os dois critérios resultando na seguinte classificação: grandes de centro = PSDB e PMDB; pequenos de centro = PV e PPS; grandes de esquerda = PT, PSB e PDT; pequenos de esquerda = PCdoB, PCB, PCO, PPL, PSOL e PSTU; grandes de direita = DEM, PL, PR, PSD e PP; pequenos de direita = PTB, PEN, PRB, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTC e SDD. Todos os fisiológicos são pequenos.

A tabela 1 apresenta a distribuição dos vereadores catarinenses a partir do pertencimento a cada grupo ideológico a partir de nossa classificação. A predominância de vereadores ocupando a direita é que destoa, por exemplo, do cenário nacional onde a maior parte dos Deputados Federais se coloca na centro-esquerda ou no centro (Zucco 2011).

Tabela 1. Distribuição dos vereadores por grupo ideológico do partido

	%
Esquerda	15,2
Centro	42,9
Fisiológico	0,4
Direita	41,5

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Em relação ao tamanho dos partidos, distribuição presente na tabela 2, é interessante ver que a despeito da fragmentação partidária, em nível municipal os grandes partidos dominam completamente o cenário, ao menos em Santa Catarina. Enquanto observamos que na Câmara dos Deputados quase metade das cadeiras é ocupada por partidos pequenos, no legislativo catarinense essa fração é rigorosamente residual. Isso pode ser interpretado como a falta de estrutura dos pequenos partidos para penetrarem as pequenas cidades e redutos onde grandes partidos conseguem se apresentar como viáveis eleitoralmente.

Tabela 2. Distribuição dos vereadores por tamanho do partido

	%
Grande	98,1
Pequeno	1,9

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Quando combinamos os critérios de tamanho e ideologia o resultado parece mais interessante. Sabendo que os dados partem de uma amostra de cidades de todo o estado, vemos que os partidos pequenos de direita

apresentam três vezes mais vereadores do que seus pares à esquerda. Isso se deve, em parte, à alta concentração que os partidos de extrema esquerda, marcados ideologicamente por doutrinas marxistas, possuem nos grandes centros urbanos. A ligação com sindicatos de trabalhadores urbanos e movimentos sociais intelectualizados, como no caso de PSTU, PCO e PSOL isola estas agremiações aos grandes centros, tornando-os incapazes de chegar aos grotões do Brasil. Por outro lado, os partidos de direita são flexíveis ideologicamente e não estão tão preocupados em ‘dominar o ambiente’, como assevera Panebianco (2005). Isso lhes dá vantagem no momento de contar com candidaturas competitivas num sistema de lista aberta.

Tabela 3. Distribuição dos vereadores por grupo ideológico e tamanho do partido

	%
Grande de direita	40,8
Grande de esquerda	14,6
Grande de centro	42,6
Pequeno de direita	1,4
Pequeno de esquerda	0,5

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

A mesma conclusão pode ser apresentada acerca da comparação entre grandes partidos. Enquanto os grandes partidos de esquerda ocupam apenas 14,6% das cadeiras no legislativo municipal catarinense, os partidos de centro

e direita ocupam juntos 83,4% dos assentos. Partidos de centro, por exemplo, são bastante flexíveis quanto sua atuação programática, adaptando-se com facilidade às demandas de cada localidade. Num estado com 295 municípios (e sendo o sexto em quantidade de municipalidades do País) flexibilidade parece ser uma característica fundamental para o sucesso pré-eleitoral (selecionando candidatos) e para conquistar votos.

Mas isso não diz nada sobre como cada legislador enxerga seu partido e si mesmo em relação a estas classificações. Para tanto indagamos como os vereadores se identificam ideologicamente numa escala de dez pontos onde zero seria a posição mais à esquerda, enquanto nove representaria a posição extremada à direita. Tentando entender se há uma coerência entre a forma como os indivíduos se auto-imputam na escala ideológica, procuramos verificar se a relação esperada entre auto-posicionamento dos vereadores e a posição dos seus partidos se confirma empiricamente.

Como é possível verificar na Tabela 4 parece haver tal coerência. A partir de um modelo logístico, tomamos a escala de auto-imputação como preditor e a posição do partido como variável independente. Adicionamos ao modelo variáveis clássicas de controle que irão sempre compor nossos modelos para evitar distorções nos

achados.

Os resultados indicam forte relação entre o posicionamento e o partido, inclusive com crescimento quando passamos do centro para a direita. A elevação de apenas um ponto na escala eleva em mais de 50% a probabilidade de ser de centro, ao invés de ser de esquerda. Esse efeito vai para 68% na comparação entre esquerda e direita.

Como os fisiológicos são muito poucos, não foi possível estimar os efeitos de sexo, pois são todos homens, conforme nota *a* da tabela.

Tabela 4. Modelo logístico para grupo ideológico do partido

	Centro	Fisiológico	Direita
Auto-posicionamento ideológico	1,53** (,053)	1,31 (,240)	1,68** (,055)
Faixa etária	1,10 (,125)	,83 (,59)	1,04 (,128)
Nível de escolaridade	,97 (,064)	1,12 (,32)	,914 (,066)
Sexo (Feminino)	,63 (,34)	<i>a</i>	,871 (,363)

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Categoria de referencia: esquerda

** sig=0,000 * sig≤0,05

a. todos os vereadores de partidos fisiológicos são homens, inviabilizando a estimativa do efeito da variável sexo.

O que os dados mostram é que a congruência é bastante consistente. Especialmente quando se caminha no sentido dos extremos da escala. Ou seja, posições de centro tendem a ser menos consistentes quando tomadas

agregadamente do que posições de direita ou de esquerda. Estes achados vão de encontro aos de Rodriguez (2006) e Melo (2015), que identificam importância na ideologia como variável explicativa para as estruturas de partido no Brasil e no restante da América Latina.

Passando para a classificação por tamanho, podemos verificar que o auto-posicionamento ideológico deixa de ser relevante, indicando que essa dimensão atitudinal não está relacionada ao pertencimento à partidos grandes ou pequenos. Em outros termos, vereadores de esquerda, centro ou direita, se distribuem de forma aleatória entre legendas pequenas e grandes.

Tabela 5. Modelo logístico para tamanho do partido

	Grande
Auto-posicionamento ideológico	1,09 (,103)
Faixa etária	1,22 (,275)
Nível de escolaridade	,74 (,164)
Sexo (Feminino)	1,85 (,796)

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Categoria de referencia: **pequeno**

** sig=0,000 * sig≤0,05

Considerando a classificação que junta os dois critérios anteriores, tomamos como grupo de referencia os partidos grandes de direita. Encontramos contrastes significativos em todos os grupos, com exceção dos

pequenos de direita. A elevação de um ponto na escala ideológica, por exemplo, reduz em 40% a probabilidade do indivíduo estar em um partido grande de esquerda, em relação à sua chance de pertencer ao grupo de referencia. É importante lembrar que o posicionamento ideológico é medido da esquerda para a direita, logo, esse resultado indica forte coerência entre esse auto-posicionamento e a legenda de pertencimento. Como poderíamos antecipar essa diferença é reduzida no caso dos partidos grandes de centro, caindo para 9% de efeito negativo. Consistentemente, ela volta a subir no caso dos partidos pequenos de esquerda, inclusive com redução maior do que no primeiro contraste (com partidos grandes de esquerda). O que pode ser explicado pela posição radical que partidos como PCdoB e PSOL adotam em suas cartas programáticas. Cada avanço na escala ideológica em direção à direita reduz em 60% a probabilidade de fazer parte de um partido pequeno de esquerda.

Tais resultados indicam considerável coerência entre o auto-posicionamento ideológico e a classificação dos partidos. O problema é que a medida atitudinal é um tanto frágil, portanto, propomos que essa coerência seja testada de forma mais rigorosa através da identificação das relações entre legendas de pertencimento e o posicionamento acerca de temas que tendem a separar

direita e esquerda do debate político efetivo. Ou seja, mensurar de que forma auto imputações ideológicas são recheadas de conteúdo também ideológico.

Tabela 6. Modelo logístico para grupos ideológicos e tamanho do partido

	Grande/ Esquerda	Grande/ Centro	Pequeno/ Direita	Pequeno/ Esquerda
Auto- posicionamento ideológico	,60** (,055)	,91* (,035)	,91 (,125)	,40* (,467)
Faixa etária	,94 (,129)	1,06 (,090)	,72 (,314)	1,09 (,825)
Nível de escolaridade	1,07 (,067)	1,07 (,045)	1,12 (,173)	6,88* (,717)
Sexo (Feminino)	,93 (,365)	1,36 (,247)	1,14 (,840)	<i>a</i>

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Categoria de referência: grande de direita

** sig=0,000 * sig≤0,05

a. não há variação no sexo nessa categoria, pois todos são homens (5 vereadores)

Foram selecionados três temas clássicos que separam esquerda e direita: participacionismo, estatismo e liberalismo econômico. Espera-se, portanto, que a esquerda seja mais estatista e participacionista na mesma medida em que a direita seja mais liberal economicamente (Alves 2000).

Para formar os três índices de nossa análise utilizamos um rol de respostas que remetiam a cada uma das posições em relação às questões divididas no quadro

abaixo.

Quadro 1. Índices de conteúdo ideológicos e questões que compuseram cada um deles

Participacionismo (IP)	Estatismo (IE)	Liberalismo econômico (ILE)
O quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações abaixo? 1) concorda totalmente; 2) concorda; 3) nem concorda, nem discorda; 4) discorda; 5) discorda totalmente.	Quem deve ser o responsável pelos seguintes serviços? 1) só o governo; 2) mais o governo que as empresas; 3) mais as empresas que os governos; 4) só as empresas.	Quem deve ser o responsável pelos seguintes serviços? 1) só o governo; 2) mais o governo que as empresas; 3) mais as empresas que os governos; 4) só as empresas.
i) só há democracia se houver participação por plebiscitos; ii) só há democracia se houver participação por conselhos; iii) só há democracia se houver participação em orçamentos participativos; iv) só há democracia se houver participação direta.	i) educação; ii) saúde; iii) aposentadoria e previdência social; iv) transporte; v) estradas e rodovias; vi) água e esgoto; vii) recolhimento de lixo.	i) serviços bancários; ii) produção de petróleo; iii) telecomunicações.
Alpha de Cronbach = ,738 Escala de 10 pontos (0-9), normalizada num indicador de 0-1.	Alpha de Cronbach = ,823 Escala de 4 pontos (0-3), normalizada num indicador de 0-1.	Alpha de Cronbach = ,747 Escala de 4 pontos (0-3), normalizada num indicador de 0-1.

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Passando para a análise de cada um dos temas que selecionamos para identificar associações de conteúdo

entre esquerda e direita, apresentamos a distribuição de cada um dos índices dentre os vereadores catarinenses.

Os histogramas abaixo mostram que a distribuição de IP, IE e ILE se aproximam da normalidade. Ou seja, a maior parte dos respondentes está no centro do gráfico com exceção para a medida de participacionismo que conta com quase 10% dos vereadores participando manifestando alto índice de percepção da participação como fundamental para o regime democrático.

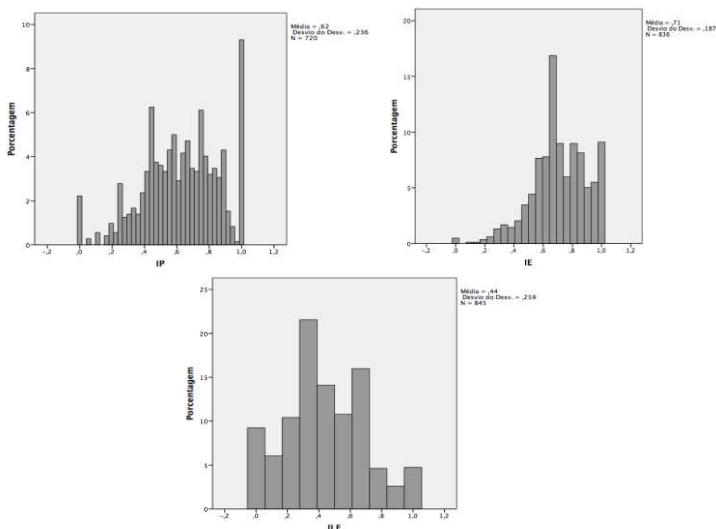


Gráfico 1. Índice de Participacionismo entre os vereadores catarinenses

Gráfico 2. Índice de Estatismo entre os vereadores catarinenses

Gráfico 3. Índice de Liberalismo Econômico entre os vereadores catarinenses

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Já os indicadores de estatismo e de liberalismo

econômico são mais homogêneos e os valores em torno da mediana são os mais frequentes. O que revela que, para o universo de entrevistados, posições moderadas sobre a função do Estado e das empresas na sociedade são mais frequentes.

Pensando então em como cada um dos tipos de partido se comporta em relação a cada tema, a Tabela 7 traz as médias, desvios padrões e testes para diferenças de médias para cada classificação (ideológica, tamanho e ideológica/tamanho) para cada um dos índices. A hipótese é que os vereadores em partidos de esquerda estão mais associados e manifestam maior importância à participação política e ao papel do Estado em prover e regular serviços. Por outro lado, os legisladores em partidos de direita tenderão a manifestar maior preocupação com o liberalismo econômico. Nos partidos de centro e fisiológicos esperamos que tais posições sejam mistas ou não apresentem consistência estatística em relação aos seus pares nos polos extremos.

Podemos verificar que o teste Anova indica diferenças estatisticamente significativas para as médias entre os grupos no IP e no ILE. No que diz respeito ao índice de estatismo, portanto, as médias são semelhantes entre os vereadores dos diferentes tipos de partidos.

No caso da medida de adesão ao participacionismo

podemos perceber uma média mais elevada entre vereadores de partidos de esquerda. Coerentemente, esse grupo de vereadores é também o que apresenta menor média no ILE. As posturas dos vereadores de direita são imagens invertidas dos de esquerda, indicando também coerência significativa. Os vereadores de centro, por sua vez, parecem se aproximar mais da direita do que da esquerda em termos das médias de IP e ILE. O que pode revelar, como sempre aventado, o fenômeno da 'direita envergonhada' (Epstein 2009, p.336). Os partidos de centro, sempre muito adaptáveis e flexíveis, são espaços ideais para acomodar diferentes posições ideológicas. Como os partidos de esquerda possuem posições mais marcadas que até mesmo os partidos classificados como direita (Coppedge 1997; Tarouco & Madeira 2013), é esperado que os partidos de centro se aproximem mais dos de direita. Ou melhor dizendo, a divisão ideológica ao nível local no Brasil parece ser entre esquerda e 'o resto'.

A primeira conclusão importante que podemos tirar daqui é o simples fato de que os conteúdos ideológicos apresentam consistência com o pertencimento partidário e diferenças significativas entre os grupos. Num cenário onde se espera que tais posições não digam muito sobre o peso da ideologia na arena municipal o dado parece surpreendente e destoa do diagnóstico sobre a

fragilidade programática dos partidos políticos brasileiros.

Tabela 7. Médias, desvios, coeficiente de variação e Anova para IP, IE e ILE por grupo ideológico de partido

	Esquerda	Centro	Fisiológico	Direita
IP**	,69 (,23) 3%	,61 (,24) 2,54%	,51 (,04) 12,75%	,62 (,23) 2,69%
IE#	,73 (,17) 4,29%	,72 (,19) 3,78%	,71 (,29) 2,44%	,69 (,19) 3,63%
ILE***	,34 (,22) 1,54%	,45 (,25) 1,8%	,41 (,52) 0,78%	,46 (,27) 1,7%

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

ANOVA com sig>,05

** ANOVA com sig=,001

*** ANOVA com sig=,000

A Tabela 8 mostra essas mesmas informações, mas considerando a divisão dos vereadores entre partidos grandes e pequenos.

Tabela 8. Médias, desvios e Anova para IP, IE e ILE por tamanho de partido

	Pequeno	Grande
IP#	,58 (,17)	,62 (,24)
IE#	,67 (,15)	,71 (,19)
ILE#	,50 (,35)	,44 (,26)

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

ANOVA com sig>,05

Assim como ocorre na análise do auto-posicionamento ideológico, não existem diferenças de médias significativas entre os grupos, indicando que o

posicionamento a respeito desses temas não guarda relação com o tamanho dos partidos a que pertencem os vereadores catarinenses.

Quando o tamanho é combinado com o grupo ideológico as diferenças voltam a aparecer e de forma coerente. O fator de teste ideologia é então o que revela poder explicativo, conforme sugere o cânone da análise de dados sistematizado por Rosenberg (1976).

No que diz respeito ao participacionismo há uma clara tendência de os vereadores dos partidos de esquerda apresentarem média mais elevada, com destaque para o grupo dos pequenos, que apresenta a maior média. Considerando que a menor média encontrada está no grupo dos pequenos de direita, pode-se falar de uma radicalização dos pequenos, tanto à direita quanto à esquerda. Vale dizer que, em grande parte, os grupos dos pequenos partidos são compostos por partidos novatos. Isso pode revelar uma estratégia de 'domínio do ambiente', onde os partidos preferem ter uma ideologia manifesta para conquistar votos e marcar posição no sistema partidário. Já os grandes partidos são bandeiras mais antigas e tendem a manifestar ideologia latente, numa estratégia de 'adaptação ao ambiente' (Panebianco 2005). Novamente os partidos de centro tendem a se aproximar da direita.

Sobre a medida de estatismo, entretanto, as diferenças desaparecem e todos os grupos registram médias altas, acima de ,60 (lembrando que os índices vão de 0,0 à 1,0). A concordância de que o Estado deve ter forte atuação nas áreas que compõem o índice parece ser ponto pacífico entre os vereadores de Santa Catarina. Contudo, a percepção de que o Estado é a solução para os problemas apresentados no *survey* é típica de uma classe política que só consegue realizar através de recursos estatais e depende de relações de clientelismo para efetivar políticas públicas. O que na literatura sobre o legislativo ficou conhecido como práticas de *pork barrel*, onde o legislador depende dos recursos estatais para manutenção de suas bases eleitorais e tem no Estado o principal provedor de recursos para a população (Ricci 2003).

Por fim, quanto ao índice de liberalismo no plano econômico as diferenças voltam à tona, com clara distinção entre partidos de esquerda e direita, mas também entre grandes e pequenos. Os vereadores dos partidos pequenos de direita são os que registram as médias mais elevadas, enquanto os pequenos de esquerda registram as menores. Partidos grandes de centro voltam a se aproximarem da direita.

Tabela 9. Médias, desvios e Anova para IP, IE e ILE por grupo ideológico e tamanho de partido

	Grande/ Direita	Grande/ Esquerda	Grande/ Centro	Pequeno/ Direita	Pequeno/ Esquerda
IP**	,62 (,24)	,69 (,24)	,61 (,24)	,53 (,16)	,72 (,15)
IE#	,70 (,19)	,73 (,17)	,72 (,19)	,65 (,17)	,70 (,06)
ILE***	,46 (,27)	,34 (,22)	,44 (,25)	,61 (,33)	,22 (,21)

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

** ANOVA com sig=,001

*** ANOVA com sig=,000

ANOVA com sig>,05

As altas médias dos partidos pequenos de direita quanto ao ILE sugerem uma interpretação mais detida. Os vereadores destes partidos são, em sua maioria, *outsiders* do mundo político. Enquanto nos grandes partidos as posições de mando são ocupadas por membros de carreira longa, e muitas vezes partidária (Melo 2015), os partidos pequenos são ocupados por novatos que dependem inteiramente de seu desempenho individual, de seu capital político próprio e fizeram sua carreira a despeito das estruturas burocratizadas das grandes legendas. Ou seja, os pequenos partidos de direita são o terreno fértil para o *self made men* da política brasileira. É nesse tipo de organização que o personalismo e o clientelismo se manifestam de forma mais intensa. Daí a importância que os vereadores destes partidos dão ao liberalismo como forma de sucesso na política e como valor intrínseco da sua

forma de ver o mundo (Berlatto et al. 2016).

Mais uma vez a hipótese de que há um denominador comum que achata os partidos políticos num patamar homogêneo de clientelismo e personalismo é parcialmente verdadeira. Se é em alguma medida para os pequenos partidos de direita, o mesmo não se reflete nos grandes partidos e principalmente na esquerda de forma geral.

Para verificar se de fato essas relações são consistentes, ainda no terreno da análise bivariada fizemos correlações para tentar identificar se essas diferenças de médias se convertem em relações estatisticamente significativas. Para isso criamos variáveis binárias para cada grupo gerado pelas três classificações.

A tabela 10 apresenta as correlações com os perfis criados pelos grupos ideológicos e indica relações significativas entre ser de esquerda e as pontuações em IP e ILE, porém com sinais inversos, como esperado. No caso do IP, vereadores de partidos de esquerda tendem a ter pontuações mais elevadas, enquanto no ILE apresentam pontuações reduzidas.

Também verificamos correlações significativas envolvendo os vereadores de partidos de direita de formas coerente com os resultados anteriores, já que tendem a apresentar pontuações mais elevadas no índice liberalismo

econômico e pontuações menores no de estatismo.

Entre os demais grupos não foram identificados relacionamentos relevantes.

Tabela 10. Correlações entre grupo de vereadores por ideologia do partido e os índices IP, IE e ILE

	Esquerda	Centro	Fisiológico	Direita
IP	,12**	-,06	-,03	,03
IE	,05	,05	,01	-,07*
ILE	-,15**	,03	-,01	,09*

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

*** sig=0,000 ** sig=0,001 * sig≤0,05

De forma coerente com as análises anteriores, os tipos criados pela distinção entre partidos grandes e pequenos não se mostrou relevante em termos de correlações com os índices.

Tabela 11. Correlações entre grupo de vereadores por tamanho do partido e os índices IP, IE e ILE

	tamanho (1=grande)
IP	,03
IE	,03
ILE	-,03

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

*** sig=0,000 ** sig=0,001 * sig≤0,05

Quando consideramos os perfis criados pela combinação do tamanho com a ideologia dos partidos as únicas relações que permanecem significativas envolvem os índices de participacionismo e de liberalismo econômico e os partidos grandes de esquerda e os

pequenos de direita.

Os vereadores dos partidos grandes de esquerda tendem a apresentar pontuações mais elevadas em IP e pontuações mais reduzidas em ILE, enquanto os vereadores dos partidos pequenos de direita tendem a serem mais liberais em termos econômicos.

Tabela 12. Correlações entre grupo de vereadores por ideologia e tamanho do partido e os índices IP, IE e ILE

	Grande/ Direita	Grande/ Esquerda	Grande/ Centro	Pequeno/ Direita	Pequeno/ Esquerda
IP	-,02	,12**	-,06	-,05	,03
IE	-,06	,05	,05	-,04	-,01
ILE	,08	-,14**	,02	,08*	-,06

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

*** sig=0,000 ** sig=0,001 * sig≤0,05

Para confirmar se de fato esses relacionamentos são consistentes, na última etapa de análise propomos modelos multivariados que controlam os efeitos dos perfis pelo sexo, escolaridade e idade dos vereadores. Não é nossa intenção produzir modelos explicativos para os índices, como claramente indica os baixos r-quadrados reportados nas tabelas, mas apenas afastar possíveis relações espúrias com a inclusão dos controles mencionados.

O primeiro modelo tem como medida dependente o IP e indica que o relacionamento identificado anteriormente entre a condição de vereadores de partido

de esquerda (sem considerar ainda o tamanho) é consistente. Essa condição eleva em 0,7 o índice, que como já alertamos varia de 0 a 1, logo trata-se de quase um décimo possível de incremento.

Passando ao indicador sobre estatismo podemos identificar que a relação negativa com a condição de vereador de partido de direita se confirma. Ainda que o efeito seja reduzido (-,3), vereadores desse grupo tendem a rejeitarem com maior intensidade que os demais a atuação do estado em detrimento da iniciativa privada nas áreas consideradas na composição do índice.

Tabela 13. Regressões lineares para IP

	B	Beta
Constante	,52** (,049)	
Sexo	,01 (,025)	,02
Faixa Etária (10 anos)	,01 (,009)	,05
Escolaridade	,01 (,005)	,06
Partido de esquerda	,07* (,024)	,11
r ² = ,02		

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

*** sig=0,000 ** sig=0,001 * sig≤0,05

Tabela 14. Regressões lineares para IE

	B	Beta
Constante	,75*** (,037)	
Sexo	,01 (,019)	,02
Faixa Etária (10 anos)	,02 (,007)	,04
Escolaridade	-,01** (,003)	-,13
Partido de direita	-,03* (,013)	-,07

$r^2 = ,03$

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

*** sig=0,000 ** sig=0,001 * sig≤0,05

A tabela 15 traz os resultados de modelo que toma o ILE como dependente e inclui o perfil de vereador de partido de esquerda como principal preditor. Mesmo na presença dos controles, essa condição afeta de forma significativa e expressiva a pontuação nesse índice de liberalismo econômico. Ser desse grupo reduz em ,1 o valor na medida, ou seja, em uma décima parte.

Tabela 15. Regressões lineares para ILE

	B	Beta
Constante	,46*** (,050)	
Sexo	,02 (,026)	,03
Faixa Etária (10 anos)	-,01 (,009)	-,05
Escolaridade	,01 (,005)	,06
Partido de esquerda	-,1*** (,025)	-,14

$r^2 = ,04$

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

*** sig=0,000 ** sig=0,001 * sig≤0,05

A tabela 16 apresenta modelo semelhante, mas substituindo o perfil para o de vereador de partido de direita e encontra resultado coerente, ainda que menos expressivo. Ter essa condição eleva a pontuação no índice em ,05.

Os modelos que seguem testam os efeitos dos perfis criados pela combinação do tamanho e classificação ideológica dos partidos. Começando pelos vereadores de partidos grandes de esquerda, podemos ver na Tabela 17 que a relação positiva se confirma, ou seja, esses representantes tendem a serem mais favoráveis à participação popular pelos canais levados em consideração na composição do índice. Essa condição eleva em ,07 a pontuação no índice.

Tabela 16. Regressões lineares para ILE

	B	Beta
Constante	,42*** (,051)	
Sexo	,03 (,026)	,04
Faixa Etária (10 anos)	-,01 (,009)	-,04
Escolaridade	,01 (,005)	,05
Partido de direita	,05* (,018)	,09
r ² =,02		

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

*** sig=0,000 ** sig=0,001 * sig≤0,05

Tabela 17. Regressões lineares para IP

	B	Beta
Constante	,52*** (,049)	
Sexo	,01 (,025)	,02
Faixa Etária (10 anos)	,013 (,009)	,05
Escolaridade	,01 (,005)	,06
Partido grande de esquerda	,07* (,025)	,11
r ² =,03		

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

*** sig=0,000 ** sig=0,001 * sig≤0,05

Sobre o índice de liberalismo econômico foi confirmado o efeito da condição de vereador de grandes partidos de esquerda. Para esse grupo de representantes a pontuação no índice é reduzida em ,1.

Tabela 18. Regressões lineares para ILE

	B	Beta
Constante	,46*** (,050)	
Sexo	,02 (,026)	,04
Faixa Etária (10 anos)	-,01 (,010)	-,05
Escolaridade	,01 (,005)	,04
Partido grande de esquerda	-,10*** (,026)	-,14
r ² =,03		

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

*** sig=0,000 ** sig=0,001 * sig≤0,05

Tabela 19. Regressões lineares para ILE

	B	Beta
Constante	,44*** (,050)	
Sexo	,03 (,026)	,04
Faixa Etária (10 anos)	-,01 (,010)	-,04
Escolaridade	,01 (,005)	,04
Partido pequeno de direita	,16* (,074)	,08
r ² =,01		

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

*** sig=0,000 ** sig=0,001 * sig≤0,05

No último modelo, envolvendo o mesmo índice, mas com a condição de pequeno partido de direita, podemos confirmar a radicalização da postura nos representantes menores. Apresentar esse perfil eleva em 1,6 pontos o indicador que mede à defesa do liberalismo econômico nas áreas estratégicas consideradas na computação do índice.

Considerações finais

Nos limites impostos pelo material empregado em nossas análises, podemos afirmar que a hipótese da indiferenciação ideológica entre os ocupantes de cargos legislativos no nível local não se sustenta. Distintamente do que o senso comum e alguns atores políticos mais

pessimistas tendem a afirmar, em termos de valores e atitudes não é possível afirmar que se trata de “mais do mesmo”.

Os primeiros resultados apontaram coerência considerável entre o auto posicionamento ideológico manifesto pelos vereadores e seu partido de pertencimento, considerando uma classificação que diferenciou legendas de esquerda, direita, centro e fisiológico.

Essa coerência se mostrou consistente também quando utilizamos, ao invés da controversa auto designação na escala esquerda-direita, um conjunto de atitudes a respeito de temas que classicamente distinguem essas grandes orientações ideológicas. As disposições a respeito do liberalismo econômico e da participação política indicaram claramente a diferenciação entre legisladores de esquerda e os demais. O tema da estatismo, todavia, destoava desse padrão, pois reúne todos os grupos de vereadores catarinenses em um consenso sobre a importância da atuação do Estado brasileiro.

Em síntese, apesar de todos os problemas de institucionalização do nosso sistema partidário, nos parece pouco preciso o diagnóstico da falta de distinções ideológicas, ao menos no que diz respeito a esse nível local analisado. Ainda que as maiores diferenças apareçam no

contraste entre esquerda e os demais grupos, a consistência entre posições ideológicas individuais e os conteúdos programáticos tornados públicos pelas legendas é considerável.

Referências

Alves, M.T.G., 2000. Conteúdos Ideológicos da Nova Direita no Município de São Paulo: análise de surveys. *Opinião Pública*, VI(2), pp.187–225.

Amaral, O., 2011. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, 17(1), pp.1–44.

Babireski, F.R., 2014. *A direita no Brasil, Chile e Uruguai: estudo dos programas e manifestos partidários*. UFPR.

Berlatto, F., Codato, A. & Bolognesi, B., 2016. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (21), pp.77–120.

Bolognesi, B., 2013. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), pp.45–68.

Braga, M. do S.S., 2007. O processo político-partidário brasileiro e as eleições de 2006. *Política & Sociedade*.

Braga, M. do S.S., Rodrigues-Silveira, R. & Borges, T.D.P., 2012. *Organização, território e sistema partidário: difusão territorial da organização partidária e seus impactos sobre o sistema partidário no Brasil*, Recife.

Carey, J.M. & Shugart, M.S., 1995. Incentives to Cultivate a

Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. *Electoral Studies*, 14(4), pp.417–439.

Carvalho, N.R. De, 2003. *Em nome das bases*, São Paulo: Editora Revan.

Carvalho, N.R. De, 2009. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. *Cadernos Metr pole*, 11(22), pp.367–384.

Colomer, J.M., 2003. Son los partidos los que eligen los sistemas electorales (o las leyes de Duverger cabeza abajo). *Revista Espa ola de Ciencia Política*, (9), pp.39–63.

Coppedge, M., 1997. *A Classification of Latin American Political Parties*, EUA: The Helen Kellogg Institute for International Studies.

Costa, L.D. & Bolognesi, B., 2014. O sistema partidário no Paraná: do personalismo   estrutura o. *Revista Debates*, 8(1), pp.221–243.

Cox, G.W., 1987. *The efficient secret. The cabinet and de development of political parties in Victorian England*, Cambridge: Cambridge University Press.

Dalton, R. 2008. *The Good Citizen: How a Younger Generation Is Reshaping American Politics*. SAGE Publications.

Dantas, H. & Praça, S., 2010. Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coliga es municipais de 2000 a 2008. In S. Krause, H. Dantas, & L. Miguel, eds. *Coliga es partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung; Ed. Enesp, pp. 99–133.

Dias, M.R., 2012. Um estudo sobre a classifica o ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei “ A

quem serve o Graal ?” , pp.209–235.

Downs, A., 1999. *Um teoria econômica da democracia*, São Paulo: Edusp.

Dunleavy, P. & Boucek, F., 2003. Constructing the Number of Parties. *Party Politics*, 9(3), pp.291–315.

Duverger, M., 1998. A influência dos sistemas eleitorais na vida política. In M. B. da Cruz, ed. *Sistemas eleitorais: o debate científico*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 115–154.

Duverger, M., 1980. *Os Partidos Politicos*, Brasília: Editora UnB.

Duverger, M., 1968. *Sociologia política*, Rio de Janeiro: Forense.

Epstein, D.J., 2009. Clientelism Versus Ideology: Problems of Party Development in Brazil. *Party Politics*, 15, pp.335–355.

Ev, L. da S. & Melo, P.V.T.P. de, 2014. *De onde vem e como sobrevivem os nanicos? Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros*, Caxambu.

Figueiredo, A.A. & Limongi, F., 2000. Presidential Power, Legislative Organization, and Party Behavior in Brazil. *Comparative Politics*, 32(2), pp.151–170.

Fretel, J., 2011. Qual sociologia para o estudo dos partidos políticos conservadores? *Revista Brasileira de Ciência Política*, (5), pp.321–349. Available at: http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/60610_6971.PDF [Accessed August 30, 2012].

Golosov, G. V., 2010. The Effective Number of Parties: A New Approach. *Party Politics*, 16(2), pp.171–192.

Katz, R.S. & Mair, P., 1996. Cadre, catch-all or cartel? a rejoinder. *Party Politics*.

Katz, R.S. & Mair, P., 1995. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 1(1), pp.5–28. Available at: <http://ppq.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1354068895001001001> [Accessed March 20, 2014].

Kirchheimer, O., 2012. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (7), pp.349–385. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522012000100014&script=sci_arttext [Accessed August 30, 2012].

Kitschelt, H., 2000. Linkages between Citizens and Politicians in Democratic Polities. *Comparative Political Studies*, 33(6–7), pp.845–879. Available at: <http://cps.sagepub.com/content/33/6-7/845> <http://cps.sagepub.com/content/33/6-7/845.short>.

Koole, R., 1996. Cadre, catch-all or cartel? *Party Politics*, 2(4), pp.507–523.

Lijphart, A., 1992. Las consecuencias políticas de las leyes electorales (1945-1985). *Estudios Públicos*, (46), pp.109–134.

Limongi, F. & Vassalai, F., 2016. *Coordenando candidaturas: coligações e fragmentação partidária nas eleições gerais brasileiras*, Belo Horizonte.

Lipset, S.M. & Rokkan, S., 1985. Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores. In S. M. Lipset, ed. *Consenso e conflito*. Lisboa: gradiva.

Madeira, R.M. & Tarouco, G. da S., 2011. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Pós Ciências Sociais*, 8(15), pp.1–25.

Mainwaring, S., 1993. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. *Lua Nova: Revista de*

Cultura e Política, (28–29).

Mainwaring, S. & Torcal, M., 2005. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, XI(2), pp.249–286.

Melo, C.R., 2015. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. *Opinião Pública*, 21(2), pp.365–392. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762015000200365&lng=pt&nrm=iso&tlng=en.

Melo, C.R.F., 2010. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. , (4), pp.13–41.

Molinar, J., 1991. Counting the Number of Parties: An Alternative Index. *The American Political Science Review*, 85(4), pp.1383–1391.

Nascimento, W. et al., 2016. Does Size Matter? Electoral Performance of Small Parties in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, 10(2), pp.1–26.

Nicolau, J., 2006. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, 49(4), pp.689–720.

Norris, P., 2004. *Building political parties : reforming legal regulations and internal rules*,

Norris, P., 2005. *Radical Right: voters and parties in the electoral market*, New York: Cambridge University Press.

Norris, P. 2001. *Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited*. Cambridge University Press.

Panebianco, A., 2005. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*, São Paulo: Martins Fontes.

Pekkanen, R., Nyblade, B. & Krauss, E.S., 2006. Electoral incentives in mixed-member systems: party, posts, and

zombie politicians in Japan. *American Political Science Review*, 100(2), pp.183–193.

Pereira, C. & Mueller, B., 2003. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, 46(4), pp.735–771. Available at: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n4/a04v46n4.pdf> [Accessed August 30, 2012].

Power, T.J., 1997. *Parties, Puppets and Paradoxes: Changing Attitudes toward Party Institutionalization in Post-Authoritarian Brazil*, Available at: <http://ppq.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1354068897003002003> [Accessed April 14, 2014].

Power, T.J. & Zucco Jr., C., 2009. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005. *Latin American Research Review*, 44(1), pp.218–246.

Ribeiro, E., Carreirão, Y. de S. & Borba, J., 2011. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *Opinião Pública*, 17, pp.333–368.

Ribeiro, E., Carreirão, Y. de S. & Borba, J., 2016. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Opinião Pública*, 22, pp.603–637.

Ribeiro, P.F., 2013. El modelo de partido cartel y el sistema de partidos de Brasil. *Revista de ciencia política (Santiago)*, 33(3), pp.607–629.

Ribeiro, P.F., 2014. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, 22(52), pp.121–158.

Ricci, P., 2003. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais? *Dados*, 46(4), pp.699–734.

Riker, W.H., 1998. O bipartidarismo e a lei de Duverger. In

M. B. da Cruz, ed. *Sistemas eleitorais: o debate científico*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 187–212.

Rodrigues, L.M., 2002. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*, São Paulo: Edusp.

Rodriguez, leticia m R., 2006. Coherencia partidista: la estructuración interna de los partidos políticos en América Latina. *Revista Española de Ciencia Política*.

Rojas, F.A.G. & Carlomagno, M.C., 2014. Elite política local e legislativo municipal no estado de São Paulo: partidos, ideologia e composição social. *Agenda Política*, 2(1), pp.94–115.

Roma, C., 2006. Organizaciones de partido en Brasil: el PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. *América Latina Hoy*, 44, pp.153–184. Available at: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Organizaciones+de+partido+en+Brasil:+el+PT+y+el+PSDB+bajo+perspectiva+comparada#0> [Accessed August 30, 2012].

Rosenberg, M., 1976. *A lógica na análise do levantamento de dados*, São Paulo: Cultrix - Ed. da Universidade de São Paulo.

Salles, N.O., 2015. *Partidos, grupos e famílias: a polarização contextualizada das disputas municipais*, Caxambu.

Samuels, D.J., 1999. Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-centric Electoral Systems: Evidence from Brazil. *Comparative Political Studies*, 32(4), pp.487–518.

Samuels, D.J., 2002. Presidentialized Parties: The Separation of Powers and Party Organization and Behavior. *Comparative Political Studies*, 35(4), pp.461–483. Available at: <http://cps.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0010414002035004004> [Accessed March 29, 2014].

Samuels, D.J. & Shugart, M.S., 2010. *Presidents, parties and prime ministers: how separation of powers affects party organization and behavior*, Cambridge: Cambridge University Press.

Sartori, G., 2003. *Ingenería constitucional comparada: una investigación de estructuras, incentivos e resultados*, México: Fondo de Cultura Económica.

Schedler, A., 2004. Elecciones sin democracia: el menú de la manipulación electoral. *Estudios Políticos*, (24), pp.137–156.

Scheffer, F. 2016. *Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados: faz sentido ainda falar em esquerda e direita?* Programa de Pós-graduação em Sociologia Política - Tese. Florianópolis: UFSC.

Schlesinger, J.A., 1984. On the Theory of Party Organization. *The Journal of Politics*, 46, pp.369–400.

Schlesinger, J.A., 2012. The Primary Goals of Political Parties : A Clarification of Positive Theory. , 69(3), pp.840–849.

Speck, B.W. & Balbachevsky, E., 2016. Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas. *Opinião Pública*, 22, pp.569–602.

Tarouco, G. da S. & Madeira, R.M., 2013. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), pp.149–165.

Welzel, C. & Dalton, R. 2013. From allegiant to assertive citizens. In: C. Welzel; R. Dalton (Eds.), *The Civic Culture Transformed: From allegiant to assertive citizens*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wolinetz, S.B., 2011. Party system change : The catch - all thesis revisited. , (December).

Zucco, C., 2011. Esquerda, direita e governo: a ideologia

dos partidos políticos brasileiros. In T. Power & C. Zucco, eds. *O Congresso por ele mesmo: auto percepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, pp. 37–60.

DEMOCRACIA E TECNOLOGIA: OS USOS DE FERRAMENTAS DIGITAIS ENTRE VEREADORES E SERVIDORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Treicy Giovanella da Silveira

Stefania Peixer Lorenzini

A comunicação como princípio democrático

Vivemos, em termos gerais, numa democracia representativa no Brasil. Isso significa dizer que nossas decisões são tomadas a partir de representantes, eleitos por voto a cada quatro anos. Nossa relação com vereadores (as), prefeitos (as), deputados(as) estaduais e federais, governadores (as), senadores(as) e presidente (a) em exercício se dará, assim, institucionalmente por meio do sufrágio, o que ilustra de maneira ideal parte dos argumentos teóricos da democracia elitista, defendida por Schumpeter (1984). A democracia representativa nos moldes clássicos supõe justamente essa “[...] forma de política [que] não precisa muito de povo ou cidadãos: contenta-se basicamente com eleitores, cidadãos diminuídos e rebaixados à condição de homologadores de

decisões.” (NOGUEIRA, 2001, p. 63). Quem está do lado de lá, decide a existência coletiva de quem está do lado de cá, legitimada justamente pela escolha periódica que fazemos. Uma democracia pautada por uma *ficção*: precisamos “[...] acreditar na presença de quem está ausente” (SILVA, 1999, p. 52), dada a relação que é produzida entre o representado e o representante. Eles decidem por nós, que não podemos decidir por nós mesmos. Ora,

tendo em vista que o surgimento dos Estados em escala nacional torna impraticável a participação direta de todos os cidadãos na esfera política, a teoria e a prática democráticas precisaram passar por uma transformação radical de modo a tornarem-se compatíveis com as condições do mundo moderno. No centro desta transformação está a invenção do princípio da representação política (SILVA, 1999, p. 52).

Essa relação se justificaria, então, apenas por uma questão de inviabilidade, dada à extensão geográfica do coletivo político? Ou seria também um problema de capacidade intelectual, como argumenta a democracia elitista, no sentido de que “não sabemos o que é melhor para nós mesmos”? Talvez, efeitos das relações de poder que configuram o contexto político, econômico, social, cultural e histórico de que participamos, como elaborado

pelas teorias pós-estruturalistas²¹? Apenas conjecturas.

Há quem defenda, contudo, outras possibilidades, também democráticas, de organização social. No caso da *democracia participativa*, por exemplo, a política se dará “[...] na valorização do diálogo, do consenso e da comunicação, na defesa da crítica e da participação, [...] numa operação que se volta para uma aposta na inesgotável capacidade criativa dos homens.” (NOGUEIRA, 2001, p. 58). Segundo Nogueira (idem), além da participação nas eleições, o povo também deveria poder interferir nas decisões do governo através de movimentos sociais, por exemplo, e com a própria participação de cidadãos, que não pertencem necessariamente às elites, ou estão inseridos em partidos políticos, como defende Schumpeter (1984). Esta última, aliás, constituindo-se em uma *política sem política*, dirá Nogueira (2001), já que o verdadeiro interessado – o cidadão – é despojado do poder de decisão, conferindo esta prerrogativa àqueles que supostamente detêm *capacidades técnicas* para a tarefa.

O debate é intenso, contudo. E por isso, se faz necessária cautela:

²¹Como em Foucault (1999, 2005, 2008) e Agamben (2002, 2004, 2014).

a afirmação da democracia como forma perfeita de governo, ou mesmo como a própria sociedade livre, conquanto válida para evitar a atitude conformista do liberalismo, diante das debilidades dos regimes democráticos atuais, acaba alimentando por um lado, uma certa apatia política, à qual, paradoxalmente, é tão criticada pelos teóricos da democracia participativa — afinal quem se sentiria motivado a lutar por algo que sabe de antemão ser praticamente irrealizável. Por outro lado, o perfeccionismo dos participativistas estimula a reação liberal-conformista, à qual em nome de um certo realismo estreita consideravelmente os limites das possibilidades reais da democracia [...], [e] fornece a esses teóricos liberais a base para a falaciosa associação de ideia de participação com algo impossível, senão indesejável (SILVA, 1999, p. 51).

Mas se é desejável algum tipo de participação dos cidadãos, na deliberação dos assuntos que lhes concernem direta ou indiretamente, como isso seria possível? Como poderíamos comunicar nossos anseios e necessidades coletivas aos nossos líderes políticos? Quais canais podem ser disponibilizados para o diálogo entre representantes e representados, de modo que os primeiros possam tomar conhecimentos das demandas sociais dos segundos? Pois, do contrário,

somente a responsabilidade do representante perante os representados garantiria a fidelidade ao mandato

representativo. Ainda que se admita a importância do marco institucional na conformação de um governo representativo, a própria constituição de nada vale se não for respeitada pelos detentores do poder (SILVA, 1999, p. 54).

Nesse sentido, é possível ignorar as relações de poder que determinam todos os aspectos constitutivos de uma existência coletiva? A participação se torna imperativa, portanto. Um exemplo pode ser encontrado em Habermas (1997, p. 23), que argumenta que “a opinião pública, transformada em poder comunicativo segundo processos democráticos, não pode ‘dominar’ por si mesma o uso do poder administrativo; mas pode, de certa forma, direcioná-lo”, a partir da estruturação de um agir comunicativo.

Na teoria do discurso de Habermas (1997, p. 24) que é pautada pelo *agir comunicativo*,

a soberania do povo retira-se para o anonimato dos processos democráticos e para a implementação jurídica de seus pressupostos comunicativos pretensiosos para fazer-se valer como poder produzido comunicativamente. Para sermos mais precisos: esse poder resulta das interações entre a formação da vontade institucionalizada constitucionalmente e esferas públicas mobilizadas culturalmente, as quais encontram, por seu turno, uma base nas associações de uma sociedade civil que se distancia tanto do Estado como da

economia.

Contudo, Habermas desconsidera justamente as condições empíricas da política contemporânea. A heterogeneidade da composição da sociedade não é destacada em seus textos deixando aparente que o processo de modernização de uma sociedade prevê por si só a emergência de uma capacidade de mediação moral racional isenta de valores culturalmente flutuantes. Já é fato que a participação política dos agentes ocorre de modo diferenciado dado o lugar social de origem daquele que fala e interage no agir comunicativo. O que significa dizer, também, que o nível de impacto e da capacidade de ação como advento do agir comunicativo também acontece de acordo com os diferentes papéis sociais. O poder presente na relação entre os indivíduos é revelador, ainda, da incapacidade de participação de alguns agentes quando esta relação do agir comunicativo não se dá entre “possíveis iguais”.

Axel Honneth e Nancy Fraser, autores contemporâneos da escola de Frankfurt, por exemplo, avançam na teoria de Habermas no intuito de aprimorar seus aspectos sociológicos e aprofundar as discussões em relação às lacunas presentes na teoria do agir comunicativo. O primeiro, Honneth, constrói um olhar

filosófico crítico sobre a obra de Habermas ao destacar que o diagnóstico do tempo fornecido por este autor carece de uma crítica sobre os diferentes princípios morais que regem as falas daqueles que participam do agir comunicativo. Já Fraser aprofunda a crítica ao verificar a importância da emergência do feminismo, por exemplo, como afirmação do lugar de fala das mulheres na sociedade, assim como, de atestar a participação não igualitária dos agentes nos processos políticos (LUBENOW, 2010).

De qualquer maneira, partindo do pressuposto de uma democracia que não considera suas limitações um impedimento à participação, uma das possibilidades se encontraria no uso de tecnologias de comunicação, próprias da atualidade, marcada por rápidos avanços tecnológicos. Viver na era da *democracia digital* implicar o uso de

[...] qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, smart phones, palmtops, ipads...), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, sites, redes sociais, mídias sociais...) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da comunidade política (GOMES, 2011, p. 27-28).

Ora, numa *sociedade em rede*, que, como Castells (2006, p. 17) muito bem aponta “[...] dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que [...]” as utilizam, o uso desta na política acaba por ser imprescindível, afinal, “[...] as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia”. Para Castells (2006, p. 17), a estrutura social sempre se organizou em sociedades pautadas pela comunicação; “o que é novo é o fato de serem de base microelectrônica, através de redes tecnológicas que fornecem novas capacidades a uma velha forma de organização social: as redes”. Contudo, tal configuração se expressava muito mais no âmbito privado, enquanto que no domínio público, a sociedade se organizava verticalmente, através de instituições como “[...] os estados, as igrejas, os exércitos e as empresas que conseguiam dominar vastos polos de recursos com um objetivo definido por uma autoridade central” (CASTELLS, 2006, p. 18). Ainda podemos entender a sociedade dessa maneira. Entretanto, com a intensa e rápida complexificação da tecnologia, devemos considerar seus benefícios à democracia que considera a participação de seus cidadãos, tendo em vista que produzem redes “[...] flexíveis e adaptáveis graças à sua capacidade de descentralizar a sua performance [...], enquanto se

mantêm capazes de coordenar toda esta atividade descentralizada com a possibilidade de partilhar a tomada de decisões” (CASTELLS, 2006, p. 18) Parece um plano extraordinário, e é. Ora, tal produção tecnológica, ainda que globalizada, é mediada por interesses econômicos, sociais, culturais e políticos. Como bem aponta o próprio autor, “[...] os governos são ambíguos em relação aos usos da Internet e das novas tecnologias. Eles apreciam os seus benefícios, porém temem perder o controle da informação e da comunicação em cujo poder sempre se apoiaram” (CASTELLS, 2006, p. 29). Ou o contrário, as tecnologias, enquanto *dispositivos* (AGAMBEN, 2014), podem servir, justamente, no controle dos indivíduos, em sua constituição e sujeição.

Considerando esse contexto democrático complexo e ainda em construção, apresentamos a seguir, dados que buscam destacar alguns aspectos da relação de nossos representantes, no âmbito municipal do Estado de Santa Catarina, e os servidores que viabilizam a administração da instituição a que pertencem, com as tecnologias de comunicação. Evidentemente, a participação na “vida digital” não pressupõe a efetividade homogênea de uma democracia representativa que se quer também participativa. Afinal, como Gomes (2011, p. 21) afirma,

uma coisa é a ação digital de quem usa e-mails, lê jornais online e visita sites políticos, por exemplo; outra é aquela de quem participa de fóruns, domina ferramentas para redes online, além daquelas para conexão instantânea e para compartilhamento de vídeo e imagem; outra ainda é a participação online daqueles que são capazes de dobrar e empregar quaisquer ferramentas digitais para participar de iniciativas digitais com propósitos políticos (p. 21)

E há ainda aqueles que simplesmente não usam tais mídias. Nesse sentido, como nossos representantes estão se relacionando com a era tecnológica de que não mais podemos escapar, considerando que as tecnologias digitais podem ser uma forma de comunicação entre eleitor e vereador?

O uso de tecnologias digitais pelos vereadores e servidores das câmaras de Santa Catarina

No ano de 2014, foi desenvolvido o 1o Censo do Legislativo Municipal Catarinense, buscando aferir o perfil dos vereadores e servidores do Estado. A coleta de dados da pesquisa foi feita em duas etapas, como consta no relato do livro “Por dentro das câmaras” (MICK, et. al., 2015). Na primeira etapa foram coletadas informações sobre as

câmaras de vereadores como recursos de informática nas casas legislativas, espaço destinado ao público nas câmaras de vereadores, receita orçamentária, entre outras questões²². Os questionários foram solicitados às câmaras primeiramente como ofício do presidente da Assembleia Legislativa através da indicação do link para seu acesso (por um *survey online*). Como indicado por Mick (et. al, 2015, p. 17), os passos que se seguiram foram o contato por telefone pela equipe de pesquisa com as câmaras para verificar o andamento das respostas e quais eram as dificuldades de seu envio, e, por último, a visita *in locu* para o preenchimento do questionário, como uma segunda forma de coleta. Em seguida, aplicaram-se questionários tanto para os vereadores como para os servidores das câmaras, seguindo procedimentos semelhantes.

A importância de também os servidores serem levados em consideração se dá justamente pela fundamental relação que possuem com a manutenção das câmaras e a responsabilidade de interlocução entre vereadores e população que alguns destes possuem. Assim, no que diz respeito ao uso de tecnologias digitais por parte dos servidores, verifica-se certos contrastes entre as

²² Para mais detalhes das questões do questionário ver http://escola.alesc.sc.gov.br/sites/default/files/CENSO_Relatorio%20Alesc_Final.pdf.

respostas e os relatos de experiência de pesquisa. Quando questionados acerca de seu conhecimento sobre o uso do e-mail (Tabela 1), dentre os 1749 servidores que responderam a questão, 94% (1644) afirmaram que o fazem sem dificuldades, 1,6% (28) utilizam com dificuldades ou auxílio de terceiros e gostaria de aprender, 1% (18) utiliza com dificuldades, 2,3% (41) não sabe utilizar.

Tabela 1. Conhecimento sobre o uso de e-mail por servidores

	Frequência	Porcentagem
Não sabe utilizar	41	2,3
Utiliza com dificuldades	18	1,0
Utiliza com auxílio de terceiros	18	1,0
Utiliza com dificuldades ou auxílio de terceiros e gostaria aprender	28	1,6
Utiliza sem dificuldade	1644	94,0
Total	1749	100

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

O conhecimento sobre o uso de softwares diversos também foi questionado. Acerca do uso de processadores de texto (como o Microsoft Word) 86,8% (1564) dos servidores que responderam a questão afirmaram que utilizam sem dificuldade (vide Tabela 2) contra 6% (108)

que não sabem utilizar ou fazem uso com dificuldades.

Tabela 2. Processadores de texto (por exemplo, o Microsoft Word)

	Frequência	Porcentagem
Não sabe utilizar	53	2,9
Utiliza com dificuldades	55	3,1
Utiliza com auxílio de terceiros	50	2,8
Utiliza com dificuldades ou auxílio de terceiros e gostaria de aprender	79	4,4
Utiliza sem dificuldade	1564	86,8
Total	1801	100

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Tabela 3. Sites de busca na internet (por exemplo, o Google)

	Frequência	Porcentagem
Não sabe utilizar	34	1,9
Utiliza com dificuldades	22	1,2
Utiliza com auxílio de terceiros	20	1,1
Utiliza com dificuldades ou auxílio de terceiros e gostaria de aprender	27	1,5
Utiliza sem dificuldade	1683	94,2
Total	1786	100

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Já sobre o uso de ferramentas de pesquisa e sites de busca online, um total de 94,2% (1683) afirmaram que

utilizam sem dificuldades (vide tabela 3). Os que não sabem utilizar ou fazem uso com dificuldades somam 3,1% (56) de um total de 1786.

Os servidores também fazem uso da internet para acessar as redes sociais. Quando questionados sobre o interesse no uso deste espaço (rede social), de um total de 4450 respondentes (Tabela 4), 43,22% (813) responderam que a utilizam como fonte de estudo, 72,83% (1370) buscam por notícias diversas, 20,09% (378) tem interesse pelo relacionamento com o eleitorado, 39,23% (738) relacionamento profissional, 40,66% (765) buscam por entretenimento, 14,67% (276) tem interesse em consumo de produtos e serviços.

Tabela 4. Qual seu interesse nas redes sociais (pode assinalar mais de uma resposta)

	Frequência	Porcentagem
Fonte de estudos	813	43,22
Notícias diversas	1370	72,83
Relacionamento com o eleitorado	378	20,09
Relacionamento profissional	738	39,23
Entretenimento	765	40,66
Consumo de produtos e serviços	276	24,67
Outros	110	5,84
Total de respostas	4450	

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Ou seja, uma grande maioria diz ter familiaridade

com o computador e suas ferramentas diversas, que viabilizariam a comunicação. Entretanto, muito se percebeu do uso das tecnologias também durante o processo de investigação da pesquisa, para além das respostas fornecidas. Entre os relatos dos pesquisadores, obtidos durante o período de telefonemas, era comum a afirmação de que os funcionários, que tinham se responsabilizado por responder ao questionário sobre os dados da câmara, tinham dificuldades com o uso da ferramenta anexar, que insere arquivos junto ao e-mail que se quer enviar. A falta de conhecimento sobre o uso básico do e-mail, como fazer download do questionário enviado, também foi apontada como dificuldade. Nesse caso, as instruções eram as de que, havendo contratempos no preenchimento do questionário de forma online, o documento deveria ser baixado no computador e preenchido em programa de edição de texto, ou que o arquivo fosse impresso, respondido, digitalizado e anexado em e-mail para a equipe de pesquisa, ou enviado por correio. Isso aconteceu diversas vezes.

A idade seria um fator decisivo para esse desconhecimento? Segundo os dados obtidos na pesquisa, dos 1840 que responderam a pesquisa 595 têm menos de 30 anos, 591 estão na faixa entre 31 e 40 anos, 396 entre 41 e 50, 239 entre 51 e 64 anos e 19 possuem mais de 64

anos. A grande maioria está acima dos 30 anos. Importante ressaltar, contudo, que, como mostra a tabela 5, a área de atuação dos funcionários na câmara é variado, o que interfere na necessidade do uso dessas tecnologias. Assim, não se espera que o grau de conhecimento de ferramentas tecnológicas pelos servidores seja o mesmo em todo o quadro de funcionários, principalmente porque as funções que exercem na câmara exigem habilidades em áreas de conhecimento específico.

Tabela 5. Em que área atua na Câmara de Vereadores?

	Respostas	Porcentagem
Segurança	11	0,6
Saúde	14	0,8
Educação	7	0,4
Orçamento Público	81	4,5
Direito	152	8,5
Processo Legislativo	297	16,6
Técnicas Legislativas	109	6,1
Cerimonial e Protocolo	22	1,2
Eventos	4	0,2
Comunicação	173	9,7
Meio ambiente e desenvolvimento urbano	4	0,2
Redação legislativa	39	2,2

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Sem a necessidade de se fazer afirmações categóricas, é possível perceber alguns indícios da complexidade do uso de ferramentas digitais, nem sempre tão acessíveis ou utilizadas cotidianamente, mesmo que

nos consideremos parte de uma era tecnológica que avança rapidamente. Ela não parece chegar a todos os lugares na mesma velocidade e isso pode interferir de maneira diversa na interlocução entre as partes envolvidas, em uma democracia minimamente participativa.

As mesmas questões foram feitas aos vereadores das câmaras. Tendo em vista as afirmações de Castells (2006) sobre o advento da tecnologia e da sociedade da informação na qual nos inserimos, espera-se que o conhecimento dos vereadores sobre o uso de ferramentas que possibilite a comunicação com seu eleitorado seja uma realidade. Contudo, os dados a seguir nos mostram que há uma defasagem no conhecimento dos vereadores do Estado, se comparado ao aumento do uso de tecnologia de informação pela população em geral.

A relação entre juventude e tecnologia talvez seja uma via de análise para esta questão dado que grande parte dos vereadores estão a cima dos 40 anos.

Tabela 6. Faixa etária dos(as) vereadores (as)

Faixa etária	Frequência	Porcentagem
Entre 18 anos e 22 anos	5	0,4%
Entre 23 anos e 30 anos	58	5,72%
Entre 31 anos e 40 anos	247	24,4%
Entre 41 anos e 50 anos	407	40,21%
Entre 51 anos e 64 anos	267	26,38%
Acima de 64 anos	28	2,76%
Total de respondentes	1012	100%
Total de não-respostas	42	

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Como mostra a Tabela 6, 63 vereadores estão na faixa etária entre 18 e 30 anos, entre 31 e 40 anos são 247, 407 entre 41 e 50 anos, 267 entre 51 e 64 anos, e 28 vereadores com idade acima de 64 anos.

Em relação ao conhecimento sobre o uso de processadores de texto como Microsoft Word (Tabela 7), pouco mais da metade dos respondentes (51,3%) afirmaram que utilizam sem dificuldades contra 272 (29,3%) que não sabem utilizar ou utilizam com dificuldades. Um valor significativo.

Tabela 7. Processadores de texto (por exemplo, o Microsoft Word)

	Frequência	Porcentagem
Não sabe utilizar	157	16,9
Utiliza com dificuldades	115	12,4
Utiliza com auxílio de terceiros	96	10,3
Utiliza com dificuldades ou auxílio de terceiros e gostaria de aprender	85	9,1
Utiliza sem dificuldade	478	51,3
Total	931	100

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

A tabela 8 refere-se ao conhecimento sobre o uso do e-mail. Nela podemos observar que dentre as 898 respostas a questão, 166 (18,5%) vereadores não sabem utilizar ou utilizam com dificuldades. Chama atenção de que a despeito 1054 vereadores responderem a pesquisa, há um número alto de não respondentes a estas questões

sobre “ferramentas tecnológicas”. Isto pode ser um indicativo de que as questões sobre tecnologia não falavam sobre aspectos da realidade de alguns vereadores, uma vez que muitos têm sua principal fonte de renda fora da política trabalhando com agricultura, por exemplo. Não foram incomuns, durante as ligações para o recolhimento de respostas aos questionários, as dificuldades de compreensão por parte dos vereadores acerca da pesquisa. Em alguns casos, os vereadores entrevistados pediam para que outro membro da família conversasse com a (o) pesquisadora (r), até entender que eles mesmos teriam que responder as perguntas. Estes relatos são de origem principalmente do contato com vereadores de cidades do interior do estado, onde a agricultura é mais intensa e o trabalho no campo é mais comum.

Tabela 8. Uso de e-mail

	Frequência	Porcentagem
Não sabe utilizar	108	12
Utiliza com dificuldades	58	6,5
Utiliza com auxílio de terceiros	73	8,1
Utiliza com dificuldades ou auxílio de terceiros e gostaria de aprender	56	6,2
Utiliza sem dificuldade	603	67,1
Total	898	100

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Estas respostas ecoam na pergunta sobre o uso de algum canal de comunicação com os eleitores para

prestação de conta. Pouco menos da metade (472 vereadores, 49,73%) responderam esta questão de forma afirmativa. Contudo, 105 vereadores não responderam a questão. A hipótese de que a falta de interesse de alguns vereadores em responder ao questionário pode indicar, para além da impaciência em responder uma pesquisa por telefone, o desconhecimento sobre a importância de uma investigação sobre o perfil dos vereadores, assim como, para aqueles que responderam o questionário diretamente online, a descrença nas questões sobre o uso de tecnologias para a comunicação.

A relação que os vereadores mantêm com seu eleitorado pode ser entendida também de outra maneira. Vejamos, se os vereadores acreditam que representam um grupo específico da sociedade, e não o município como um todo, os canais de comunicação com estes grupos podem ser muito mais diretos e pessoais, como reuniões entre os membros do grupo, e menos democráticos, como seria o caso de o objetivo ser atingir toda a população. As tabelas 9 e 10 ilustram essa disparidade:

Tabela 9. Acredita que um vereador, quando eleito, deve representar os interesses do conjunto da sociedade ou de um grupo específico?

	Respostas
Da sociedade em geral	962
De um grupo ou grupos específicos	5

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

Tabela 10. No seu caso, o(a) senhor(a) diria que representa

	Frequência	Porcentagem
Apenas interesses de grupos específicos	5	0,51
Majoritariamente interesses de grupos	31	3,21
Igualmente interesses de grupos e da sociedade em geral	418	43,09
Majoritariamente, interesses da sociedade em geral	223	23,15
Apenas interesses da sociedade em geral	223	23,15
Total	963	100
Total de não-respostas	91	

Fonte: Censo do Legislativo Municipal Catarinense

As respostas indicam principalmente que mais da metade dos vereadores acreditam representar não só grupos específicos, mas os interesses da sociedade geral. Contudo, as respostas sobre o uso ou não de canais de comunicação com os eleitores, como apresentado anteriormente, foi surpreendente já que 477 (50,26%) disseram que não utilizam nenhum canal de comunicação para prestação de contas.

Considerações finais

Segundo o Mapa da inclusão digital (2012) da Fundação Getúlio Vargas, nos lugares em que a exclusão digital ainda opera, o não uso das tecnologias digitais se deve, principalmente, pela falta de ensino, de educação sobre o tema, e não pela falta de equipamentos ou de acesso a internet. A pesquisa mostrou que 287 (78%) câmaras têm até 10 computadores, 17,8% possuem entre 10 e 50 computadores e 12 câmaras têm mais de 50

computadores. Números diretamente relativos ao tamanho das câmaras e números de funcionários. No geral, as câmaras estão equipadas e os funcionários (servidores e vereadores) se dizem preparados. Entretanto, os relatos de pesquisa revelam nuances dessa realidade que os dados não dão conta de apontar, comprovando não a invalidade do que dizem os pesquisados, mas nos mostrando um cenário de múltiplos aspectos e que contradiz a ideia de uma democracia digital plena e operante. E ainda que consideremos a celeridade com que tais ferramentas digitais se transformam, o conhecimento sobre esta tecnologia torna-se indispensável principalmente no diálogo com os eleitores, se queremos realmente alcançar um estado de comunicação minimamente efetivo, entre cidadãos e seus representantes, considerando os servidores como intermediadores, mas não só.

Se as redes sociais são o novo “lugar” possível da esfera pública, interligado quase que diretamente ao mundo da vida, como os vereadores poderiam acessar, enquanto representantes, esse lugar de modo a deliberar a partir do que expressam seus eleitores, quando justamente parecem encontrar dificuldades, mesmo que moderadas? Estamos apenas no meio do caminho desse processo? Nossa representação política parece caminhar muito lentamente, em detrimento aos avanços de nossa era. Há

interesse, contudo de mudar esta realidade? Se o país assumir de fato a democracia representativa em seus moldes clássicos, ao nível das elites e dos técnicos, a tecnologia precisaria apenas ser manuseada pelos marqueteiros e profissionais de publicidade, com o foco apenas nas eleições e eventuais propagandas afirmativas dos candidatos já eleitos, ao longo de seus mandatos. Neste caso, as ferramentas digitais são articuladas por profissionais que já caminham na mesma velocidade que o desenvolvimento destas tecnologias.

Referências

AGAMBEN, G. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. O amigo & O que é um dispositivo? Chapecó/SC: Argos, 2014.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, M. ; CARDOSO, G. (org.) A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2006.

FOUCAULT, M. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. Segurança Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMES, W. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: GOMES, W.; MAIA, M. C.; MARQUES, F.P.J.A. Internet e Participação Política no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HABERMAS, J. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LUBENOW, Jorge Adriano. As críticas de Axel Honneth e Nancy Fraser à filosofia política de Jürgen Habermas. **Veritas**, Porto Alegre, v. 55, n. 1, p.121-134, jan./abr. 2010. Trimestral.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Em Defesa da Política. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SARTORI, G. A Teoria da Democracia Revisitada. Vol. I. São Paulo: Mica, 1994.

SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, R. Duas Tensões na Teoria Democrática. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Edição Especial Temática, p.41-59, 1999.

OS VEREADORES PRESTAM CONTAS? COMO OS PARLAMENTARES CATARINENSES UTILIZAM A MÍDIA E CANAIS PRÓPRIOS DE COMUNICAÇÃO

Jacques Mick

Aldo Schmitz

Introdução

Este capítulo examina e desenvolve a hipótese de que a comunicação entre os vereadores de Santa Catarina e seus eleitores ao longo do mandato é superficial, tanto pelo cenário de baixa *accountability* vertical que caracteriza a atuação do Poder Legislativo no Estado, quando pela credibilidade reduzida da mídia comercial junto às fontes políticas.

A hipótese resulta da observação de dados colhidos pelo Censo do Legislativo Municipal Catarinense, em 2014, a respeito dos padrões de comunicação entre vereadores e a sociedade. Os resultados do estudo indicam que a maior parte das Câmaras tem estratégias de contato com os eleitores, sobretudo via internet, mas menos da metade dos parlamentares alimenta canais próprios de prestação

de contas e que os vereadores desconfiam da atuação de mídias locais como imprensa e televisão.

O capítulo analisa, de forma articulada, as representações dos vereadores sobre a mídia de Santa Catarina e as estratégias de comunicação que adotam para a prestação de contas aos eleitores. A questão-chave é como se dá a mediação da *accountability* nos legislativos municipais. O padrão da comunicação entre vereadores e eleitores muda conforme o porte do município e das mídias locais? Em que regiões e situações os vereadores usam mais mídias convencionais ou as suas próprias mídias?

O texto se estrutura em três seções. A primeira apresenta o conceito de *accountability* e discute suas implicações na comunicação pública. Na segunda, são apresentados os dados do Censo do Legislativo referentes à relação entre os vereadores e as mídias. Na seção final, os indicadores são analisados com base na bibliografia especializada na midiatização da política, apontando conclusões e novos tópicos de investigação.

***Accountability* e a mediação inevitável**

*Accountability*²³ é um processo de prestação de contas no exercício do poder e considerado um aspecto central da comunicação no serviço público. Essa premissa diz respeito tanto aos políticos, que se obrigam a prestar contas à sociedade, quanto aos cidadãos, que devem avaliar os serviços e tomar decisões (manifestações sociais, eleições), conforme preconiza a Constituição Federal (BRASIL, 2016): o dever de informar e o direito de ser informado, respectivamente. Para Zémor (2009, p. 230), “o dever de informar e de prestar contas é o objetivo da divulgação de atos administrativos, de decisões oficiais” e o acesso à informação, um direito do cidadão. Segundo Miguel (2005, p. 27), a *accountability* ocorre no “controle que os poderes estabelecidos exercem uns sobre os outros (*accountability* horizontal), mas, sobretudo, na necessidade que os representantes têm de prestar contas e submeter-se ao veredicto da população (*accountability* vertical)”.

Portanto, trata-se de uma “contabilidade” entre o que deveria ser feito e aquilo efetivamente realizado ou

²³ Sem tradução precisa para a Língua Portuguesa: alguns autores denominam de “responsabilização” (os representantes são responsáveis perante seus constituintes) e outros de “responsividade” (capacidade de dar resposta rápida e adequada à situação).

não. Nisso há um vínculo entre representantes e representados na organização democrática, com um grau razoável de controle do povo sobre os detentores do poder político, desde que “os interesses e opiniões dos diferentes grupos sociais estejam presentes nas esferas decisórias”, alerta Miguel (2005). Visto que essa presença é ínfima, a “responsividade” torna-se relevante, ou seja, a informação correta na hora certa, mas à mercê da disposição dos detentores de mandatos em informar com acuracidade na esfera pública.

Na “democracia deliberativa”, concebe-se a esfera pública como uma diversidade de locais de expressão. O modelo atualizado de Habermas (2014) define a existência de múltiplas esferas públicas. Portanto, os espaços institucionalizados não são os seus únicos constituidores: a esfera pública é um eixo que possui um centro e vários anéis periféricos. No centro estão as instituições formais com poder de decisão. Próximo se posicionam as instituições autônomas ligadas ao governo. As organizações com poder de formação de opinião estão no terceiro nível, a exemplo da mídia, grupos ativistas e culturais, que mobilizam o governo (centro). Quando não há uma base segura de informação, surgem outras narrativas, a exemplo da informação jornalística, na qual “os fatos já nos chegam acompanhados de explicações”

(BENJAMIN, 1987, p. 203).

Habermas (2014) afirma que a mídia domina a esfera pública, pela sua aptidão para articular os diferentes processos comunicativos. Ela tem a capacidade de formar a opinião pública e defender os interesses públicos. Em sociedades complexas, atua como intermediária entre o cidadão e o sistema político. Assim, a sociedade civil informada pressiona o poder público a atender os seus anseios, utilizando a mídia como interlocutora. Nesse processo, acrescentam-se as mídias digitais, simulacros do jornalismo, embora nem sempre com informações plausíveis.

Na *accountability*, os agentes públicos buscam visibilidade. Segundo Gomes (2008), a esfera pública é o “domínio social da visibilidade” e da troca de razões públicas. As novas tecnologias contribuem positivamente para o exercício da visibilidade: portais de transparência e o exercício da *accountability* na internet são exemplos de ações governamentais nesse sentido. As novas mídias permitem armazenar e organizar as informações, estimulando o acesso e a memória. O resultado, em tese, é uma sociedade mais informada e exigente.

Nesse processo de aumento da visibilidade, além da identidade e imagem, um indivíduo ou organização forma a sua reputação perante o público, em sociedades de massa,

principalmente pela comunicação. Assim como a imagem, a reputação decorre das percepções dos públicos. No entanto, é mais fluida; tem maior consistência e intensidade. A maioria tem imagens, mas nem todos gozam de reputação, porque esta é resultado de um processo mais demorado de interação. Segundo Bueno (2009), a imagem avista-se na pele, enquanto “a reputação [é] como algo que se sente na alma”. Há um empenho em construir e formar uma identidade, que é percebida nas imagens pelo público. Mas a reputação representa uma avaliação social, a honra. A reputação ocorre quando a imagem externa não difere da imagem interna: “a autenticidade é, portanto, uma regra fundamental da comunicação pública” (ZÉMOR, 2009, p. 239).

Segundo Brandão (2009), a comunicação pública “é uma forma legítima de um governo se fazer presente perante uma população”, via a prestação de contas, engajamento e reconhecimento. Duarte (2009) agrupa a comunicação pública em algumas categoriais: institucional, refere-se ao papel das organizações; de gestão, relativas aos processos decisórios e de ação dos agentes; utilidade pública, serviços e orientações; prestação de contas, explicação sobre decisões políticas e ações desenvolvidas; dados públicos, informação sob o controle do Estado; interesse público, o que é relevante ao cidadão e não à

coisa pública. No entanto, a quantidade de informações à disposição da mídia é exponencialmente crescente, enquanto o tempo para absorvê-la é mais ou menos constante. Os espaços editoriais da mídia comercial são escassos e cada vez mais disputados por uma infinidade de fontes, sob uma velocidade impressionante, pois a produção e a dissiminação das informações aumentam vertiginosamente. Na era da comunicação digital, o fato e a notícia praticamente ocorrem em tempo real.

Há igualmente uma incontestável crise nas relações entre mídia e democracia. Para Charaudeau (2010), as mídias não são a democracia, mas o espetáculo dela. Também Kang (2012) confirma uma crescente crise da democracia liberal, devido ao espetáculo político, em especial nas novas tecnologias, que romperam a informação de mão única e passaram a exigir uma comunicação dialógica. Essa crise expande-se para os sistemas de representação. A democracia representativa centrada nos partidos deslocou-se para a “democracia do público”, no conceito de Manin (1995), na qual aquele político com maior habilidade comunicativa e que domina as técnicas da mídia destaca-se nos fóruns de discussões. Mesmo o cidadão bem-informado, interessado em política e razoavelmente instruído, é afetado pelo fenômeno da “neutralização da mídia informativa e de opinião: os

eleitores interessados em política, e que buscam se informar, são expostos a opiniões conflitantes, enquanto na democracia de partido as opiniões do mais ativo e interessado dos cidadãos eram reforçadas pelas fontes de informação a que ele recorria” (MANIN, 1995).

Isso ocorre porque alguns políticos utilizam os recursos da “propaganda comercial” e não da publicidade pública ou publicização, que tem o propósito de informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida. “A informação cívica parece, contudo, carregar a tentação de personalizar ou de se apropriar de uma causa de utilidade pública”, reconhece Zémor (2009, p. 233) ao alertar que “um conteúdo cívico, fundado sobre o contrato republicano tácito feito com o cidadão, deve ser diferenciado das ideias políticas em debate, assim como a promoção que é usada para servir aos interesses concorrentes, particulares ou partidários”. Nessa demanda há uma falta de clareza e de “um programa de prestação de contas periódico à população. Não se trata apenas de usar imensas verbas publicitárias, mas de adotar critérios e formas de controle da administração, com a participação da comunidade” (TORQUATO, 2010, p. 151).

Essa “propaganda pública” leva muitos cidadãos a

acreditar que os investimentos publicitários de órgãos públicos servem para autopromoção, com propósitos eleitorais. Afirmam que os gastos publicitários são desnecessários e dispendiosos, servindo como compensação às agências, pessoas e veículos que prestaram serviços em outras ocasiões, como em eleições. Contra ou a favor, o acesso à informação é um direito básico do cidadão, em um Estado que garanta a liberdade de informação e expressão. Constitui-se, igualmente, uma modalidade formal que visa obter legitimidade das ações nas instituições públicas. Quando se trata de propaganda, aparece um terceiro fator, a lei. A Constituição Federal prescreve sobre as ações de publicidade na administração pública:

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos (BRASIL, 2016).

Por não encontrar espaço nas mídias tradicionais, os agentes e organizações recorrem às suas próprias mídias - publicações impressas (boletins, jornais, revistas), programas radiofônicos e telejornais (inclusive digitais), portais de notícias, sites, blogs, redes sociais (Facebook,

Twitter, canais no YouTube). Tais canais são denominados por Sant'Anna (2009) de *mídia das fontes*, “meios de comunicação, públicos ou privados [...], mantidos e administrados por atores sociais tradicionalmente vistos como fontes de informações”, o que garante a transmissão das informações ao espaço público, independentemente da imprensa comercial. Isso “contribui para um processo de transparência, uma ação de *accountability* e é complementar ao modelo investigativo da imprensa tradicional” (SANT'ANNA, 2009, p. 431).

Céticos com a mídia, distantes do eleitor

Os resultados do Censo do Legislativo Municipal Catarinense indicam que apenas metade dos vereadores utiliza algum canal de comunicação para prestar contas a seus eleitores. Os instrumentos mais utilizados são as entrevistas aos meios de comunicação (26%), reuniões abertas à população (23%) e boletins impressos ou divulgados em redes sociais (19%) (Tabela 1). Outros meios mencionados foram as conversas diretas com os eleitores (incluindo visitas domiciliares), uso de ferramentas virtuais (blogs, redes sociais, e-mails) e rádio e jornal impresso.

Tabela 1. Utilização de canais de comunicação para prestação de contas aos eleitores pelos vereadores de SC (2014)*

Tipo de canal de comunicação utilizado	Nº	% sobre respondentes	% sobre total (1054)
Reuniões abertas à população	241	51,1	22,9
Boletins impressos e/ou divulgados em redes sociais	205	43,4	19,4
Entrevistas à mídia	271	57,4	25,7
Outros	86	18,2	8,2
Total*	472	100	44,8

* O total é distinto da soma das linhas porque alguns vereadores indicaram mais de um tipo de canal de comunicação.

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Quanto maior a formação escolar do vereador, maior a probabilidade de ele dispor de canais próprios: em todos os estratos, de alfabetizado a ensino médio completo, o percentual dos que não têm canais próprios é maior do que os que têm; de modo inverso, acima de ensino superior incompleto (e incluindo o ensino técnico completo ou não), predominam os que têm canais próprios. A proporção de parlamentares que detêm estratégias de comunicação com os eleitores é maior entre os vereadores em primeiro mandato.

Parte da demanda de comunicação dos parlamentares com os eleitores é suprida pelas Câmaras – apenas 17% das casas legislativas não dispõem de estratégias de comunicação com a sociedade, que podem envolver mídias convencionais ou veículos próprios. As

Câmaras fazem uso intenso de internet (83% têm e-mail, site ou blog) e um quarto delas está em redes sociais (26% em Facebook, Twitter, Instagram etc.) (Tabela 2). Entre as mídias convencionais, o jornal impresso local é recurso utilizado por 75% das Câmaras. Santa Catarina tem uma rede significativa de diários ou semanários locais. Emissoras de rádio (66%) são um canal bastante frequente em municípios de menor porte. Já as emissoras de televisão têm uma taxa de uso muito reduzida (7%).

Tabela 2. Mídias utilizadas pelas Câmaras de Vereadores de SC (2014)

Mídia	%
Internet (e-mail, site, blogs etc.)	83,00%
Jornal impresso (jornal local, informativos etc.)	74,70%
Rádio	66,30%
Redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram etc.)	26,40%
Televisão	6,90%
Outras	0,70%

N = 292

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Ao responder ao levantamento, as Câmaras puderam indicar o uso de mais de um veículo. Percebe-se maior adesão aos recursos próprios de comunicação baseados na internet, como e-mails, sites e blogs, de baixo custo e relativamente fáceis de atualizar. O uso de redes sociais, contudo, é circunscrito a pouco mais de um quarto

das câmaras, aquelas de maior porte. Praticamente todas as Câmaras de Vereadores têm páginas na internet: foram informados 287 endereços, correspondentes a 98,3% das respondentes. A existência de e-mails para contato é ainda maior, comportando 290 Câmaras. A taxa de presença do legislativo municipal na internet é, portanto, mais significativa do que a percepção das próprias casas sobre a importância do uso desse tipo de mídia. Outro dado reforça essa constatação: embora 83% das Câmaras afirmem utilizar canais de comunicação via internet, apenas 61% publicam nela o seu Regimento Interno. Essa diferença também é explicada pelos padrões de uso e acesso à internet pela população: em Santa Catarina, em 2014, 56% da população não utilizavam internet (BRASIL, 2014, p. 52).

Veículos tradicionais, de alcance municipal, como jornal impresso e rádio, são frequentes: as casas legislativas são tanto fontes de informação, quanto financiadores dessas mídias, como anunciantes públicos. Ambos os veículos têm protagonismo significativo entre os municípios de menor porte.

É notável, contudo, o baixo uso de televisão pelas Câmaras, em percentual equivalente a um quarto da utilização de redes sociais. Os 20 municípios que recorrem à TV correspondem aos de maior população-eleitorado (à

exceção de Chapecó, que não utiliza a mídia), somados a cidades de menor porte, provavelmente atendidas por emissoras comunitárias. Essa baixa presença da televisão nas estratégias de comunicação das Câmaras pode se dever tanto ao alcance (em geral, regional), quanto ao custo elevado para inserção de anúncios, sobretudo para órgãos públicos, onerados por tabelas com preço mais alto. Mas também podem existir motivações políticas.

Os vereadores manifestaram baixas taxas de confiança nas emissoras de TV e na imprensa (Tabela 3).

Tabela 3. Confiança dos vereadores de SC em organizações e instituições (2014 - %)

Organização/Instituição	Não confia	Confia pouco	Confia em parte	Confia totalmente
Sindicatos	8,5	22,9	57,2	11,4
Polícia	3,6	17,5	64,6	14,2
Sistema Judiciário	4,7	18,3	61,9	15,0
Governo Federal	11,0	29,4	51,4	8,2
Governo Estadual	7,4	26,2	58,0	8,4
Governo Municipal	8,1	18,9	52,0	20,9
Congresso Nacional	10,8	33,6	50,5	5,0
Assembleia Legislativa Estadual	3,9	24,3	63,1	8,7
Câmara de Vereadores	2,2	11,4	61,1	25,4
Entidades sem fins lucrativos (ONGs, OSCIPs, Terceiro Setor)	9,8	21,0	58,4	10,8
Movimentos sociais	8,7	23,7	56,9	10,7
Televisão	14,4	36,1	46,5	3,0
Imprensa	8,0	33,7	56,2	2,1
Partidos políticos	9,4	29,4	56,1	5,2

n = 920; 913; 906; 904; 908; 908; 895; 897; 914; 892; 897; 895; 895; 860

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

A televisão é único ator/instituição, entre os considerados na pesquisa, em relação ao qual a maioria dos parlamentares declarou não confiar ou confiar pouco (50,5%, agregados). Quanto à imprensa, 41,7% dos vereadores afirmaram não confiar ou confiar pouco. TV e imprensa são, entre os citados, os atores que gozam de menores índices de confiança total dos entrevistados – situação singular, uma vez que os vereadores em geral são fontes da cobertura jornalística desenvolvida nesses veículos.

Considerações finais e novos temas para a pesquisa

Ao pesquisar a *accountability* (prestação de contas, transparência e participação) nos portais das câmaras municipais de Santa Catarina, Raupp e Pinho (2013) contataram “a ausência de capacidade de viabilizar a construção das dimensões de *accountability*”. Os autores também notaram que as Câmaras tampouco atendem as exigências da lei de acesso à informação. Essa averiguação corrobora os dados do Censo do Legislativo Municipal Catarinense de 2014 e confirma a suposição inicial de que a comunicação dos vereadores de Santa Catarina com seus eleitores é superficial, o que denota baixa *accountability* vertical.

O déficit de prestação de contas é visível tanto na natureza e distribuição dos canais, quanto nos usos que deles se faz (embora a observação, sobre esse ponto, seja tópica, não sistemática). Constatou-se o uso ainda inconsistente das mídias digitais, amplamente mobilizadas por apenas um quarto das Câmaras. A presença dos parlamentos nos telejornais também é bem reduzida. O ceticismo com a mídia em geral colabora com a presença baixa no noticiário local, gerado principalmente por emissoras de rádio e semanários impressos. Somados, esses fatores resultam em pequena incidência de reportagens sobre as Câmaras na mídia comercial: sem receberem cobertura regular, os temas do legislativo acabam por circular como anúncios pagos pelo poder, nem sempre com a visibilidade necessária. Por conta disso, se reforça o distancialmento do cidadão após a campanha eleitoral, o que acarreta a escassa prestação de contas – no círculo vicioso da baixa *accountability*.

A comunicação superficial entre eleitos e eleitores deve-se a vários fatores: a) à cultura de *accountability*, um conceito em construção e de prática parca no Brasil e em Santa Catarina; b) ao modelo do sistema político liberal, centrado no político e não nos partidos e instituições públicas; c) à falta de competência no uso dos instrumentos da comunicação pública; d) à baixa

disponibilidade da mídia para o debate político e a cobertura sistemática dos legislativos municipais; e) ao uso equivocado das mídias digitais; f) à ínfima participação do cidadão na vigilância e acompanhamento dos atos dos poderes públicos, entre outros.

Diante disso, apresenta-se uma série de temas para pesquisas futuras, visto que o enfoque deste Censo Legislativo é amplo e a questão da *accountability* comporta apenas um dos temas. Pode-se elencar uma série de problemas de pesquisa: a lei de acesso à informação é aplicada adequadamente? As instituições públicas estão preparadas para prestar contas? Os agentes públicos são capacitados para a comunicação pública? Por que a mídia dispõe de pouco espaço para o debate político, o monitoramento sistemático dos legislativos e a prestação de contas públicas? Qual a eficiência e abrangência das mídias das fontes, criadas e alimentadas por agentes e órgãos públicos?

Referências

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRANDÃO, Elizabeth P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). Comunicação pública: Estado,

mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-33.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: <goo.gl/kyschV>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. 2014. Disponível em: <goo.gl/Jh7dk4>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação empresarial: políticas e estratégias. São Paulo: Saraiva, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2010.

DUARTE, Jorge. Instrumentos da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. P. 59-71.

GOMES, Wilson. Transformações da política na era da comunicação de massa. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. São Paulo: Unesp, 2014.

KANG, Jaeho. A mídia e a crise da democracia: repensando a política estética. Novos estudos CEBRAP. n. 93, jul. 2012. Disponível em: <goo.gl/BlIzV8>. Acesso em: 30 set. 2016.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. Revista Brasileira das Ciências Sociais. v. 10, n. 29, out. 1995. Disponível em: <goo.gl/XkaQmP>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MIGUEL, Luís Felipe. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. Sociologia Política, n. 25, nov. 2005, p. 25-38. Disponível em:

<goo.gl/aGKZw9>. 10 mar. 2016.

RAUPP, Fabiano; PINHO, José Gomes. Accountability em câmaras municipais: uma investigação em portais eletrônicos. *Revista de Administração*, v. 48, n. 4, out./dez. 2013. Disponível em: <goo.gl/j7I886>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SAN'ANNA, Francisco. *Mídias das fontes*. Brasília: Senado Federal, 2009.

TORQUATO, Gaudêncio. *Tratado da comunicação organizacional e política*. São Paulo: Cengage, 2010.

ZÉMOR, Pierre. As formas de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação Pública*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 214-245.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Éder Rodrigo Gimenes – Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM), segundo líder do grupo de pesquisa Cultura política, comportamento e democracia (CNPq) e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Participação Política (NUPPOL/UEM).

Julian Borba – Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS/UFSC).

SOBRE OS AUTORES

Aldo Schmitz – Mestre em Jornalismo e doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisador do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO/UFSC).

Bruno Bolognesi – Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR), pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP/UFPR) e do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino Americanos (NEPLA/UFSCar).

Carla Cecília Rodrigues Almeida – Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Participação Política (NUPPOL/UEM).

Carla Simara Ayres – Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Diane Southier – Mestre e doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisadora do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO/UFSC) e do Metrópolis – Laboratório de Pesquisa Social (UFSC).

Éder Rodrigo Gimenes – Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM), segundo líder do grupo de pesquisa Cultura política, comportamento e democracia (CNPq) e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Participação Política (NUPPOL/UEM).

Ednaldo Aparecido Ribeiro – Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), líder do grupo de pesquisa Cultura política, comportamento e democracia (CNPq) e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Participação Política (NUPPOL/UEM).

Jacques Mick – Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO/UFSC).

Julian Borba – Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS/UFSC).

Lígia Helena Hahn Lüchmann – Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS/UFSC).

Renata Andrade de Oliveira – Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Stefania Peixer Lorenzini – Mestre e doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Treicy Giovanella da Silveira – Mestre e doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-52992-01-1



9 788552 992011

**PODER LEGISLATIVO E CULTURA POLÍTICA
VALORES, ATITUDES, TRAJETÓRIAS E
COMPORTAMENTO POLÍTICO DOS
VEREADORES E VEREADORAS DO ESTADO DE
SANTA CATARINA**

A presente coletânea tem o objetivo de divulgar os resultados obtidos na pesquisa "1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense", desenvolvida por meio de projeto de extensão pela Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Os seis capítulos desta coletânea contemplam o aprofundamento das análises dos dados obtidos no campo, em diálogo com o variado arsenal analítico da Sociologia Política, contemplando abordagens aprofundadas de tópicos como a concepção de democracia dos vereadores, seus vínculos com movimentos e organizações sociais, sua percepção das instituições, trajetória política, posicionamento diante de questões políticas, mecanismos e inserção na política e accountability.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-52992-01-1



9 788552 992011